



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

MARYANA KARLLA PENHA DE ARAÚJO

**A CULTURA COMO DISPOSITIVO:
subjetivação e proteção juvenil nas narrativas midiáticas do bairro Peixinhos**

Recife

2023

MARYANA KARLLA PENHA DE ARAÚJO

A CULTURA COMO DISPOSITIVO:

subjetivação e proteção juvenil nas narrativas midiáticas do bairro Peixinhos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia. **Área de concentração:** Psicologia.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Wanderson Vilton Nunes da Silva

Recife

2023

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Araújo, Maryana Karlla Penha de.

A cultura como dispositivo: subjetivação e proteção juvenil nas narrativas midiáticas do bairro Peixinhos / Maryana Karlla Penha de Araújo. - Recife, 2023.

122f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2023.

Orientação: Wanderson Vilton Nunes da Silva.

Inclui referências.

1. Cultura; 2. Território; 3. Resistência. I. Silva, Wanderson Vilton Nunes da. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

MARYANA KARLLA PENHA DE ARAÚJO

A CULTURA COMO DISPOSITIVO:

subjetivação e proteção juvenil nas narrativas midiáticas do bairro Peixinhos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia. **Área de concentração:** Psicologia.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Prof^o Dr^o. Wanderson Vilton Nunes da Silva (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o Dr^o. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (Examinador Externo)
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof^a Dr^a. Neuza Maria de Fátima Guareschi (Examinadora Externa)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTOS

Gosto de pensar a construção de algo sempre em perspectiva e como parte de algo maior, fruto de uma coletividade. Construir essa dissertação certamente não fugiu a isso. Se pude enfim concluir essa pesquisa, é também porque tantos outros vieram antes de mim, estiveram comigo e, desse modo, me permitiram ser. Para esses tantos, citados aqui ou não, eu dedico meus agradecimentos.

Em primeiro lugar agradeço imensamente ao meu campo de pesquisa, o território de Peixinhos, que com sua riqueza humana e cultural permitiu me reconhecer enquanto pesquisadora e aprender tantas novas formas de olhar o mesmo fenômeno.

Agradeço ao meu orientador, Wanderson Vilton, pelo acolhimento, disponibilidade e parceria ao longo dessa jornada, essa pesquisa não seria possível sem o seu olhar, escuta e leitura atenta e cuidadosa.

Aos meus pais, por serem antes de mim e assim me permitirem ser. As minhas irmãs, Luanna e Chayenne por serem comigo.

À Almir, por todo companheirismo ao longo do percurso de mestrado e por acreditar que o que eu tenho a dizer precisa ser dito.

Ao Programa Atitude, em especial às gestões de Sara Rodrigues e Sulamy Patrícia, por me auxiliarem no difícil processo de conciliar a vida acadêmica e a profissional.

Ao grupo de pesquisa Políticas e Sabores pelas trocas teóricas e afetivas e pela construção coletiva dessa pesquisa.

À minha analista, Lia da Fonte, por me auxiliar a (re)encontrar meu eixo e meu prumo nos muitos momentos de crise.

À minha banca de qualificação, Pedro Paulo Bicalho e Neuza Guareschi pelas preciosas contribuições ao desenvolvimento dessa pesquisa.

Por fim, agradeço aos meus amigos que foram extremamente importantes ao longo desses dois anos e me ajudaram a ocupar o ambiente acadêmico e aprender com todos os afetos bons e ruins que permearam essa vivência.

À Fernando de Oliveira Penha (*in memoriam*),
por me olhar com olhos de dúvida e despertar
em mim a curiosidade do devir.

Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. (...) Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar com as advertências contrárias. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever.

Glória Anzaldúa

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo problematizar as narrativas jornalísticas veiculadas na mídia de Pernambuco sobre a proteção de jovens por meio da cultura no bairro de Peixinhos em Olinda. Para alcançar nosso objetivo tomamos como material as mídias jornalísticas do estado de Pernambuco, organizadas em dois eixos de análise: narrativas da violência e da resistência, compreendidas no que estamos chamando de dispositivo cultural como fator de proteção infanto-juvenil no bairro. Trata-se de pesquisa de orientação pós-estruturalista inspirada nas contribuições de Michel Foucault e autoras/es que interseccionam gênero, masculinidades e raça como Sueli Carneiro, Silvio Almeida, bell hooks, Walter Benjamin e outras/os. A análise do material construído para esta pesquisa seguiu orientações da análise de discurso foucaultiana, compreendida e inspirada nos métodos arqueológicos e genealógicos do autor, ocupada na visibilidade e problematização das continuidades e discontinuidades discursivas na construção de determinados objetos, considerando as práticas discursivas e não-discursivas construídas. Propomos um exercício analítico que une esforços teórico metodológicos de diferentes autores, para o que nomeamos neste estudo de genealogia de narrativas sobre o dispositivo cultural em Peixinhos. Os resultados deste estudo contribuem para pensar o bairro em um dispositivo cultural inerente aos aspectos de proteção juvenil no território. Isto permite-nos a problematização de discursos naturalizados acerca do tema, destacando raça e gênero como indispensáveis à organização da/frente à violência no bairro. Por fim, destacamos a resistência cultural e territorial como forte aliado na proteção infanto-juvenil frente à violência homicida em Peixinhos, a partir da análise dos eixos que aparecem nos documentos destacados pelos enunciados da Cultura de Paz e as questões do Território, identidade e pertencimento. Deste modo, este estudo contribui para fomentar discussões que envolvem resistência cultural e territorial como preventivas à violência e tensiona a sua incorporação efetiva nas políticas públicas de proteção de jovens e crianças.

Palavras-chave: Cultura. Território. Violência. Resistência. Jovens.

ABSTRACT

This research aims to problematize the journalistic narratives conveyed in the Pernambuco media about the protection of young people through culture in the Peixinhos neighborhood in Olinda. To reach our objective, we took as material the journalistic media of the state of Pernambuco, organized in two axes of analysis: narratives of violence and resistance, understood in what we are calling cultural device as a protection factor for children and youth in the neighborhood. This is a post-structuralist research inspired by the contributions of Michel Foucault and authors who intersect gender, masculinities and race, such as Sueli Carneiro, Silvio Almeida, bell hooks, Walter Benjamin and others. The analysis of the material constructed for this research followed the guidelines of Foucault's discourse analysis, understood and inspired by the author's archaeological and genealogical methods, concerned with the visibility and problematization of discursive continuities and discontinuities in the construction of certain objects, considering discursive and non-discursive practices. constructed discourses. We propose an analytical exercise that unites the theoretical and methodological efforts of different authors, for what we name in this study of genealogy of narratives about the cultural device in Peixinhos. The results of this study contribute to thinking of the neighborhood as a cultural device inherent to aspects of youth protection in the territory. This allows us to problematize naturalized discourses on the subject, highlighting race and gender as indispensable to the organization of/in the face of violence in the neighborhood. Finally, we highlight cultural and territorial resistance as a strong ally in protecting children and young people against homicidal violence in Peixinhos, based on the analysis of the axes that appear in the documents highlighted by the Culture of Peace enunciations and the issues of Territory, identity and belonging . In this way, this study contributes to fostering discussions that involve cultural and territorial resistance as preventive measures against violence and stresses its effective incorporation in public policies for the protection of young people and children.

Keywords: Culture. Territory. Violence. Resistance. Young people.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Textos base por autor sobre a formulação do conceito de Dispositivo.....	19-20
Quadro 1 – Narrativas de Violência	50-52
Quadro 2 – Narrativas de Resistência	81-83

LISTA DE SIGLAS

ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas

BMN- Biblioteca Multicultural do Nascedouro

CESeC- Centro de Estudos de Segurança e Cidadania

CF- Constituição federal

COMPAZ- Centro Comunitário da Paz

COVID- Corona Vírus Disease

CVLI- Crimes Violentos Letais Intencionais

DUDH- Declaração Universal dos Direitos Humanos

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

FDD- Fundo de Defesa de Direitos Difusos

FNSP- Fundo Nacional de Segurança Pública

FUNPEN- Fundo Penitenciário Nacional

GAJOP- Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares

GCASC- Grupo Comunidade Assumindo Suas Crianças

GEMA- Núcleo Feminista de Pesquisas em Gênero e Masculinidades

IML- Instituto de Medicina Legal

IMUÊ- Instituto Mulheres e Economia

IPEA- Instituto de Pesquisa Aplicada

LEV- Laboratório de Estudos da Violência

LGBTQIAP+ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Queer, Intersexo, Assexual, Pansexual e outras formas de sexualidade

MVI- Mortes Violentas Intencionais

NEVE- Núcleo de Estudos da Violência

NUPEC- Núcleo de Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes e Jovens

ONG- Organização Não Governamental

ONU- Organização das Nações Unidas

PE- Pernambuco

REP- Rede de Estudos Periféricos

RMR- Região Metropolitana do Recife

SDS- Secretaria de Defesa Social

UFPE- Universidade Federal de Pernambuco

UNESCO- Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNODC- Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crimes

UFRGS- Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Sumário

INTRODUÇÃO.....	155
CAPÍTULO 1- A CONSTRUÇÃO DE PEIXINHOS COMO TERRITÓRIO DE UM DISPOSITIVO PARA PESQUISA.....	19
1.1 O dispositivo a partir de Agamben	21
1.2 O dispositivo a partir de Foucault.....	27
1.3 O dispositivo a partir de Deleuze.....	30
1.4 Aproximações e distâncias entre o conceito de dispositivo em Foucault, Deleuze e Agamben.....	35
1.5 Peixinhos: a cultura como um dispositivo de governo e de criação?	36
CAPÍTULO 2 - CONSTRUINDO CAMINHOS PARA UMA NARRATIVA GENEALÓGICA SOBRE PEIXINHOS	41
2.1 A genealogia e a construção de acontecimento em uma pesquisa.....	42
2.2 Da origem ao disparate: a genealogia de Michel Foucault, os alertas da história única de Chimamanda Adichie e as narrativas em Walter Benjamin	46
2.3 Sobre alguns caminhos analíticos que percorremos	48
2.4 Dispositivo de racialidade.....	58
2.5 Dispositivo de gênero e masculinidades	69
CAPÍTULO 3 - UM LIMIAR DISCURSIVO: DAS FISSURAS E CONTRAPONTOS À ARMAÇÃO DO DISPOSITIVO PEIXINHOS	80
3.1 Cultura de Paz.....	92
3.2 Território, identidade e pertencimento.....	104
USANDO AS LINHAS PARA TECER UMA TEIA: CONSIDERAÇÕES QUE NÃO SÃO FINAIS	111
REFERÊNCIAS	115

INTRODUÇÃO

Peixinhos, por onde começar? Penso que tudo começa no sentir. Para pensar em como o território de Peixinhos pode ser apresentado por nós na construção de problema de pesquisa, vale voltar ao que ele despertou em mim, o que nele me afetou e me moveu. Propor uma pesquisa a partir da via dos afetamentos configura, em meu ponto de vista, o cuidado e o respeito com o que busco ver no outro, o que ele desperta em mim e com a construção dialógica que surge desse entre, do fazer com e não sobre.

Sztutman (2018) baseado nas produções de Isabelle Stengers e no que ela propõe como outras formas de fazer ciência, ressalta que receitas feiticeiras pressupõem um trabalho de experimentação ativa, aberto ao imponderável e ao imprevisível, que encontra na “ecologia das práticas” a abertura de controvérsias, a exposição de como fatos são feitos, politizando a ciência com o reconhecimento de vínculos sociopolíticos construídos pelos cientistas.

Talvez a construção de Peixinhos como um campo de pesquisa tenha aparecido para mim bem antes da entrada no Curso de Mestrado em Psicologia da UFPE. Ele cruzou primeiro a minha trajetória profissional enquanto psicóloga do Programa Atitude do Governo do Estado de Pernambuco, a partir da linha discursiva da violência.

O acompanhamento de Peixinhos na perspectiva da prevenção à violência com o público específico de usuários de crack ameaçados ou não pelo tráfico local me proporcionou adentrar nas ruas do bairro, nas suas cenas de uso de substâncias psicoativas e em cenários de violência que cortam o bairro e o faz sangrar, um sangue real, de muitos jovens que perderam suas vidas ao serem alvo da violência homicida. Um olhar descuidado veria apenas essa pequena parte do todo. Mas Peixinhos faz ver e falar e em alguns momentos ele até grita, é preciso ouvidos atentos para ouvir.

Muitas vozes coexistem nesse território, a mídia, o poder público, as estatísticas de violência... Mas é preciso ouvir além, escutar as mães enlutadas, os movimentos artísticos culturais e comunitários que não cessam em fazer falar que existe vida pulsando, que existe resistência da mesma forma que existem as disputas de poder.

A imersão profissional enviesada pelo fenômeno da violência propiciou o contato com as produções de vida que emergem do bairro, com a construção coletiva que busca falar sobre

o que existe de criativo, de saúde e do legado cultural capaz de fomentar pertencimento entre a população local. Talvez somente a partir dessa vivência, uma pesquisadora tenha começado a fazer eco em mim.

Não quero olhar para Peixinhos e enxergar um objeto de pesquisa, estável, imóvel e inanimado que eu deva manipular a partir de um lugar de superioridade que o saber acadêmico supostamente confere. Eu discordo desse fazer ciência. Busco um mergulho nos fluxos narrativos do bairro, a compreensão e a problematização das suas contingências históricas, a forma como são produzidas as narrativas sobre seus acontecimentos, acompanhar... Kastrup e Barros (2009, p. 53) vão dizer que “a pesquisa cartográfica consiste no acompanhamento de processos, e não na representação de objetos” e eu me identifico com essa premissa. Compreendo que o bairro Peixinhos produz saber e quero aprender com ele, me surpreender com aquilo que eu nem imaginava encontrar.

Olhar Peixinhos adquiriu então uma perspectiva ampla, considerando a forma como se organizam as relações entre pessoas no bairro, com a natureza e com as instituições e uma busca por compreender seu constante movimento, sua dinamicidade, transitoriedade e historicidade.

Essa pesquisa só se torna uma produção concreta porque existem disputas de poder naquele território e por isso, inerentemente, existe também uma produção de resistência, entendida não simplesmente como insistência, mas a partir das estratégias construídas para gerar vida e enfrentamento das violências históricas de gênero e raciais que buscam submeter a vida de jovens, mulheres e tantas outras vidas no bairro. Nesse caminho, buscamos evidenciar a multiplicidade de discursos, a partir de narrativas que existem em/sobre Peixinhos nas mídias locais, não tomando-os como determinante. Não elegemos o mais importante entre eles, mas sim que eles coexistem na diversidade e juntos compõem a malha discursiva do dispositivo a que buscaremos visibilizar nesta dissertação.

Compreendemos que essa produção é um recorte da complexa trama que sustenta a realidade do bairro e, em uma lógica pós estruturalista, ancorada na genealogia e na arqueologia foucaultiana não pretendemos responder questões ou formar verdades universais, mas ao contrário disso, buscamos com essa pesquisa inquietar, romper com compreensões unilaterais e universais sobre Peixinhos.

A partir desse entendimento, nosso objetivo de pesquisa que foi problematizar as narrativas jornalísticas veiculadas na mídia de Pernambuco sobre a proteção de jovens através da cultura no bairro de Peixinhos em Olinda. Para atingir nosso objetivo de pesquisa elaboramos capítulos desta dissertação que serão descritos abaixo.

No capítulo 1 - *A construção de Peixinhos como território e dispositivo na pesquisa* iremos operar com o conceito de Dispositivo, central para o desenvolvimento das discussões que desenvolvemos ao longo do texto. Para tanto, iniciamos o capítulo apresentando os textos que nos servirão de insumo para a construção teórica e em seguida organizamos o capítulo em cinco momentos: 1- Dispositivo a partir de Agamben; 2- Dispositivo a partir de Foucault; 3- Dispositivo a partir de Deleuze; 4- Aproximações e distâncias entre o conceito de dispositivo em Foucault, Deleuze e Agamben; 5- Peixinhos um dispositivo de governo e de criação? Nesse primeiro momento, trazemos elementos centrais sobre como esses três autores constroem o conceito de dispositivo, suas aproximações e distanciamentos e como para nós o bairro de Peixinhos pode ser visibilizado também como um dispositivo a partir de nossos esforços analíticos.

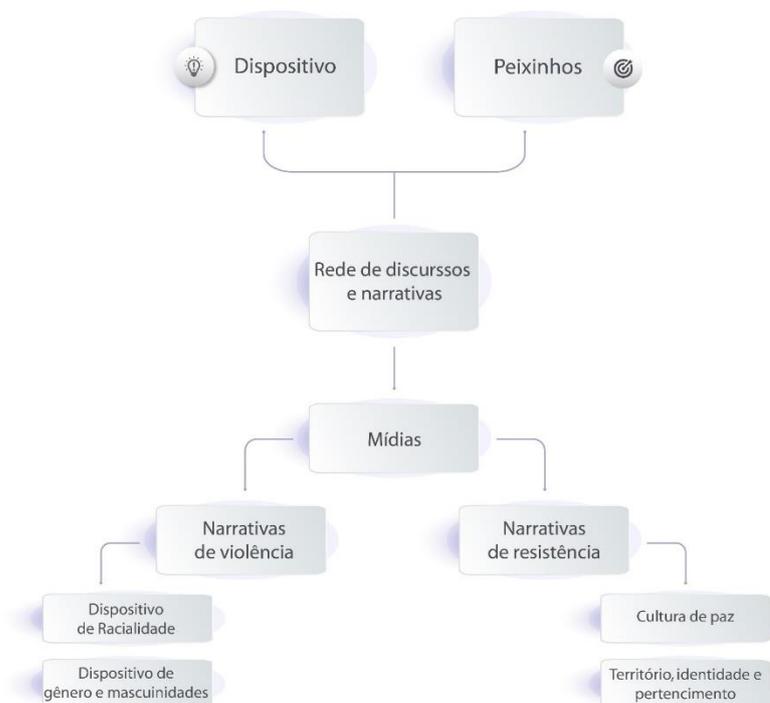
No capítulo 2 - *Construindo caminhos para uma narrativa genealógica sobre Peixinhos* trataremos inicialmente uma aproximação teórica entre os autores Chimamanda Adichie, Walter Benjamin e Foucault para traçar aquilo que chamaremos de narrativa genealógica. Trata-se de um capítulo teórico metodológico no qual iniciaremos a análise de parte dos nossos materiais, opcionalmente organizados por nós pela categoria Narrativas de Violência. O capítulo seguirá uma divisão de tópicos para melhor compreensão do leitor: 1- Sobre alguns caminhos analíticos que percorremos; 2- Dispositivo de racialidade; 3- Dispositivo de gênero e masculinidades. Neles apresentamos nossos materiais e discutimos os dois primeiros eixos analíticos que identificamos na análise.

No capítulo 3 - *Um limiar das práticas discursivas: as fissuras e contrapontos à armação do dispositivo Peixinhos*, apresentaremos nossos materiais de análise enquadrados por nós na categoria Narrativas de Resistência e discutiremos os eixos analíticos: 1- Cultura de Paz; 2- Território, identidade e pertencimento. Esse capítulo busca apresentar a linha de enunciação pautada nas práticas de vida que intentam fazer oposição ao discurso, muitas vezes hegemônico, da violência. Dos materiais analisados sobressai a discussão sobre cultura de paz, que analisamos em uma perspectiva genealógica, o colocando em lugar de suspeição, necessário a uma crítica foucaultiana proposta como condição de nosso estudo. Ademais, discutimos a

construção do sentimento de pertencimento que está intrinsecamente ligado aos conceitos de território e identidade.

Para melhor visualização do caminho que percorremos nessa pesquisa, elaboramos uma imagem gráfica, exposta ao final deste capítulo. Nela vamos ver nossos dois pontos de partida, um teórico, a partir do conceito de Dispositivo e um relacionado ao nosso campo, que é o bairro de Peixinhos. Inicialmente buscamos construir e apresentar um olhar teórico metodológico para nosso campo e sustentar entrecruzamentos narrativos, a partir do mapa narrativo que percorremos na rede de discursos e narrativas que Peixinhos enuncia e que faz da cultura um dispositivo quando relacionado a um fator de proteção infanto juvenil no bairro. Tomamos então as notícias transmitidas pela mídia como norte para o mapeamento discursivo sobre o território e encontramos em algum momento da análise uma ruptura nessa linha de força, que destacamos em dois eixos: narrativas de violência e narrativas de resistências. Das narrativas de violência apontamos como eixos analíticos o dispositivo da racialidade e o dispositivo de gênero e masculinidades. Já quanto às narrativas de resistência destacamos as discussões sobre Cultura de Paz e Território, identidade e pertencimento como ramificações na rede de dispositivos percorrida por nós através das mídias quando abordavam a cultura como fator de proteção no bairro de Peixinhos.

Imagem 1- Organograma da pesquisa



Fonte: Produção da autora.

CAPÍTULO 1- A CONSTRUÇÃO DE PEIXINHOS COMO TERRITÓRIO DE UM DISPOSITIVO PARA PESQUISA

Para a compreensão do que chamaremos nesta pesquisa de *dispositivo cultural*, partiremos da discussão do conceito de dispositivo a partir de obras pontuais de Giorgio Agamben, Gilles Deleuze e Michel Foucault. Escolhemos alguns textos desses autores em que delineiam suas proposições teóricas acerca do conceito de dispositivo em suas obras. Apresentaremos a seguir, por meio da Tabela 1, os textos com os quais faremos esse percurso conceitual neste capítulo da dissertação. Utilizaremos também alguns textos de outros autores que se façam importantes para compor as questões propostas neste capítulo: como o conceito de dispositivo nos permitirá visibilizar e falar sobre Peixinhos em nossa pesquisa? Quais linhas de visibilidade acerca de Peixinhos são possíveis a partir dos materiais construídos para esta dissertação?

Munidos dessas questões, faremos uma retomada de como podemos extrair forças e visibilizá-las na pesquisa sobre o bairro de Peixinhos em Olinda, Pernambuco, quando pensamos a questão da violência contra jovens neste território. Para este capítulo utilizaremos 5 manuscritos dos autores mencionados anteriormente: um texto de Giorgio Agamben (*1. O que é um dispositivo?*); quatro textos de Michel Foucault (*1. O dispositivo; 2. A arqueologia do Saber; 3. Ditos e Escritos V; 4. O sujeito e o poder*); e dois de Gilles Deleuze (*1. O que é um dispositivo?; 2. Foucault*). Na Tabela 1, apresentamos esse material bibliográfico separado por autores e respeitando as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), o ano de cada obra que aparece na tabela é de sua publicação no país, consideramos que a consulta dos originais não interfere na leitura desses textos, no sentido de que há no país uma ampla divulgação no meio acadêmico de suas obras em português.

Tabela 1: Textos base por autor sobre a formulação do conceito de Dispositivo

AGAMBEN	FOUCAULT	DELEUZE
AGAMBEN, G. O que é um dispositivo? In: G. Agamben,	FOUCAULT, M. O dispositivo. In: M. Foucault,	DELEUZE, G. O que é um dispositivo? In: G.

<i>O que é contemporâneo? E outros ensaios</i> (pp. 25-51). Chapecó, SC: Argos, 2009.	Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.	Deleuze, <i>O mistério de Ariana</i> (pp. 83-96). Lisboa: Veja, 1996.
	FOUCAULT, M. A arqueologia do Saber. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.	DELEUZE, G. Foucault. São Paulo: Brasiliense, 2005.
	FOUCAULT, M. Ética, Sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. (Ditos e Escritos; V).	
	FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: P. Rabinow, & H. Dreyfus. <i>Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica</i> (pp. 231-249). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.	

Fonte: Elaboração própria.

Nos subtópicos que seguem, estaremos ocupadas na análise conceitual do que esses autores apresentam como conceito de dispositivo. Atentas para como se tornará fundamental na construção teórico-metodológica desta pesquisa, buscaremos sistematizar brevemente esse conceito em cada autor, encontrando diferenças e semelhanças que nos permitam situar suas produções conceitualmente. Interessa-nos pouco os aspectos biográficos desses autores neste estudo, o que não tira a sua importância, mas daremos mais atenção sobre

o trabalho que realizam na formulação do(s) conceito(s) de dispositivo nas obras pontuadas anteriormente.

1.1 O dispositivo a partir de Agamben

Ao traçar uma genealogia do termo dispositivo, Agamben (2009) coloca que ele se caracteriza como um termo técnico importante para compreensão do pensamento foucaultiano, sendo empregado pelo autor em diversos momentos de sua obra, sobretudo quando trata de governamentalidade¹ ou de governo dos homens.

Agamben (2009) localiza uma das poucas referências ao conceito de dispositivo feita por Foucault em entrevista a Alain Grosrichard e outros convidados no ano de 1977 em que ele situa os elementos que compõem o conceito dispositivo que formula:

Aquilo que procuro individualizar com este nome é, antes de tudo, um conjunto absolutamente heterogêneo que implica discursos, instituições, estruturas arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas, em resumo: tanto o dito como o não dito, eis os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se estabelece entre estes elementos (Foucault, citado por Agamben, 2009, p.28).

Em trecho da mesma entrevista, Foucault destaca a função estratégica no conceito de dispositivo, que, situado em certo momento histórico, tem como objetivo responder a uma urgência e aborda sua articulação com o saber e o poder. Em suas palavras, segundo Agamben (2009):

¹ “Foucault utiliza o termo "governamentalidade" para referir-se ao objeto de estudo das maneiras de governar. Encontramos, em consonância com os eixos da noção de governo, duas ideias de governamentalidade. Em primeiro lugar, um domínio definido por: 1) O conjunto constituído, pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma de exercício do poder que tem, por objetivo principal, a população; por forma central, a economia política; e, por instrumento técnico essencial, os dispositivos de segurança. 2) A tendência, a linha de força que, por um lado, no Ocidente, conduziu à preeminência desse tipo de poder que é o governo sobre todos os outros: a soberania, a disciplina, e que, por outro, permitiu o desenvolvimento de toda uma série de saberes. 3) O processo, ou melhor, o resultado do processo, pelo qual o Estado de justiça da Idade Média converteu-se, durante os séculos XV e XVI, no Estado administrativo e finalmente no Estado governamentalizado. O estudo das formas de governamentalidade implica, então, a análise de formas de racionalidade, de procedimentos técnicos, de formas de instrumentalização. Trata-se, nesse caso, do que se poderia chamar de "governamentalidade política". Em segundo lugar, Foucault chama "governamentalidade" "[...] ao encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si". Nesse sentido, o estudo da governamentalidade não pode deixar de lado a relação do sujeito consigo mesmo. O estudo das relações entre o governo dos outros e o governo de si, no marco da governamentalidade, permite, por outro lado, a articulação das estratégias de resistência. A análise da governamentalidade abarca, então, em um sentido muito amplo, o exame do que Foucault denomina as artes de governar. Essas artes incluem, em sua máxima extensão, o estudo do governo de si (ética), o governo dos outros (as formas políticas da governamentalidade) e as relações entre o governo de si e o governo dos outros (CASTRO, 2009, p. 190-191)”.

O dispositivo tem natureza essencialmente estratégica, que se trata, como consequência, de uma certa manipulação de relações de força, de uma intervenção racional e combinada das relações de força, seja para orientá-las em certa direção, seja para bloqueá-las ou para fixá-las e utilizá-las. O dispositivo está sempre inscrito num jogo de poder e, ao mesmo tempo, sempre ligado aos limites do saber, que derivam desse e, na mesma medida, condicionam-no. Assim, o dispositivo é: um conjunto de estratégias de relações de força que condicionam certos tipos de saber e por ele são condicionados (Foucault, citado por Agamben, 2009, p.28).

Ao fazer uma arqueologia do conceito de dispositivo, Agamben (2009) afirma que no final dos anos setenta, mais precisamente quando começa a escrever *Arqueologia do Saber*, Foucault se utiliza do termo “*positivité*”, bebendo da fonte de Jean Hyppolite, por quem tinha uma relação de apego, nomeando-o, por vezes, como seu mestre.

De acordo com Agamben (2009), na análise de duas obras Hegelianas, *O espírito do cristianismo e o seu destino* e *A positividade da religião cristã*, Hyppolite aponta *destino* e *positividade* como conceitos chaves no pensamento de Hegel - segundo ele, especialmente em sua última fase, quando opõe religião natural e religião positiva. Ao mostrar a oposição entre natureza e positividade como correspondente à dialética entre liberdade e coerção e entre razão e história, Hyppolite teria despertado a curiosidade de Foucault e abre presságio para a noção de dispositivo. Agamben (2009) faz referência ao texto de Hyppolite, que colabora com a compreensão do que está sendo mencionado:

Num certo sentido, a positividade é considerada por Hegel como um obstáculo à liberdade humana, e como tal é condenada. Investigar os elementos positivos de uma religião, e se poderia já acrescentar, de um estado social, significa descobrir aquilo que nestes é imposto por meio de uma coerção aos homens, aquilo que torna opaca a pureza da razão; mas, num outro sentido, o que no curso do desenvolvimento do pensamento hegeliano acaba por prevalecer, a positividade deve estar conciliada com a razão, que perde então o seu caráter abstrato e se adapta à riqueza concreta da vida (Hyppolite, citado por Agamben, 2009, p. 32).

Segundo Agamben (2009), Foucault toma emprestado o conceito de positividade de Hegel. Colocado como elemento histórico, estruturado por regras, ritos e instituições impostas aos indivíduos por um poder externo, interiorizado nos sistemas de crenças e sentimentos; e problematiza a relação dos indivíduos como seres viventes e o elemento histórico, buscando entender o conjunto das instituições, dos processos de subjetivação e as regras que se concretizam nas relações de poder. Entretanto, para o autor, Michel Foucault se difere de Hegel ao passo que não busca reconciliar esses dois elementos ou visibilizar o conflito entre eles, mas compreender os modos como a positividade (ou os dispositivos) atuam nas relações, nos mecanismos e nas disputas de poder (Agamben, 2009).

Para Agamben (2009),

os dispositivos são precisamente o que na estratégia foucaultiana toma o lugar dos universais: não simplesmente esta ou aquela medida de segurança, esta ou aquela tecnologia do poder e nem mesmo uma maioria obtida por abstração: antes, como dizia na entrevista de 1977, ‘a rede (*le réseau*) que se estabelece entre estes elementos (AGAMBEN, 2009, p. 33-34).

É preciso marcar que Agamben (2009) destaca a estratégia foucaultiana do uso do conceito de dispositivo como forma de desestabilização dos universais. Deste modo, ao tomarmos um elemento como dispositivo, estamos nos recusando aos universais, àquilo que nos impele à estagnação, ou à paz da familiaridade e do suposto progresso das práticas humanas na história. Conforme, Paul Veyne (2011, p. 24),

quando se vai, assim, ao fundo de certo número de fenômenos, constata-se a singularidade de cada um deles e o arbitrário de todos, e chega-se, por indução, a uma crítica filosófica do conhecimento, à constatação de que as coisas humanas não têm fundamento e a um ceticismo sobre as ideias gerais (mas apenas sobre elas: não sobre singularidades tais como a inocência de Dreyfus ou a data exata da batalha de Teutoburgo).

Veyne (2011, p. 24) destaca o discurso como *differentia ultima*, sendo resultado da ação analítica foucaultiana articulada aos métodos arqueológico e genealógico. Neste sentido, integra a ação que caracteriza a arqueologia como um “balanço desmistificador”. Assim, ao destacarmos as práticas discursivas e não discursivas, ocupadas no que as pessoas dizem e fazem, também sobre o que falam e fazem sobre/com elas, estamos situadas em um conjunto de positivities próprias das analíticas propostas por Michel Foucault: com estas materialidades escapamos do ceticismo e estamos no campo da construção de outras práticas e saberes que interrogam nossa atualidade histórica.

Em vez de partir dos universais como grade de inteligibilidade das “práticas concretas”, que são pensadas e compreendidas, mesmo que praticadas em silêncio, parte-se dessas práticas e do discurso singular e estranho que elas supõem “para passar de algum modo os universais pela grade dessas condutas”; descobre-se então a verdade verdadeira do passado e a “inexistência dos universais”. (VEYNE, 2011, p. 28).

Agamben (2009) aponta que o uso foucaultiano da palavra dispositivo remete a um conjunto de práticas e mecanismos linguísticos e não linguísticos, jurídicos, técnicos e militares

que objetiva um efeito imediato a uma urgência, trata-se da gestão prática de problemas ou de questões que aparecem na *polis*, na cidade, na vida comum e que exigem certa urgência de resposta (Agamben, 2009). A partir disso, o autor se questiona acerca do contexto histórico em que se origina o termo dispositivo e o relaciona à palavra grega *oikonomia*, iniciando uma breve arqueologia do conceito de economia grego.

Nos primeiros séculos da história da Igreja o termo *oikonomia* teve uma função importante na teologia. Seu significado está relacionado à administração da casa, ou de forma mais genérica, à gestão. Trata-se de uma *práxis*, uma atividade prática para lidar com uma situação problema (SILVA & HÜNING, 2017).

Seu uso pela Igreja Católica veio a solucionar o dilema histórico da Trindade (Como um Deus só pode ser Pai, Filho e Espírito Santo?), como forma de impedir a reintrodução de um possível politeísmo e paganismo na fé cristã – conflito teológico que durou séculos na Igreja Católica. Deste modo, a ideia de *oikonomia* grega é originária de uma concepção que passa a indicar que Deus, sem nenhum prejuízo ao seu poder, designava a Cristo, seu filho, a administração e o governo da história dos homens e o Espírito Santo continuaria as missão salvífica na terra após seu arrebatamento aos céus de corpo e alma, conforme a fé cristã. No entanto, a consequência dessa operação do catolicismo foi a criação de uma cisão de Deus entre ser e ação, ontologia e *práxis* (sou um único Deus, mas em pessoa três, ou seja, sou um só, mas dividido em três: o ser e a *práxis* como cisão inserem-se na história do ocidente). Para Agamben (2009) esse é o legado deixado pela doutrina teológica da *oikonomia* para a cultura ocidental, uma ação (a economia grega) sem ligação com o ser.

Seguindo a genealogia do termo dispositivo, Agamben (2009) aponta que a noção de *oikonomia* se funde com a de providência divina (conceito também central para a doutrina cristã católica) no período de Clemente de Alexandria e passa a significar “o governo salvífico do mundo e da história dos homens” (p. 37-38). A palavra *oikonomia* grega passa a ser traduzida nos escritos dos padres latinos como *ispositivo*, de onde deriva a palavra em português dispositivo. Ou seja, há um trabalho de tradução dos padres católicos da palavra grega *oikonomia* para a palavra latina *ispositivo* que designava a ação divina trinitária de destinar os homens à salvação. Desse modo, Agamben (2009) nos mostra a conexão que existe entre os dispositivos trabalhados por Foucault e essa construção secular da teologia cristã em torno da tradução latina da palavra *oikonomia* grega. Assim como na cisão entre Deus, ser e *práxis*, o termo dispositivo se ocupa em nomear

aquilo em que e por meio do qual se realiza uma pura atividade de governo sem nenhum fundamento no ser. Por isso os dispositivos devem sempre implicar um processo de subjetivação, isto é, devem produzir sujeito (AGAMBEN, 2009, p. 38).

A referência à *oikonomia* então é evidente, ao passo que se trata de um conjunto de saberes, de práticas, de medidas e instituições que objetivam controlar, administrar, governar e controlar os gestos e pensamentos dos homens, destinando-os a um fim (AGAMBEN, 2009).

Ao fazer sua própria análise sobre o termo dispositivo e propondo uma generalização da classe dos dispositivos foucaultianos, Agamben (2009) chama de dispositivo “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes” (p. 41). Com isto, separa de um lado os seres viventes (ou as substâncias) e de outro os dispositivos em que são capturados, não tomando somente as prisões, os manicômios, as escolas, as Igrejas, as fábricas, as formas jurídicas, etc, mas englobando também classes de dispositivos em que o poder não se encontra tão evidente como a agricultura, os textos, a filosofia, os celulares e a própria linguagem.

Seguindo essa lógica, a partir da relação entre os seres viventes e os dispositivos estariam os sujeitos como resultado dela. Um mesmo indivíduo pode estar submetido a vários processos de subjetivação simultaneamente, a exemplo: ser usuário de celular, jogador de jogos *online*, escritor de crônicas, torcedor de time de futebol, entre outros (AGAMBEN, 2009). Isso porque, “na raiz de todo dispositivo está, deste modo, um desejo demasiadamente humano de felicidade, e a captura e a subjetivação, deste desejo, numa esfera separada, constituem a potência específica do dispositivo” (p. 44).

O autor evidencia que com a disseminação e o crescimento ilimitado de dispositivos na modernidade capitalista, novos modos de subjetivação estão sendo produzidos, dando a falsa impressão de perda de consistência. Agamben (2009) analisa que o que acontece não é o enfraquecimento dos modos de subjetivação e sim “uma disseminação que leva ao extremo o aspecto de mascaramento que sempre acompanhou toda identidade pessoal” (p. 42) e a saída para lidar com essa questão não seria destruí-los ou usá-los de modo correto, considerando que os dispositivos modernos apresentam uma diferença em relação aos tradicionais, eles atuam também através dos processos de dessubjetivação.

Sobre essa questão, Agamben (2009) explana que todo dispositivo implica um processo de subjetivação como condição *sine qua non* para funcionar como dispositivo de governo, isso que o diferencia de um mero exercício de violência, ou seja, ele é capaz de produzir subjetivações e, justamente por isso, é também uma máquina de governo. Isso que Foucault vai evidenciar ao tratar que em uma sociedade disciplinar os dispositivos através de práticas, discursos, saberes e exercícios buscam docilizar os corpos, para que assumam a sua identidade e a sua liberdade de sujeitos no próprio processo de assujeitamento, na forma de uma servidão voluntária.

Entretanto, o que Agamben (2009) quer nos mostrar é que o processo de dessubjetivação (deixar-de-ser) sempre esteve implícito no processo de subjetivação (ser) e, na atualidade, eles acontecem de forma igualmente indiferentes e não dão lugar à recomposição de novo sujeito a não ser de forma espectral, “na não-verdade do sujeito não há mais de modo algum a sua verdade” (AGAMBEN, 2009, p. 47). Isso significa dizer que o internauta que navega pela internet, por exemplo, não adquire pelo uso/prática uma nova subjetividade. Passa somente a ser parte de um índice a partir do qual pode porventura ser controlado. O sujeito fabricado pelos dispositivos está relacionado, portanto, à construção de uma virtualidade que permite controle e subjetivação, associada aos diversos campos de possibilidades de ser, estar e existir.

Com isso, o autor questiona o discurso de uso correto dos dispositivos como resolução de problemas possíveis decorrentes deles, visto que a todo dispositivo corresponde um processo de subjetivação e/ou de dessubjetivação, tornando, portanto, impossível seu uso correto (AGAMBEN, 2009). Para ele,

As sociedades contemporâneas se apresentam assim como corpos inertes atravessados por gigantescos processos de dessubjetivação que não correspondem a nenhuma subjetivação real. Daqui o eclipse da política, que pressupunha sujeitos e identidades reais (o movimento operário, a burguesia, etc.), e o triunfo da *oikonomia*, isto é, de uma pura atividade de governo que visa somente à sua própria reprodução (AGAMBEN, 2009, p. 48-49).

Agamben (2009) nos provoca a pensar como o corpo social acaba sendo controlado e comandado pelos dispositivos em todos os seus pequenos atos e gestos cotidianos, por menores que sejam, por exemplo, o uso de câmeras nas ruas das cidades, tornando visível e julgável cada comportamento do cidadão, “aos olhos da autoridade - e, talvez esta tenha razão - nada se assemelha melhor ao terrorista do que o homem comum” (AGAMBEN, 2009, p. 50). Para o autor, a resolução quanto ao uso dos dispositivos está ligada ao fato de trazer à luz o Ingovernável, o início e o ponto de fuga de toda política. Neste sentido, ao afirmar sua própria

reprodução, os dispositivos contemporâneos constroem um corpo social e político governável através de sua máxima docilização, recolocando o ingovernável no horizonte de uma política que vem, ao torná-lo visível pela figura do homem comum, daquilo sobre o qual não pode haver controle e governo que não seja por meio da violência e arbitrariedade, o que chamará ao longo de sua obra de *vida nua* ou *homo sacer*, construídas e politizadas através das redes de dispositivos históricos do ocidente europeu.

Concluindo, a questão apontada por Agamben (2009) refere-se ao aparecimento da técnica e da tecnologia na modernidade. Que só pode ocorrer através da cisão entre o que eu sou e o que faço: um dos fundamentos da sociedade moderna, diferentemente da Idade Média que o que eu sou determina o que faço, Agamben (2009) está apontando que a ideia de dispositivo só é possível no ocidente a partir do aparecimento da técnica, com a noção de que o que eu sou e o que eu faço não são as mesmas coisas, apesar de coincidirem em inúmeros momentos. Isso é importante para pensar que os dispositivos sempre irão atuar subjetivando (fazendo ser), mas também dessubjetivando (fazendo deixar de ser), tornando possível ser e deixar de ser simultaneamente sem maiores prejuízos. Como é o caso do elemento cultural que trazemos como mote para pensar Peixinhos: o bairro *é/torna-se* e *deixa de ser/é tornado violento* concomitantemente, sem que *práxis* e *ontos* anule um ao outro, construindo virtualidades que não se anulam, mas que se colocam presentes mutuamente nas narrativas e discursos do que estamos chamando de dispositivo.

Neste sentido, entendemos que o autor assinala os dispositivos contemporâneos operando de modo a construir não uma identidade, mas espectros, fantasmas, que quando tomados analiticamente não explicariam o que um tal se tornou simplesmente, mas remeteria tais sujeitos à pura potência do ser, à virtualidade, ao ingovernável, princípio e fim de toda política: ao ingovernável remetemos ao que esse autor chama de *estado de natureza*, ou seja, lugar do caos e da violência fundadora, como aponta Walter Benjamin (1986) no seu texto *Crítica da violência*. Deste modo, ao pensarmos nosso objeto de estudo nesta dissertação, buscaremos ferramentas que permitam compreender aspectos dessa violência fundadora e de como ocorre a construção de identidade no território, compreendida nesta crítica aos espectros e ao ingovernável, feita pelo autor.

1.2 O dispositivo a partir de Foucault

Castro (2009) distingue a obra foucaultiana em dois momentos: um arqueológico, em que as primeiras obras se concentram na descrição da *episteme* e de seus problemas metodológicos; e, outro genealógico, com foco no estudo dos dispositivos (dispositivo disciplinar, dispositivo de sexualidade, etc). A mudança de perspectiva e de objeto de análise, nessas etapas de sua obra, acarreta a introdução da análise do poder, visto que, na perspectiva do autor, a arqueologia busca descrever os discursos das diferentes *epistemes* (renascentista, clássica, moderna) de forma resumida na ordem do discurso, dando conta apenas dos resultados, não favorecendo a descrição das mudanças ocorridas em si mesmas (CASTRO, 2009).

O conceito de dispositivo em Foucault surge justamente quando soma-se ao seu trabalho a análise do poder, da relação entre o discursivo e o não discursivo, fazendo com que, segundo Castro (2009), torne-se o objeto de descrição da genealogia. Serão retratados pelo autor diversos tipos de dispositivos, a saber: dispositivos disciplinares, dispositivos de poder, dispositivos de saber, dispositivo de sexualidade, dispositivo de subjetividade, dispositivo de verdade, etc. (CASTRO, 2009).

Ao falar sobre o processo genealógico, Foucault (1979) aponta que é preciso se livrar do sujeito constituinte, livrar-se do próprio sujeito, para se chegar a uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito dentro da trama histórica, considerando essa historicidade do devir. Para ele, a genealogia seria exatamente “uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história” (FOUCAULT, 1979, p. 07). Para tanto, faz-se necessária a desconfiança aos universais antropológicos presentes nas práticas discursivas, o que não significa recusá-los, mas suspeitar e questioná-los.

Nesse contexto, Foucault (1979) apresenta o dispositivo exatamente como uma configuração dos domínios do saber e de exercício do poder que adquire uma função estratégica acerca dos problemas colocados como cruciais em determinado momento histórico, que age de forma racional sobre o campo de forças ao qual se insere direcionando-as em proveito de seus fins. Contudo, os dispositivos, justamente por sua característica de atuação em um campo de forças móveis, heterogêneas e mutáveis, estão também em constante reconfiguração e rearranjos.

Castro (2009) delimita a noção de dispositivo em Foucault da seguinte maneira:

1) O dispositivo é a rede de relações que podem ser estabelecidas entre elementos heterogêneos: discursos, instituições, arquitetura, regimentos, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, o dito e o não dito. 2) O dispositivo estabelece a natureza do nexo que pode existir entre esses elementos heterogêneos. Por exemplo, o discurso pode aparecer como programa de uma instituição, como um elemento que pode justificar ou ocultar uma prática, ou funcionar como uma interpretação a posteriori dessa prática, oferecer-lhe um campo novo de racionalidade. 3) Trata-se de uma formação que, em um momento dado, teve por função responder a uma urgência. O dispositivo tem, assim, uma função estratégica. Por exemplo, a reabsorção de uma massa de população flutuante que era excessiva para uma economia mercantilista. Tal imperativo estratégico serviu como a matriz de um dispositivo que se converteu pouco a pouco no controle-sujeição da loucura, da doença mental, da neurose. 4) Além da estrutura de elementos heterogêneos, um dispositivo se define por sua gênese. A esse respeito, Foucault distingue dois momentos essenciais. Um primeiro momento do predomínio do objetivo estratégico; um segundo momento, a constituição do dispositivo propriamente dito. 5) O dispositivo, uma vez constituído, permanece como tal na medida em que tem lugar um processo de sobredeterminação funcional: cada efeito, positivo e negativo, querido ou não querido, entra em ressonância ou em contradição com os outros e exige um reajuste. Por outro lado, encontramos também um processo de perpétuo preenchimento (remplissement) estratégico. Por exemplo, no caso da prisão. O sistema carcerário produziu um efeito que nem estava previsto de antemão, nem tem nada a ver com a astúcia estratégica de um sujeito meta ou trans-histórico que o houvesse querido ou planejado (CASTRO, 2009, p. 122).

Antes de falecer, em entrevista concedida a G. Barbedetti e A. Scala em 29 de maio de 1984, Foucault aponta sua busca por destacar três grandes tipos de problemas: o da verdade, o do poder e o da conduta individual, entendendo-os como grandes domínios da experiência que existem entrelaçados e que só podem ser compreendidos um em relação aos outros (FOUCAULT, 2004). Desse modo, o autor nos leva a pensar sobre as relações entre poder e liberdade enquanto parceiras e recíprocas, “no centro da relação de poder, ‘provocando-a’ incessantemente, encontra-se a recalcitrância do querer e a intransigência da liberdade” (FOUCAULT, 1995, p. 244).

Por esta ótica, compreende-se a liberdade como pré-condição da existência das relações de poder e é a resistência quem as subsidia, pois sem ela haveria apenas a coerção absoluta e a impossibilidade de transformação. Contudo, Foucault (2004) coloca a polêmica sobre a existência de “estados de dominação, nos quais as relações de poder, em vez de serem móveis e permitirem aos diferentes parceiros uma estratégia que os modifique, se encontram bloqueadas e cristalizadas” (FOUCAULT, 2004, p. 266). Nesses casos em que o movimento de transformação se encontra bloqueado e as práticas de liberdade prejudicadas, movimentos de libertação passam a ser necessários no sentido de torná-las novamente potentes, é justamente como consequência às forças de assujeitamento que a subjetividade resiste e toma a si mesma

como objeto de elaboração. O sujeito se constitui então na intersecção entre as práticas de liberdade e os critérios de verdade estabelecidos historicamente. Para Foucault,

o sujeito se constitui de uma maneira ativa, através das práticas de si, essas práticas não são, entretanto, alguma coisa que o próprio indivíduo invente. São esquemas que ele encontra em sua cultura e que lhe são propostos, sugeridos, impostos por sua cultura, sua sociedade e seu grupo social (FOUCAULT, 2004, p. 276).

Ao tomar este pensamento, o autor se propõe a pensar o dispositivo a partir de suas técnicas de *governamentalidade*, sendo este conceito definido como o “conjunto das práticas pelas quais é possível constituir, definir, organizar, instrumentalizar as estratégias que os indivíduos, em sua liberdade, podem ter uns em relação aos outros” (FOUCAULT, 2004, p. 286). Governar trata-se então de conduzir condutas próprias e de outros em jogos estratégicos de poder e liberdade, sendo a *subjetivação* o produto da articulação entre as técnicas de governo dos outros e as técnicas de governo de si, podendo um ou outro desses conjuntos estratégicos ser privilegiado em dado momento (FOUCAULT, 2004).

Desse modo, o sujeito passa a não ser mero produto do assujeitamento a um dispositivo ao passo que ele participa de seu processo de subjetivação. Weinmann (2006) aponta que por meio do conceito de experiência os processos de subjetivação são colocados por Foucault no mesmo nível dos relacionados ao saber e ao poder de modo entrelaçado e não mais um subalterno das relações de saber e poder, remodelando o conceito de dispositivo como conjunto das relações entre saber, poder e subjetivação. Com o conceito de dispositivo, o autor buscou abordar analiticamente as práticas de resistência e os processos de subjetivação atrelados às relações entre poder-saber e saber-poder, destacando sua agência política nos seus modos de constituição como sujeitos.

1.3 O dispositivo a partir de Deleuze

Na obra *O mistério de Ariana*, Deleuze (1996) coloca o dispositivo como um conjunto de linhas de natureza diferentes que traçam sistemas heterogêneos como o sujeito, a linguagem, o objeto, que ora se aproximam ora se distanciam em processos de constante desequilíbrio, essas linhas estão sempre sujeitas à variação de direção e derivações. Elas são vetores ou tensores, que podem cristalizar o dispositivo (linhas de estratificação) e que também podem

quebrar, acarretando variações de direção, ou bifurcar, gerando derivações, podem então configurar-se como linhas de atualização, operando as transformações de um dispositivo. Desse modo, as três grandes instâncias colocadas por Foucault: o saber, o poder e a subjetividade, não possuem contornos definidos e o processo de desenredar as linhas de um dispositivo envolve o ato de cartografá-las, compreender como elas formam e são modificadas pelo dispositivo.

Deleuze (1996) vai então afirmar que as primeiras duas dimensões de um dispositivo destacadas por Foucault são as curvas da **visibilidade** e as curvas de **enunciação**, pois os dispositivos são como máquinas de fazer ver e de fazer falar. A visibilidade é composta por linhas de luz, singulares de cada dispositivo, que formam figuras variáveis, elas distribuem o visível e o invisível fazendo nascer ou desaparecer o objeto que sem elas não existem, “cada dispositivo tem o seu regime de luz, uma maneira como cai a luz, se esbate e se propaga, distribuindo o visível e o invisível, fazendo com que nasça ou desapareça o objeto que sem ela não existe” (DELEUZE, 1996, p. 84). O dispositivo funciona, portanto, como uma máquina óptica com condições históricas específicas, que estabelece áreas de visibilidade e de invisibilidade e que articula ao mesmo tempo um sujeito que vê e um objeto a ser visto.

Os enunciados, por sua vez, se constituem por linhas de enunciação sobre as quais se distribuem as posições que diferenciam seus elementos, são curvas que distribuem variáveis. Sendo assim, a ciência, os movimentos sociais, por exemplo, são em um determinado momento definidos pelos regimes de enunciados a que dão origem. Trata-se de uma máquina enunciativa que determina a dispersão dos enunciados no conjunto de práticas discursivas, favorecendo diversas posições de sujeito e objeto no discurso. Não são nem sujeitos e nem objetos, mas regimes definidos pelo visível e pelo enunciável, com suas transformações e derivações (DELEUZE, 1996).

Segundo Deleuze (1996), a terceira dimensão situada por Foucault é relativa à linha de forças, que cumprem a função de retificar as linhas de visibilidade e de enunciação, perpassando os caminhos entre uma linha e outra, em um vaivém incessante, estabelecendo a comunicação entre o ver e dizer, entrecruzando as coisas e as palavras e definindo as condições de possibilidade do saber. A linha de forças se produz a partir da comunicação entre um ponto e outro cobrindo todos os lugares do dispositivo. Ela é invisível, indizível e, apesar de estar enredada nas demais, suscetível ao desenredamento, é composta pelo saber e pelo poder. Trata da dimensão do poder, analisada por Foucault através de tecnologias específicas (poder

pastoral, biopoder, poder disciplinar, etc.) por meio do estudo de suas condições históricas e formas de organização (DELEUZE, 1996).

Por fim, as linhas de subjetivação atuam e afetam a si mesmas em uma dimensão de si próprio, que está em constante processo de construção e reconstrução que implica na constituição de subjetividade em um dispositivo. Ela escapa às outras linhas, não é nem um saber e nem um poder, mas de um processo de individuação que diz respeito a grupos ou pessoas e escapa tanto das forças quanto dos saberes estabelecidos. A subjetivação consiste, portanto, na resistência às forças, voltando-as sobre si mesma, ainda que esteja sempre à mercê de ser recapturada por elas, ela transpõe o limiar de um dispositivo, “podemos perguntar se as linhas de subjetivação não são o extremo limite de um dispositivo, e se não esboçam elas a passagem de um dispositivo a um outro: neste sentido, elas predis põem às ‘linhas de fraturas’”, as dobras deleuzianas (DELEUZE, 1996, p. 86).

Deleuze (1996) aponta que Foucault distingue o dispositivo da cidade de Atenas como lugar de invenção de subjetivação na medida em que inventa uma linha de forças que passa pela rivalidade entre os homens livres. Da linha sobre a qual um homem livre pode dar ordem a outros homens deriva-se outra, da qual aquele homem que dá ordens a homens livres deve ser ele próprio seu mestre. De tais regras da orientação de si próprio se constituem uma subjetivação, autônoma, ainda que chamada a inspirar novos saberes e poderes. Assim como as demais, as linhas de subjetivação não têm uma fórmula geral.

Os dispositivos têm então, a partir da leitura deleuziana, como componentes linhas de visibilidade, de enunciação, de força, de subjetivação, de fissura, de fratura que se entrecruzam, se comunicam e se misturam, fazendo conexões entre si e suscitando em novas linhas por meio de variações e mutações de agenciamento. Disso decorrem *duas consequências fundamentais* na constituição dos dispositivos: a *primeira é o repúdio aos universais*, o universal ao contrário de trazer explicação carece ele próprio de esclarecimentos, todas as linhas são de variação e não possuem coordenadas constantes, estão em constante fluxo. O todo, o verdadeiro, o objeto e o sujeito não são universais, mas processos singulares de unificação, totalização, verificação, objetivação e subjetivação pertencentes a dado dispositivo, operando de modo particular e único, diferenciando cada dispositivo dos demais. (DELEUZE, 1996).

Foucault recusa os universais de reflexão, de comunicação e de consenso e, assim como Spinoza e Nietzsche, defende que os modos de existência devem ser pensados a partir de critérios imanentes, com suas possibilidades, liberdade e criatividade. A partir disso, destaca-

se a segunda consequência apontada na constituição dos dispositivos, que se refere à mudança de orientação de algo eterno para o novo, que seria nesse contexto a criatividade variável dos dispositivos. Para Foucault, os dispositivos se definem pelo que trazem de novidade e de criatividade, demarcando sua capacidade de transformação e/ou de subdivisão em novos dispositivos. E, na medida em que estejam livres das dimensões do saber e do poder, as linhas de subjetivação mostram-se capazes de traçar caminhos de criação, fazendo surgir novas formas de dispositivos a partir das que vieram a ruir (DELEUZE, 1996).

Na leitura deleuziana pertencemos aos dispositivos e também agimos sobre eles, a atualidade se refere então àquilo de novo de cada dispositivo em relação aos anteriores, sendo assim, o atual não é aquilo que somos, mas o que vamos nos tornando, aquilo que somos em *devenir*. Nessa perspectiva, é importante distinguir em cada dispositivo aquilo que somos, o que não seremos mais, e o que somos em *devenir* (formado pela história do que nos tornamos). A história seria então o desenho do que somos e deixamos de ser, o arquivo, enquanto o atual, é o esboço do que vamos nos transformando (DELEUZE, 1996). Ao descrever os antigos dispositivos de soberania, Foucault está na verdade nos mostrando exatamente aquilo que vamos gradualmente deixando de ser e como se desenrola a atualidade dos dispositivos disciplinares e esse é o desafio, separar em todo dispositivo analisado suas linhas de passado e futuro, bem como seu arquivo/atual e seu *devenir*. Deleuze (1996) cita o seguinte trecho da obra *Arqueologia do Saber* para elucidar a questão:

A análise do arquivo comporta, pois, uma região privilegiada: ao mesmo tempo próxima de nós, mas diferente de nossa atualidade, trata-se da orla do tempo que cerca nosso presente, que o domina e que o indica em sua alteridade; é aquilo que, fora de nós, nos delimita. A descrição do arquivo desenvolve suas possibilidades (e o controle de suas possibilidades) a partir dos discursos que começam a deixar justamente de ser os nossos; seu limiar de existência é instaurado pelo corte que nos separa do que não podemos mais dizer e do que fica fora de nossa prática discursiva; começa com o exterior da nossa própria linguagem; seu lugar é o afastamento de nossas próprias práticas discursivas. Nesse sentido, vale para nosso diagnóstico. Não porque nos permitiria levantar o quadro de nossos traços distintivos e esboçar, antecipadamente, o perfil que teremos no futuro, mas porque nos desprende de nossas continuidades; dissipa essa identidade temporal em que gostamos de nos olhar para conjurar as rupturas da história; rompe o fio das teleologias transcendentais e aí onde o pensamento antropológico interrogava o ser do homem ou sua subjetividade faz com que o outro e o externo se manifestem com evidência. O diagnóstico assim entendido não estabelece a autenticação de nossa identidade pelo jogo das distinções. Ele estabelece que somos diferença, que nossa razão é a diferença dos discursos, nossa história a diferença dos tempos, nosso eu a diferença das máscaras. Que a diferença, longe de ser origem esquecida e recoberta, é a dispersão que somos e que fazemos (FOUCAULT, 2008, p. 148-149).

É no movimento de construção de uma experiência histórica que a relação consigo se constitui em conjunto à relação com os outros, sem que se constitua em uma interioridade. Na resistência às linhas de força hegemônicas a subjetivação se constrói, como uma fenda nos regimes de saber e poder que a atravessam. Diz respeito a uma exterioridade, superfície onde as forças em jogo têm a possibilidade de afetarem-se não apenas umas às outras, mas, também, a si própria. Nas palavras de Deleuze (2005) o emergir do si próprio ocorre de modo que

O que pertence ao lado de fora é a força, porque em sua essência ela é relação com outras forças: em si mesma, ela é inseparável do poder de afetar outras forças (espontaneidade) e de ser afetada por outras (receptividade). Mas, o que decorre, então, é uma relação da força consigo, um poder de se afetar a si mesmo, um afeto de si por si (DELEUZE, 2005, p. 108).

O que M. Foucault nos mostra e G. Deleuze salienta é o modo como a subjetivação se impõe de forma contrária às formas de subjetividade propostas e impostas pelos dispositivos existentes na sociedade em um processo constante de resistência, proporcionando uma forma de relação consigo mesmo afastada dos saberes e poderes hegemônicos. No entanto, o si próprio² é continuamente penetrado e reintegrado em novos saberes e poderes e, recodificado por eles, sofrem o processo de assujeitamento da subjetivação: ao outro, submissão; a si próprio, identidade. Para Deleuze (1996), cartografar um dispositivo é justamente considerar esse ciclo de forças e resistências, observá-lo a partir de suas linhas de estratificação (quem somos), de atualização (quem deixamos de ser e o que somos em devir). Mapear os processos que nos levam a quem estamos nos tornando.

Esse é o diferencial explorado na obra deleuziana, o destaque cartográfico do dispositivo realizado a partir de três grandes feixes de linhas, não homogêneos e sem contornos definidos, mas que consistem em sistemas de variáveis, que se desdobram umas das outras: o saber, o poder e a subjetivação (WEINMANN, 2006).

² Ao tratar a noção de governo, Foucault vai diferenciar dois eixos: (1) o governo como relação entre sujeitos, (2) o governo como relação consigo mesmo. No primeiro sentido, trata-se de um conjunto de ações sobre ações possíveis, relacionado a um campo de possibilidade aonde se inscreve o comportamento dos sujeitos. Trata-se, em definitivo, de uma conduta que tem por objeto a conduta de outro indivíduo ou de um grupo. Governar consiste em conduzir condutas. Ampliando a noção de governo, Foucault traz ainda que ele está presente também na relação que se pode estabelecer consigo mesmo, na medida em que, por exemplo, se trata de dominar os prazeres ou os desejos. Foucault interessa-se particularmente pela relação entre as formas de governo de si e as formas de governo dos outros. Os modos de objetivação-subjetivação situam-se no entrecruzamento desses dois eixos (CASTRO, 2009, p. 190). É nesse sentido que Furtado (2013, p.52) vai afirmar que Foucault, ao ir de encontro aos dispositivos que produzem efeitos de dominação, aborda as formas de relação do indivíduo consigo mesmo que buscam à obtenção de um estado de satisfação e soberania de si, trata-se da noção de “governo de si”, isto é, a recusa relativa das práticas de controle das condutas, que faz emergir o conceito de “estética da existência”. Tais conceitos da obra foucaultiana não vão ser abordados com maior detalhamento nesta seção.

1.4 Aproximações e distâncias entre o conceito de dispositivo em Foucault, Deleuze e Agamben

A partir da leitura dos autores propostos para essa discussão, é possível traçar breves aproximações e distanciamentos entre a forma como operam o conceito de dispositivo.

Agamben (2009), ao trabalhar com o conceito de dispositivo a partir da ideia de um conjunto que engloba o linguístico e o não linguístico no mesmo campo, ajuda a pensar os dispositivos contemporâneos, a partir dos processos de subjetivação e dessubjetivação, destacando-se dos demais autores pela inserção do *ingovernável* na política. Ele resgata ainda a noção de positividade de Hippolyte que influenciou o pensamento foucaultiano, traçando uma associação entre dispositivo e positividade.

Assinalamos como ponto de afastamento entre Agamben (2009) e Foucault (1979; 1995; 2004; 2008), uma perspectiva de passividade e mero controle dos indivíduos, quando o primeiro autor aborda a questão da dessubjetivação como inerente ao processo de subjetivação. Foucault, por sua vez, aposta que o sujeito atua e participa no seu processo de subjetivação através do conceito de experiência, nesse caso, ele põe em evidência as práticas de resistência e os processos de subjetivação atrelados e em relação com o poder-saber, destacando a agência política dos sujeitos, as práticas de liberdade e resistência como participantes da sua constituição. Deleuze (1996; 2005) se aproxima mais de Foucault nesse ponto quando discute as linhas de subjetivação, ressaltando seu poder de resistência às forças de visibilidade e enunciação e aos saberes estabelecidos.

Deleuze (1996; 2005), traz como principal contribuição as linhas de visibilidades e dizibilidades, colocando em jogo as resistências, mas principalmente as possibilidades de criação. O autor atenta para as fraturas e rupturas presentes na contingência histórica e as possibilidades que resistem aos agenciamentos concretos do poder sobre a vida, destacando-se dos demais autores nessa perspectiva. Para ele, os dispositivos são máquinas de fazer ver e falar compostas por linhas de força, que retificam e direcionam as linhas de visibilidade e enunciação e trabalham em articulação entre o saber e o poder no interior dos dispositivos. Ao explorar as linhas de subjetivação, Deleuze (1996; 2005) se distancia do processo de subjetivação explorado por Agamben (2009) que considera o conceito de dispositivo a partir dos processos de sujeição.

Por último, Foucault (1979; 1995; 2004; 2008) se aproxima das analíticas das práticas de resistência e da liberdade nos processos de subjetivação. Destaca-se dos demais ao pensar os dispositivos como instituições e práticas discursivas e não-discursivas, a partir das quais o sujeito se constitui através de linhas de fuga.

De modo geral podemos apontar algumas contribuições em comum ao conceito de dispositivo por estes três autores. Deixaremos a seguir alguns passos sobre o que podemos destacar de contribuição para pensarmos nosso objeto de pesquisa nesta dissertação:

1. Agamben (2009) nos faz atentar para as dinâmicas inerentes aos dispositivos que produzem o que chama de espectros, imagens e virtualidades, ou o ingovernável; assim, a partir dos dispositivos em uma visão do autor podemos colocar em análise não somente o que se cristaliza, se totaliza, mas também aquilo que não cria identidade como efeito dos dispositivos;
2. Foucault (1979; 1995; 2004; 2008) permite-nos pensar como os dispositivos põem em análise as relações entre poder e liberdade, a partir dos processos de resistência que criam formas de ser e estar no mundo;
3. Já Deleuze (1996; 2005) permite-nos formular as seguintes questões analíticas ao lidarmos conceitualmente com o que chama de dispositivo: a) quando emergem os universais no trabalho com os dispositivos? E quais são esses universais? b) como esses universais se formam? E como eles permitem, através do trabalho cartográfico, a saída do eterno para o novo? c) a partir disso, é possível questionarmo-nos sobre quem estamos nos tornando e, assim, construir arquivos críticos de nós mesmos.

No próximo subtópico iremos apresentar Peixinhos, bairro de Olinda, como território de nossas práticas de pesquisa. Para isto, faremos um exercício de pensamento aliado ao que expomos até aqui com o conceito de dispositivo a partir desses três autores, mencionados anteriormente.

1.5 Peixinhos: a cultura como um dispositivo de governo e de criação?

O bairro de Peixinhos, no município de Olinda-Pernambuco, vem chamando a atenção da mídia, dos acadêmicos e do poder público, sobretudo devido ao contexto de forte violência que vitimiza principalmente a população jovem local (BARROS, 2005; OLIVEIRA, 2022;

ARAÚJO, 2017). Pretendemos, ao fazê-lo como campo de pesquisa, destacar o potencial inventivo da comunidade local, que, em meio a vulnerabilidade construída sobre ela, desenvolve ações comunitárias de proteção social tendo a cultura como ferramenta de acesso à juventude.

Importante destacar alguns aspectos históricos e econômicos do bairro, que nos ajudarão a pensar sobre o que o bairro de Peixinhos faz ver e dizer, enquanto um dispositivo com linhas de enunciação e visibilidades.

Como tantos outros bairros periféricos brasileiros, Peixinhos é marcado pelo elevado quantitativo populacional (segundo maior bairro do município de Olinda) e pelas dificuldades de moradia e subsistência, configurando um território com fragilidades socioeconômicas acentuadas (CARNEIRO, 2018; PREFEITURA DO RECIFE, 2022). Soma-se a esse cenário o alto índice de criminalidade, por muitas vezes associado a questões relativas ao comércio ilegal de substâncias psicoativas e seu uso abusivo, que vitimiza principalmente a população jovem servindo como destaque nos noticiários locais e pautas de ações governamentais de combate à violência (BARROS, 2014; OLIVEIRA, 2022).

Essa descrição genérica o colocaria em lugar de igualdade a tantos outros territórios marcados pela vulnerabilidade econômica e social, mas o que o diferencia de outros é justamente a linha de força que emerge da cultura, presente historicamente no bairro, que atua como dispositivo de proteção da vida de seus jovens e estratégia potencial de combate à violência (GONZAGA, 2019; LOPES, 2019). Em meio ao cenário de vulnerabilidade e violência social, a resposta foi construída através de práticas de resistência baseadas na promoção de uma cultura que é atrelada a uma cultura de paz e de promoção de saúde, não de estratégias combativas e punitivas (Juventude Presente tem novo ciclo - matéria Diário de Pernambuco- 13/10/2021).

Destacam-se no território de Peixinhos, os movimentos de cultura de iniciativa popular que desenvolvem trabalhos com a população infantojuvenil pautados no respeito à dignidade humana, às diferenças entre gêneros e sexualidade e a resistência da cultura negra e enfrentamento ao racismo, dentre eles: os grupos Comunidade Assumindo Suas Crianças (GCASC), Balé Afro Majê Molê, Associação Cultural Nação Mulambo, Biblioteca Multicultural Nasedouro (BMN) e Movimento Cultural Boca do Lixo (MACHADO, 2003).

Ao apostar na transformação do espaço físico do bairro, com a ação estratégica de revitalização do espaço abandonado do antigo Matadouro (até então alvo de saques, depredações e permeado pela prática de violências), na década de 1970, feita por grupos de artistas e militantes, a comunidade cria um lugar chamado Nasedouro de Cultura, com o intuito de unir preservação e estímulo à cultura (MACHADO, 2003). Essa modificação concreta do espaço e movimento de ocupação, é importante como estratégia de governo e resistência social.

Ao operar com o conceito de dispositivo encontrado em Foucault (1979), descrito no início do texto, iremos situar a cultura como fator de proteção infantojuvenil como dispositivo, compreendendo-o como um conjunto heterogêneo de discursos, instituições, normas, medidas administrativas e estruturas arquitetônicas que formam uma rede de disputa de poder, que ora divergem, ora confluem entre si.

Em alguns momentos, o discurso de resistência cultural vai estar atrelado às iniciativas junto às políticas públicas, em outros, há parte do poder público ações mais combativas frente a incidência da violência. São modos de governo que se diferenciam ao passo que um está ligado muito mais ao governo de si e o outro privilegia uma linha de força pautada no governo sobre os outros, na disciplina e nos modos que descendem da soberania, numa governamentalidade política.

Nessa perspectiva, Peixinhos será tomado como um emaranhado de relações de força, em um jogo de poder ligado à produção de saber, seja o saber comunitário ou o produzido por dados estatísticos e midiáticos. Ele será compreendido por nós como um conjunto de práticas discursivas e não-discursivas que busca dar uma resolução a uma urgência: gerir a questão prática e imediata de que afeta o funcionamento da vida local, no caso, a violência homicida de jovens na comunidade.

Ao buscarmos referência no conceito de positividade trabalhado por Foucault (2004), referenciando Hegel, para pensar nosso campo de análise, problematizamos o poder de produção de vida como algo fundamental no território, em Foucault e na nossa pesquisa, ao compreender que o elemento histórico, as construções sociais e culturais constituem também elementos importantes na produção de modos de subjetivação de jovens, tanto quanto outras linhas de enunciação presentes no cotidiano destes.

Foucault (1995) vai falar sobre os três grandes problemas, o da verdade, o do poder e o da conduta individual que existem entrelaçados e em relação uns com os outros, nos fazendo pensar no diálogo existente entre poder e liberdade como parceiros. Destaca que no centro de qualquer relação de poder está a recalcitrância do querer e a obstinação da liberdade, sendo a resistência sua ferramenta contra a coerção absoluta e a estagnação. Para o autor, em casos de estados de dominação, de relações de poder cristalizadas e movimentos de transformação prejudicados, faz-se necessário movimentos de libertação em que a subjetividade resiste e se coloca como o próprio objeto de elaboração.

No bairro de Peixinhos mostram-se iniciativas como a do projeto de pesquisa colaborativa, entre o Imuê (Instituto Mulheres e Economia), o Grupo Mães da Saudade e o Grupo Comunidade Assumindo suas Crianças (GCASC), que visa produzir um mapa do luto no território diferente do levantado pelos dados produzidos pela Gerência de Análise Criminal e Estatística - órgão público que embasa as políticas de segurança pública do governo do estado de Pernambuco, baseado simplesmente nos índices de violência homicida sem considerar outros dados interseccionais que permitam ações amplas e outras efetividades na gestão pública dessas questões junto a outros grupos sociais do bairro (INSTITUTO IMUÊ, 2022).

Há uma compreensão de que a produção de subjetividade está ligada diretamente à intersecção entre as práticas de liberdade e os critérios de verdade estabelecidos historicamente no território, atuando como um dispositivo de governo. Entendemos que Peixinhos e seus movimentos de resistência exercem uma função importante nesse processo de subjetivação e de governo de suas vulnerabilidades sociais.

De forma breve, destacamos sobre o território do bairro Peixinhos em Olinda, Pernambuco: as *culturas locais* como ferramenta de combate à violência; a pluralidade cultural para atuar como movimento de resistência e de mudança social; e que, assim como nos aponta Deleuze (2005) sobre a mutabilidade e inconstância do dispositivo pela sua característica do *devenir*, essa pluralidade pode reconfigurar e trazer uma mudança significativa nesse cenário construído como violento para as vidas de jovens, podendo ser utilizada e endossada pelas políticas públicas de prevenção e promoção de direitos.

Por fim, nos apropriando do modo como Foucault entende a positividade³ e sua atuação nas relações, nos mecanismos e nas disputas de poder, buscamos trazer para esta pesquisa elementos que constituem o poder da vida, das construções e reconstruções a partir da cultura como ferramenta de prevenção e garantia de modos plurais de existir no bairro de Peixinhos.

Entendido como dispositivo de subjetivação e de governo, Peixinhos faz ver e falar outras formas de gerir a violência homicida, não somente através de um discurso punitivo, de guerra às drogas, policiamento e morte, mas através de formas de gestão que trabalha com o que há de vida na comunidade, resgatando formas de produção de saber ligadas à qualidade dessas vidas. Questões que colocaremos em análise neste estudo.

³ Foucault utiliza o termo "positividade" para referir-se à análise discursiva dos saberes desde um ponto de vista arqueológico. Determinar a positividade de um saber não consiste em referir os discursos à totalidade da significação nem à interioridade de um sujeito, mas à dispersão e à exterioridade. Tampouco consiste em determinar uma origem ou uma finalidade, mas às formas específicas de acumulação discursiva. A positividade de um saber é o regime discursivo ao qual pertencem as condições de exercício da função enunciativa. Assim, a positividade desempenha o papel do que se poderia chamar um *a priori* histórico (CASTRO, 2009, p. 336).

CAPÍTULO 2 - CONSTRUINDO CAMINHOS PARA UMA NARRATIVA GENEALÓGICA SOBRE PEIXINHOS

“Mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna”

Chimamanda Adichie

A partir da discussão que iniciamos no capítulo anterior, em que situamos a cultura como fator de proteção no território de Peixinhos como um dispositivo em que visibilizamos a coexistência de forças em constante disputa, pretendemos ao longo da dissertação expandir o debate a partir da genealogia das narrativas construídas sobre o bairro: chamaremos esse exercício de narrativas genealógicas. Ao demarcarmos que cada discurso coexistente sobre Peixinhos, funciona em um dispositivo que atua e coloca forças em constante disputa, sinalizamos para a análise das relações de poder e dos modos de subjetivação que constroem esse território, centradas nas narrativas sobre Peixinhos.

Neste capítulo, daremos início às análises das narrativas a partir dos discursos presentes nas notícias veiculadas pela mídia sobre o território estudado, buscando visibilizar como elas constroem subjetividades e modos de governo dos viventes locais. Para tanto, nos propomos a um estudo de inspiração genealógica não de discursos, mas das narrativas postas em cena pelo que estamos chamando de dispositivo da cultura em Peixinhos. Assim, entraremos em uma empreitada conceitual para aproximar o conceito de genealogia ao de narrativas, em autores com tradições filosóficas distintas. No entanto, entendemos ambos como importantes ao movimento teórico-metodológico que iremos efetivar ao longo desta dissertação. Ao mencionarmos uma narrativa genealógica do bairro de Peixinhos, estamos sinalizando para as contribuições de Michel Foucault, Walter Benjamin e Chimamanda Adichie⁴ nesta pesquisa.

⁴ **Foucault** (1926-1984) foi um filósofo e teórico social de nacionalidade francesa, de grande influência no mundo, sobretudo ao abordar temas sociais importantes a partir da análise das relações entre saber e poder por meio da arqueologia e da genealogia, professor do Collège de France, entre as suas obras mais conhecidas está *História da Loucura* (1961). **Walter Benjamin** (1892-1940) foi um ensaísta, filósofo e crítico literário alemão associado à Escola de Frankfurt e à Teoria Crítica e de influência marxista, entre suas obras mais conhecidas está *A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica* (1936). **Chimamanda Ngozi Adichie**, por sua vez, é uma feminista escritora nigeriana com mestrado em escrita criativa na Universidade Johns Hopkins e atualmente é reconhecida como uma das mais importantes autoras anglófonas, com temáticas que perpassam o feminismo e o racismo, uma de suas obras mais conhecidas é *Para educar crianças feministas-Um manifesto* (2017). Apesar de entendermos as diferenças teóricas que existem entre os autores e que eles partem de lugares distintos de fala e posicionamentos, não nos interessa nessa pesquisa focarmos no que os distancia, mas sim, destacar o que os aproxima e o que nos

Faremos esta aproximação conceitual sob o limite da escolha de alguns textos pontuais destes/a autores/a que compreendemos como importantes para articular e efetivarmos esta pesquisa de mestrado. Não vamos nos deter inicialmente às diferenças aparentes entre estes autores e seus conceitos, mas à positividade e à força criativa que nos permitem atrelá-los e interseccioná-los às nossas questões de pesquisa.

2.1 A genealogia e a construção de acontecimento em uma pesquisa

Antes de iniciarmos as analíticas a que nos propomos, buscaremos contextualizar a genealogia pensada por Foucault, utilizando como base o texto "Nietzsche, a genealogia e a história" presente na obra *Microfísica do Poder* publicada (a edição que utilizamos nesta dissertação) no Brasil em 1998. Neste texto, Foucault (1998) afirma que o diferencial da genealogia é estar atenta exatamente àquilo que é negligenciado pela história tradicional, olhar para a "singularidade dos acontecimentos" (p. 15), ela se opõe à busca das origens das coisas por não estar à procura de uma essência exata das coisas, uma identidade anterior e imóvel a tudo que é acidental e sucessivo. Para o autor,

procurar uma tal origem é tentar reencontrar 'o que era imediatamente', 'o aquilo mesmo' de uma imagem exatamente adequada a si; é tomar por acidental todas as peripécias que puderam ter acontecido, todas as astúcias, todos os disfarces; é querer tirar todas as máscaras para desvelar enfim uma identidade primeira (FOUCAULT, 1998, p. 17).

Ao contrário disso, Foucault (1998) defende que a função do genealogista é exatamente mostrar que atrás das coisas não existe nenhum segredo a ser revelado e que as coisas não possuem uma essência exata, "o que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem, é a discórdia entre as coisas, é o disparate" (p. 18). Ele desmistifica a concepção de que o que há na origem é o perfeito, o natural, o ideal das coisas e mostra que no início, ao contrário da perfeição, existe o caos, a disputa e os jogos de poder, o disparate.

permite correlacionar a partir de suas posições teóricas de forma a construir uma abordagem única de interlocução que nos auxilie a compreender nosso campo de pesquisa.

O autor questiona e faz uma crítica à ideia de ciência neutra e objetiva e afirma que trabalhar na lógica genealógica é então:

(...) manter o que se passou na dispersão que lhe é própria: é demarcar os acidentes, os ínfimos desvios - ou ao contrário as inversões completas - os erros, as falhas na apreciação, os maus cálculos que deram nascimento ao que existe e tem valor para nós; é descobrir que na raiz daquilo que nós conhecemos e daquilo que nós somos - não existem a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente (FOUCAULT, 1998, p. 21).

Para Foucault (1998), a pesquisa da proveniência tumultua, agita o que antes se acreditava imóvel, fragmenta e expõe a heterogeneidade. Ela se associa ainda ao corpo, ao passo que é nele que se encontra o estigma dos acontecimentos passados e onde nascem os desejos, os desfalecimentos e os erros, onde estão em permanente conflito e disputa. O corpo é a superfície de inscrição dos acontecimentos, o lugar de dissociação do Eu e é um volume em constante mudança. A genealogia está então justamente no ponto de encontro entre o corpo e a história, na constante ligação entre eles em que um é inscrito no outro.

Em uma perspectiva genealógica, o jogo existente entre as forças, suas disputas, seu combate frente às circunstâncias adversas, seu exercício constante de reconstrução é o que propicia a emergência. Para buscar uma certa conceituação da genealogia, o autor faz uma distinção entre proveniência e emergência, a partir de Nietzsche, ao apresentar em algum momento do texto o exemplo da emergência de determinada espécie animal a partir das disputas pela sobrevivência, pela evolução de sua linhagem (FOUCAULT, 1998).

Sobre os conceitos de proveniência e emergência, Foucault resume que

Enquanto que a proveniência designa a qualidade de um instinto, seu grau ou seu desfalecimento, e a marca que ele deixa em um corpo, a emergência designa um lugar de afrontamento; é preciso ainda se impedir de imaginá-la como um campo fechado onde se desencadearia uma luta, um plano onde os adversários estariam em igualdade; é de preferência – o exemplo dos bons e dos malvados o prova – um “não-lugar”, uma pura distância, o fato que os adversários não pertencem ao mesmo espaço. Ninguém é, portanto, responsável por uma emergência; ninguém pode se auto glorificar por ela; ela sempre se produz no interstício (FOUCAULT, 1998, p. 24).

Isso implica, para o autor, dizer que há sempre uma construção histórica de relação entre dominadores e dominados e uma diferença de valores, situada de forma distinta em cada momento histórico a partir de determinados procedimentos de dominação que marcam coisas e corpos por meio da violência. Para ele, “o desejo da paz, a doçura do compromisso, a aceitação tácita da lei, longe de serem a grande conversão moral, ou o útil calculado que deram

nascimento à regra, são apenas seu resultado e, propriamente falando, sua perversão” (FOUCAULT, 1998, p. 25). Não há então uma evolução para a suspensão da guerra através das regras ou da política, mas sua sistematização e operação por outros modos burocráticos: as normas, a política, as instituições, etc.

As regras são então responsáveis pela continuidade da violência e da dominação e o grande jogo do poder é caracterizado a partir daqueles que as dominam, dos que se apropriam dela e as subvertem em favor de seu desejo. Os jogos de poder são alimentados por aqueles que ao dominarem as regras se introduzem neste aparelho complexo e o faz funcionar de tal modo que os dominadores estão eles próprios tomados por suas próprias regras.

A partir da análise desta complexa engrenagem do poder, Foucault (1998), inspirado em Nietzsche, explicita que dado o seu movimento acompanhando as contingências históricas, modificando e sendo modificado por elas, o devir da humanidade vai estar sempre marcado de interpretações e é aí que a genealogia se coloca, de forma a acompanhar essa história, das morais, dos conceitos de liberdade, da sexualidade, das instituições, etc., com suas diferentes interpretações. A genealogia trata de “fazê-las (as histórias) aparecer como acontecimento no teatro dos procedimentos” (FOUCAULT, 1998, p. 26).

Foucault (1998) opera com o sentido histórico assim como Nietzsche o compreende, e apresenta que a genealogia difere da metafísica e dos moldes da ciência positivista. Por seu modo ela caminha em sentido oposto ao absoluto e sua unidade, busca exatamente um olhar que separe, desmembre e torne evidente as separações e margens, as fissuras. Um olhar que “dissocia e é capaz ele mesmo de se dissociar e apagar a unidade deste ser humano que supostamente o dirige soberanamente para o seu passado” (FOUCAULT, 1998, p. 27).

A *história efetiva*, apresentada por Michel Foucault, se distancia da história tradicional justamente por se apoiar na ideia de inconstância, de mutabilidade e questionar não simplesmente a origem dos conceitos e instituições, mas os jogos de poder que os acompanharam, desconstruindo as certezas e as verdades que nos aprisionam. diferentemente de um reconhecimento, o saber difere de um reencontro, mas é uma reintrodução no descontínuo, “o saber não é feito para compreender, ele é feito para cortar” (FOUCAULT, 1998, p. 28).

Nessa perspectiva, Nietzsche, apresentado pelo autor, considera que a história efetiva evidencia o acontecimento naquilo que ele apresenta de único e agudo quebrando com a ideia

de continuidade ideal e natural da história tradicional. E, paralelo a isso, encontramos em Foucault (1998) o conceito de *acontecimento*, descrito por ele da seguinte forma:

É preciso entender por acontecimento não uma decisão, um tratado, um reino ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada, mascarada. As forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta. Elas não se manifestam como formas sucessivas de uma intenção primordial; como também não têm o aspecto de um resultado. Elas aparecem sempre na álea singular do acontecimento (...) O verdadeiro sentido histórico reconhece que nós vivemos sem referências ou sem coordenadas originárias, em miríades de acontecimentos perdidos (FOUCAULT, 1998, p. 28).

A história efetiva relativiza também a forma como a história tradicional lida com o longínquo na busca por se debruçar no que seria mais nobre do passado, nas individualidades mais puras, no que está mais distante de si, uma certa busca pelo estado de perfeição. De forma antagônica, a história efetiva busca a proximidade com o próprio corpo e olha com suspeita para o passado, volta o olhar para próximo de si a fim também de se afastar dele e permitir questioná-lo. Por fim, sua característica última está exatamente em não temer posicionar-se, coloca-se como um saber perspectivo, que sabe de onde olha e para o que olha, fugindo da neutralidade tão almejada pela ciência tradicional. “O sentimento histórico dá ao saber a possibilidade de fazer, no movimento de seu conhecimento, sua genealogia” (FOUCAULT, 1998, p. 30).

Ao traçar uma crítica aos modos tradicionais da história, Foucault (1998) afirma que o fato de abrir mão da neutralidade e da busca pela verdade abre espaço para a transformação da vontade de saber e isso inclui disputas de poder e evidencia a violência das opiniões preconcebidas com relação ao que inquieta na descoberta. Para ele,

A análise histórica deste grande querer-saber que percorre a humanidade faz portanto aparecer tanto que todo conhecimento repousa na injustiça (que não há, pois, no conhecimento mesmo um direito à verdade ou um fundamento do verdadeiro), quanto que o instinto do conhecimento é mal (que há nele alguma coisa de assassino e que ele não pode, que ele não quer fazer nada para a felicidade dos homens) (FOUCAULT, 1998, p. 35-36).

Sendo assim, propor uma análise de pesquisa que parta da genealogia como fundamento significa sobremaneira compreender que não há apenas uma versão discursiva, uma única força que guia e molda as narrativas e que, o lugar da/o pesquisador/a envolve o não saber, a surpresa

e o ser pego de assalto por sua própria pesquisa. É assustar-se com o que se achava sabido, é construir a estranheza.

2.2 Da origem ao disparate: a genealogia de Michel Foucault, os alertas da história única de Chimamanda Adichie e as narrativas em Walter Benjamin

Neste caminho, a leitura de Chimamanda Ngozi Adichie (2018) em *O perigo de uma história única* nos alerta para o risco de basearmos nossas visões de mundo, de sociedade e de cultura em uma narrativa única da história. Ao falar de sua própria vida, ela expõe o quanto se sentiu distante de si mesma e de sua cultura, de suas potencialidades por ter se moldado a partir de visões estrangeiras de seu próprio povo e faz um resgate de si, ela reflete: “quando rejeitamos a história única, quando percebemos que nunca existe uma história única sobre lugar nenhum, reavemos uma espécie de paraíso” (p.11).

Chimamanda Adichie (2018) explicita que nenhum dos acontecimentos de sua vida, sejam eles bons ou ruins, é maior ou mais importante que outro, pelo contrário, elege uma história como única “cria estereótipos, e o problema dos estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história” (p. 8). A consequência da história única é o roubo da dignidade e do reconhecimento de uma humanidade em comum, do que é coletivo. Ela enfatiza nossas diferenças subjungando nossas semelhanças.

A genealogia proposta nesta pesquisa nos convida a quebrarmos paradigmas sobre o discurso hegemônico de violência homicida que atravessa o bairro de Peixinhos e ouvir outros tantos ditos que coexistem neste território dando a todos eles sua importância devida.

Chimamanda Adichie (2018) escreve sobre poder, assim como Foucault, para ela é impossível falar de história única sem falar de poder. Aponta que,

Existe uma palavra em *igbo* na qual sempre quando considero as estruturas de poder no mundo: *nkali*. É um substantivo que, em tradução livre, quer dizer ‘ser maior que outro’. Assim como o mundo econômico e político, as histórias também são definidas pelo princípio de *nkali*: como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende muito de poder. O poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva. O poeta palestino Mourid Barghouti escreveu que, se você quiser espoliar um povo, a maneira mais simples é contar a história dele e começar com ‘em segundo lugar’. Comece a história com as flechas dos indígenas americanos, e não com a chegada dos britânicos, e a história será completamente diferente. Comece a história com o fracasso do Estado africano, e não com a criação colonial do Estado africano, e a história será completamente diferente (p. 6).

Walter Benjamin no texto *O narrador* (1987) vai discorrer sobre a arte de narrar, apontando que aquele que narra, intercambia experiências. E esse intercâmbio se torna mais efetivo quanto mais próximo das histórias orais contadas por narradores anônimos.

Ao descrever as características de uma narrativa, Benjamin (1987, p. 200) afirma que ela carrega em si sempre uma função utilitária, ou seja, tem como propósito comunicar algo, ao que ele nomeia como “*dar conselhos*”, indicar um outro final às histórias, permite-lhes uma nova continuidade (GAGNEBIN, 1987). Para o autor, a arte de narrar encontra-se em declínio porque com a modernidade, a invenção da técnica e os processos de industrialização de final do século XIX, a experiência está em extinção. Diz ele:

Na realidade, esse processo que expulsa gradualmente a narrativa da esfera do discurso vivo e ao mesmo tempo dá uma nova beleza ao que está desaparecendo, tem se desenvolvido concomitantemente com toda uma evolução secular das forças produtivas (BENJAMIN, 1987, p. 200).

Diferente do romancista, o narrador fala a partir do lugar da experiência: o que ele conta foi vivido por ele próprio ou por outros de quem ouviu e sentiu uma experiência sendo narrada. Está intimamente ligado à transmissão oral. A narrativa emerge do coletivo, da vivência compartilhada e o romance acaba por segregar e individualizar as histórias, mas para Benjamin (1987) o que vem desestabilizar propriamente tanto a narrativa quanto o romance é a informação.

A informação traz em si uma necessidade de verificação imediata, ela precisa ser compreensível em si e para si. Já as narrativas trazem algo da experiência, do miraculoso. A informação é precisa, comprovável. As notícias já carregam em si explicações e rouba o espaço da surpresa ou da dúvida, “quase nada do que acontece está a serviço da narrativa, e quase tudo está a serviço da informação” (BENJAMIN, 1987, p. 2003). A arte narrativa está exatamente em evitar explicações. O autor evidencia a diferença entre elas da seguinte forma

A informação só tem valor no momento em que é nova. Ela só vive nesse momento, precisa entregar-se inteiramente a ele e sem perda de tempo tem que se explicar nele. Muito diferente é a narrativa. Ela não se entrega. Ela conserva suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de se desenvolver (BENJAMIN, 1987, p. 2004).

Ao pensar por esta ótica, uma das características preponderantes da narrativa está em conservar-se e conservar em si mesma um *a posteriori*, ela sempre será uma novidade. Pois ao não se entregar, ela conserva suas forças e pode atuar em outros momentos históricos. Por não encerrar em si mesma, ela possibilita uma reinterpretação e uma releitura a qualquer momento,

ela é fluída e dinâmica. Ela mantém suas forças preservadas tantas vezes for acessada. Nascida em um meio artesão, a narrativa é, para Benjamin, uma forma artesanal de comunicação e,

não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso (BENJAMIN, 1987, p. 205).

Ao contrário da fatualidade (relativo ao factual, aos fatos, à descrição deles) tão admirada no campo jornalístico, trabalhar com narrativas é mover experiências e ser também movido por elas. É reconhecer as forças criativas das palavras, seu lugar impróprio de criar acontecimentos e vida.

Buscaremos neste capítulo, a partir de uma perspectiva foucaultiana, mostrar a coexistência de várias narrativas genealógicas sobre o território de Peixinhos, que foram construídas atuando como forças que compõem este bairro. Tratamos, portanto, de abandonar as origens das coisas como algo belo e essencial e abraçar o disparate que as constituem, que nos permitam construir outras condições de possibilidades para a vida.

2.3 Sobre alguns caminhos analíticos que percorremos

A análise de parte do material desta pesquisa será realizada de forma narrativa, nos moldes propostos por Benjamin (1987) quando escreve que contar histórias é a arte de contá-las novamente e, dessa forma, mantê-las vivas. Quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo ao ouvir as histórias, mais intimamente se grava nele aquilo que é ouvido e mais o torna também capaz de contá-las. Deste modo, concordamos com Wanderson Silva, Simone Hüning e Neuza Guareschi (2020, p. 4) ao falar sobre as narrativas em pesquisa científica:

Deste modo, o uso que fazemos das narrativas neste manuscrito refere-se a estes dois elementos que Gagnebin (2014) retoma. Por vezes, os fragmentos e histórias que trazemos em nossa escrita estão conectados aos outros elementos textuais não como aspectos destacáveis - e, por isso, simplesmente analisáveis do texto -, mas parte da nossa narrativa científica. Tanto quanto os autores e autoras que citamos e compõem esta narrativa escrita, estas histórias que vivenciamos nos campos de pesquisa por onde circulamos durante oito meses garantem legitimidade e tradição às análises que efetivamos. Diferentemente da concepção tácita de pesquisa - para a qual a assimetria, ao apresentarmos uma fala ou narrativa de um sujeito pesquisado, deve ser efetivada por meio de recuos no texto, entre outros recursos textuais - apresentamos uma

narrativa inteira nesse artigo (o manuscrito inteiro é uma narrativa) com fragmentos que ao invés de destacarem-se da narrativa geral, incorporam-se a ela. Deste modo, este artigo compõe-se como uma narrativa, ou narrativas.

Importante situar que os materiais que serão analisados neste capítulo são frutos de buscas exploratórias realizadas via *internet* que contemplam matérias jornalísticas encontradas através da utilização dos seguintes descritores no *site* de busca do *Google*: *Peixinhos, movimentos culturais, violência homicida, violência, cultura e juventude*.

Como **critérios de inclusão** para os materiais deste capítulo: a) foram incluídos materiais de mídia que se refiriam à violência juvenil em Peixinhos, Olinda-PE; b) mencionem movimentos culturais e práticas culturais destinadas aos jovens do bairro; c) documentos veiculados nos últimos dez (10) anos, entre 2013 e 2023. Como **critérios de exclusão**: d) foram excluídos textos repetidos; e) excluímos textos que não estavam disponíveis publicamente ou que precisavam de algum tipo de autorização, pagamento ou assinatura para obtermos acesso; f) foram excluídos nesse momento da pesquisa materiais produzidos pelos movimentos culturais e sociedade civil de Peixinhos, visto que esses serão analisados em um capítulo específico a seguir.

Os materiais encontrados e selecionados foram organizados e dispostos em Quadros de acordo com a temática a que se referem de forma a facilitar a análise e a visualização e entendimento por parte do leitor. Todos os quadros de organização temática contemplam as seguintes informações: Título do documento, Fonte/Instituição, Data de publicação, Resumo e link de acesso. Apresentaremos as notícias em dois quadros temáticos: Quadro 1 - Narrativas de violência e Quadro 2 - Narrativas de resistência. O Quadro 1 será apresentado e analisado ao longo deste capítulo e o Quadro 2 ao longo do capítulo 3.

Apresentamos a seguir o *Quadro 1*, nomeado como *Narrativas de Violência* em que foram agrupadas matérias jornalísticas que abordam o tema da violência, nele constam tanto notícias ligadas a homicídios propriamente ditos, quanto ao descaso do poder público com as iniciativas populares de incentivo à cultura e o impacto disso na violência local, além de entrevistas concedidas por mães enlutadas após a morte de seus filhos de forma brutal. A escolha por tais matérias, bem como sua junção em um quadro de análise específico visou visibilizar o fenômeno da violência local a partir do que vem sendo noticiado pela mídia naquele contexto, esses materiais trazem o elemento da morte violenta como central e com fim em si mesmo.

QUADRO 1 – Narrativas de Violência

	Título do documento	Fonte	Data de Publicação	Resumo	Disponível em
1	O nascedouro não está para peixe	Autora: BARROS, Isabelle. Reportagem: Diário de Pernambuco	25/02/2014	A matéria relata o descaso com o Nascedouro de Peixinhos e associa ao aumento da criminalidade local, de acordo com relato de líder comunitária.	http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/viver/2014/02/o-nascedouro-nao-esta-para-peixe.html Acesso em: 05/02/23.
2	Jovem de 19 anos é assassinado a tiros em Peixinhos Olinda	Folha de Pernambuco	15/12/2018	Matéria jornalística que noticia o assassinato de um jovem de 19 anos em frente a um serviço de grande circulação de pessoas no bairro de Peixinhos.	https://www.folhape.com.br/noticias/jovem-de-19-anos-e-assassinado-a-tiros-em-peixinhos-olinda/90597/ Acesso em: 18/03/2023.
3	Mães de Peixinhos	Portal Leia Já-site de notícias do Recife. Autor: COSME,	20/11/2020	A matéria relata a história de 5 mães que perderam seus filhos e outros familiares em decorrência da violência homicida, nela é possível ter a	https://m.leiaja.com/noticias/2020/11/20/maes-de-peixinhos/ Acesso em:

		Jorge.		descrição de alguns dos jovens assassinados a partir do olhar de suas mães e a repercussão das tragédias nas vidas delas.	10/04/2023.
4	Sonhos perdidos: jovens adultos são as maiores vítimas de armas de fogo no Grande Recife	Autora: Oliveira, Jeniffer. Marco Zero	25/01/2022	Matéria aborda com base em dados estatísticos o aumento crescente da criminalidade entre a população jovem na Região Metropolitana do Recife e destaca o bairro de Peixinhos como um dos mais atingidos pela violência.	https://marcozero.org/sonhos-perdidos-jovens-adultos-sao-as-maiores-vitimas-de-arma-de-fogo-na-rmr/ Acesso em: 07/02/2023
5	Projeto social em Peixinhos, na divisa entre Recife e Olinda, está abandonado há 4 anos.	Autor: ARAÚJO, Peu. Reportagem: R7	09 de julho de 2017	A matéria aborda o enfraquecimento das atividades desenvolvidas no Nascedouro e falta de investimento do poder público, trazendo consequências negativas para a população local.	https://noticias.r7.com/cidades/projeto-social-em-peixinhos-na-divisa-entre-recife-e-olinda-esta-abandonado-ha-quatro-anos-09072017 Acesso em: 10/02/23.
6	Mulher e filho são assassinados em Olinda	G1 Pernambuco	19/08/2019	A notícia aborda o assassinato de uma mãe e de seu filho na casa onde residiam em Peixinhos devido a cobrança de dívida de cola de	https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2019/08/19/mulher-e-filho-sao-assassinados-

				sapateiro.	em-olinda.ghtml Acesso em: 15/04/2023.
7	Irmãos são assassinados a tiros e corpos encontrados em Olinda	TV Jornal Autora: FREITAS, Suzyanne.	06/04/2021	Matéria jornalística noticia o assassinato de dois jovens irmãos em Olinda. Eles foram retirados da casa onde moravam em Peixinhos e seus corpos encontrados em um bairro vizinho da cidade. A hipótese da motivação do crime seria o envolvimento com o tráfico de drogas.	https://tvjornal.n10.uol.com.br/bronca-24-horas/2021/04/06/irmaos-sao-assassinados-a-tiros-e-corpos-encontrados-em-olinda-206970/index.html Acesso em: 15/04/2023

Fonte: Elaborado pela autora.

As matérias 2 - *Jovem de 19 anos é assassinado a tiros em Peixinhos-Olinda*, 6- *Mulher e filho são assassinados em Olinda* e 7- *Irmãos são assassinados a tiros e corpos encontrados em Olinda* (autoria: FREITAS, 2021), trazem como ponto em comum a morte de jovens do bairro sinalizado em seus títulos. Como elas, tantas outras podem ser facilmente encontradas. Muda-se o alvo do ataque, varia-se um pouco a faixa etária e o local do homicídio, mas a violência homicida é o tema delas, sem exceção. A população de Peixinhos convive diariamente com o crime violento que tira a vida de seus jovens.

As reportagens 6 e 7 noticiam crimes ocorridos em anos diferentes, mas que estão relacionados entre si. Tratam de uma mesma família. Em 2019 foram assassinados a mãe e um de seus filhos na residência em que morava a família no bairro de Peixinhos devido a cobrança de dívida de cola de sapateiro, substância psicoativa da qual o jovem era usuário. Dois anos depois novamente a morte bateu na mesma porta e dessa vez vitimou seus dois outros filhos em outro duplo homicídio, dessa vez com suspeita de motivação ligada ao envolvimento dos jovens

com o tráfico de entorpecentes.

De acordo com o Atlas da Violência de 2021, elaborado e divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no Brasil a violência é a principal causa de morte de jovens e entre estes, os homens adolescentes e jovens entre 15 e 29 anos são os que mais apresentam risco de serem vítimas de homicídios. Nos últimos onze anos (2009-2019), foram 333.330 jovens (15 a 29 anos) vítimas da violência letal no Brasil (BRASIL, 2021).

Em 2019, de cada 100 jovens entre 15 e 19 anos que morreram no país por qualquer causa, 39 foram vítimas da violência letal. Entre aqueles que possuíam de 20 a 24, foram 38 vítimas de homicídios a cada 100 óbitos. Entre aqueles de 25 a 29 anos, foram 31. Dos 45.503 homicídios ocorridos no Brasil em 2019, 51,3% vitimaram jovens entre 15 e 29 anos, perfazendo um total de 23.327 jovens mortos por ano, em uma média de 64 jovens assassinados por dia no país (BRASIL, 2021).

No que se refere ao recorte de gênero, a característica mais marcante do grupo de jovens vítimas de violência é o sexo, e, nesse caso, os homens representaram 93,9% do total de jovens vítimas da violência homicida em 2019 (BRASIL, 2021).

Ainda segundo o mesmo relatório (BRASIL, 2021), Pernambuco encontra-se em quinto lugar no *ranking* dos estados brasileiros com maior taxa de homicídios de jovens por grupo de 100 mil habitantes, com um percentual muito acima da média nacional (79,2% para 45,8%) e está em quinto lugar no *ranking* dos estados brasileiros com maior taxa de homicídios de homens jovens por grupo de 100 mil habitantes, ficando também acima da média nacional nesse quesito.

Seguindo a mesma lógica avaliativa dos dados de segurança pública, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022⁵ aponta Pernambuco como o terceiro estado no *ranking* de federações brasileiras considerando os registros estatísticos oficiais de mortes violentas intencionais coletados pelas Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa social. No ano de 2020 foram 3.760 e em 2021 foram 3.368 mortes violentas intencionais (MVI) em número absoluto, que resulta da soma dos casos de vítimas de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e mortes decorrentes de intervenções policiais em serviço e

⁵ Importante considerar na análise dos dados o período de pandemia da COVID-19 no mundo, que teve início no ano de 2020 e que traz repercussões significativas para o Brasil, que sobretudo vivia um momento político conturbado e problemas de ordens econômica e social.

fora (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2022, p. 20-23).

O relatório de Segurança Pública chama atenção para a relatividade da análise de queda do quantitativo de MVI entre os anos de 2020 e 2021 em 6,5% alertando que alguns balizadores precisam ser considerados, a iniciar pela multicausalidade existente quando analisamos separadamente os tipos de crime que compõem o dado geral de mortes violentas intencionais (especificados no parágrafo anterior), por essa queda não ter sido homogênea em todas as federações brasileiras (inclusive com aumento em 6 delas) e a análise do contexto geral brasileiro convive com cenários de violência extrema que revelam a fragilidade da segurança pública no país. Além disso, os dados de MVI devem ser avaliados junto aos de tentativas de homicídio, mortes a esclarecer e desaparecimento (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022).

Essa situação fica ainda mais evidente quando colocamos o Brasil em comparação a outros países, utilizando dados do DataUNODC, sistema de dados do Escritório das Nações Unidas para Crimes e Drogas, o Brasil configura o país com maior número absoluto de homicídios do planeta, segundo o Anuário de 2022,

O Brasil, que tem uma população equivalente a 2,7% dos habitantes do planeta, respondeu por cerca de 20,5% dos homicídios conhecidos que foram cometidos no planeta em 2020. Em volume de registros, apenas Índia (40.651) e México (36.579) possuem números absolutos informados tão grandes quanto o Brasil. Em termos relativos, quando calculamos as taxas de mortes violentas intencionais por grupo de 100 mil habitantes, o Brasil é o oitavo país com dados de 2020 informados ao UNODC mais violento do mundo, com uma taxa de 22,45 homicídios para cada 100 mil habitantes (segundo dados da saúde). Jamaica (44,95); Honduras (36,33); África do Sul (33,46); México (28,37); Santa Lucia (28,32); Belize (25,65); e Colômbia (22,64) têm taxas maiores do que a brasileira neste caso (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022, p.30).

No que se refere aos recortes de gênero e raça, assim como o Atlas da Violência de 2021, os homens negros são as maiores vítimas desse tipo de violência no Brasil, também a população jovem, sobretudo com faixa etária entre 20 a 29 anos é apontada como a mais vulnerável no quesito morte por homicídio, se fazendo importante que o poder público planeje ações e políticas de prevenção à violência considerando tais perfis de risco específicos e não reativas e repressivas desconsiderando todo um contexto de vulnerabilidade existente (BRASIL, 2021; ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2022).

Considerando a região nordeste, Pernambuco ocupa o segundo lugar no *ranking* de

MVI, ficando atrás apenas do estado da Bahia, classificação esta que se mantém, segundo os dados do Anuário desde o ano de 2011. Em comparação com todas as capitais brasileiras e o com o Distrito Federal, Recife, capital pernambucana, encontra-se em sexto lugar no *ranking*, com números absolutos de MVI de 553 em 2020 e de 549 em 2021, sendo precedido por Salvador, Rio de Janeiro, Fortaleza, São Paulo e Manaus (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2022, p. 257).

A matéria de número 4 intitulada “*Sonhos perdidos: jovens adultos são as maiores vítimas de arma de fogo no Grande Recife*” de autoria de Jeniffer Oliveira (2022), produzida pelo Marco Zero Conteúdo, traz a informação de que 14 municípios do estado de Pernambuco têm taxas de mortes violentas intencionais acima da média nacional e oito deles compõem a Região Metropolitana do Recife (RMR), além disso, entre os anos de 2018 e 2021, segundo a Secretaria de Defesa Social de Pernambuco, 1.987 jovens na faixa etária de 18 a 24 anos foram mortos por arma de fogo na RMR, sendo 1.909 homens e 78 mulheres.

Ainda trazendo dados da matéria supracitada, ela aponta os municípios pernambucanos que lideraram o *ranking* de homicídios de jovens entre 18 e 24 anos por arma de fogo, são eles: Recife, com 671 vítimas; Jaboatão, com 354; Cabo de Santo Agostinho, com 232; e Olinda, com 172. Esse quantitativo supera inclusive a média nacional de mortes violentas intencionais (OLIVEIRA, 2022).

Pensando no nosso campo de estudos, na matéria produzida pelo Marco Zero, Jeniffer Oliveira (2022) analisa a situação específica da violência homicida no bairro de Peixinhos, a partir da entrevista com a advogada do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP), Maria Clara D`Ávila, ela expõe que a situação assustadora de violência a jovens no bairro deve ser analisada considerando alguns recortes importantes como a raça, a renda e os determinantes sociais presentes em bairros periféricos. Para ela, essa estrutura racista de sociedade traz impactos na segurança pública e prejudica o acesso a direitos básicos, o que contribui para a ocorrência da violência. Sobre Peixinhos, ela aponta que:

Essa ausência de equipamentos públicos, essa ausência de poder público na forma da garantia de demais direitos, vem junto de uma presença exacerbada do Estado na forma do que eles chamam de segurança pública e que, na verdade, não é segurança pública, é policiamento ostensivo (OLIVEIRA, Marco Zero, 25/01/2022).

Sobre isso, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022 aponta que só no estado

de Pernambuco foram investidos no ano de 2020 a quantia de R\$ 2.666.341.751,30 em policiamento e R\$ 304.811.342,24 em Defesa Civil, essa diferença de recursos se mantém ainda no ano de 2021, quando foram investidos R\$ 2.445.971.242,15 em Policiamento e R\$ 351.766.617,39 em Defesa Civil (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022, p. 308). Isso representa na participação das despesas realizadas com a função segurança pública no total das despesas realizadas no Estado as taxas de 8,1% e 6,8% nos anos de 2020 e 2021 respectivamente (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022, p. 311).

Em comparação com as demais unidades federativas brasileiras, Pernambuco ocupa a vigésima terceira posição em gasto *per capita* com segurança pública no país considerando o ano de 2021, estando abaixo da média nacional que é de R\$ 478,22. Pernambuco apresenta para o referido ano a média per capita de R\$ 298,16 (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2022, p. 313). Esses valores se mostram alarmantes quando o colocamos em análise junto com o dado de que Pernambuco é o terceiro estado brasileiro onde mais ocorre MVI no país nos anos de 2020 e 2021, de modo que é necessária a problematização da efetividade de tal investimento em segurança pública.

Destinchando a execução orçamentária do Ministério da Justiça por órgão/unidade orçamentária em 2021, temos o maior investimento na Polícia Federal (46,54%), seguido por Polícia Rodoviária Federal (31,22%), Outros (11,06%), Fundo Nacional de Segurança Pública-FNSP (7,96%), Fundo Penitenciário Nacional-FUNPEN (3,12%) e Fundo Nacional Antidrogas (0,10%) (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022).

Nesse aspecto, nos cabe refletir sobre a associação entre os homicídios de jovens no bairro de Peixinhos que tem geralmente motivação apontada nas investigações a questões envolvendo substâncias psicoativas, sejam seu uso ou o seu comércio ilegal, e o baixo investimento no Fundo Nacional Antidrogas em relação à verba destinada a outras unidades orçamentárias do Ministério da Justiça, sobretudo a partir do ano de 2019, quando apresentou uma queda orçamentária importante.

Em dados nacionais, segundo consta no Anuário (2022), há um padrão de inferioridade neste investimento em relação ao Fundo Nacional de Segurança Pública-FNSP e o Fundo Penitenciário Nacional-FUNPEN de 2014 a 2021, período analisado no documento em questão.

Outro dado alarmante é que o Fundo de Defesa de Direitos Difusos ⁶é quase irrisório em comparação aos demais.

Considerando a região nordeste, entre os anos de 2018 a 2021 houve uma queda de 12,8% nas despesas per capita com a Função Segurança Pública, em Pernambuco, especificamente, a queda foi de 10,4%, no mesmo período (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2022).

Dentro dos dados estatísticos de homicídios em Peixinhos estão presentes as mortes de Fernando Xavier Silva Neto, Rivaldo Correia da Silva, Lucivânia Félix da Silva e seus dois outros filhos, noticiadas nas reportagens 6 e 7. Em Peixinhos, a violência retratada pelos dados estatísticos da segurança pública se mostra não como números inanimados e quantificáveis, mas através de histórias de vidas interrompidas de maneira brusca e cruel.

Nunca saberemos se o depoimento de Lucivânia estaria junto ao das mães enlutadas entrevistadas pelo jornal Leia Já, em matéria intitulada *Mães de Peixinhos*, de autoria de Jorge Cosme (2020), caso não tivesse ela mesma sido vítima da violência homicida junto ao filho em 2019. Assim como a história de Lucivânia, tantas outras ficam sem final, a serem contadas. E são narradas de muitas formas a partir de muitas perspectivas.

Na entrevista que mencionamos acima, *Mães de Peixinhos*, cinco mães que perderam seus filhos pela violência em Peixinhos contam um pouco da história deles resgatando quem foram e o que representam em suas vidas, além de como o luto é vivenciado por cada uma.

Ressalto as palavras de Chimamanda (2018), quando ela diz que as histórias importam e que mesmo que tenham sido usadas para roubar, distorcer ou caluniar, elas também podem ser usadas para empoderar, resgatar e humanizar. As histórias “podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada” (p. 10), nos cabe escolher qual a função que vamos dar às histórias que contamos.

⁶ O Fundo de Defesa de Direitos Difusos - FDD, criado pela Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, tem por finalidade a reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos (BRASIL, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/consumidor/fundo-de-defesa-de-direitos-difusos#fundo>).

A partir da análise dos materiais apresentados ao longo do capítulo, aparecem para nós dois eixos analíticos: **o dispositivo da racialidade** e de **gênero/masculinidades** que vamos discutir a partir da literatura científica relacionada.

2.4 Dispositivo de racialidade

Retomaremos o conceito de dispositivo explorado no capítulo 1, compreendendo-o como “um conjunto heterogêneo de discursos, instituições, construções arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas” (FOUCAULT, 1979, p. 244). Ele é exatamente a rede que se forma a partir dos fluxos entre seus elementos ditos e não-ditos.

Para compreender a relação entre dispositivo e racialidade naquilo que buscamos evidenciar em Peixinhos utilizaremos como alicerce o estudo que Sueli Carneiro (2005) constrói acerca do tema. Retomando o texto de Foucault, ela destaca a relação de poder que marca o dispositivo, bem como sua função principal de dar resposta a uma urgência que aparece em determinado momento histórico, que permite seu aparecimento “como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade (Foucault, 1979, p. 244 *apud* CARNEIRO, 2005, p. 38).

Sueli Carneiro (2005) busca a função estratégica do dispositivo e sua relação entre saber e poder para entender como a heterogeneidade de práticas do racismo e da discriminação racial aparecem e se organizam na sociedade brasileira como via de solucionar determinado objetivo. Ela retoma, a partir de Foucault, que a articulação entre saberes, práticas e poderes integra e move o dispositivo produzindo uma *práxis* divisora com efeitos ontológicos ao constituir sujeitos-forma, “a enunciação sobre o Outro constitui uma função de existência” (CARNEIRO, 2005, p. 39).

Carneiro (2005) busca trazer para sua pesquisa aquilo que Foucault recomenda para análise de um domínio que é conhecer a formação e o desenvolvimento desse domínio e de suas estratégias. Sendo assim, ela destaca, a partir de Foucault, que no processo de auto afirmação da burguesia que marca o dispositivo da sexualidade surge de forma paralela também um dispositivo de racialidade,

Há, portanto, um não-dito na formulação de Foucault que é a imbricação do dispositivo de sexualidade com o de racialidade, abrangendo este um território mais vasto do que o de sexualidade, pelo estatuto que tem nele a cor da pele (CARNEIRO, 2005, p. 42).

Em Peixinhos, utilizando o conteúdo das reportagens analisadas na matéria *Mães de Peixinhos*, encontramos de forma repetitiva a associação de assassinatos de jovens à vivência de criminalidade, principalmente ligadas ao comércio de entorpecentes. Das cinco mães entrevistadas apenas uma não faz menção a essa vivência por parte do filho, que foi supostamente assassinado por engano, o que as estatísticas e dados permitem questionar em certa medida. Conforme Ana Luiza Flauzina (2006), a forma truculenta de acesso ao corpo negro nas abordagens ostensivas de vigilância, no encarceramento desproporcional, nas mortes repentinas sem justificativa produzem o que chama de genocídio da população negra como empreendimento do Estado brasileiro.

A partir de uma apropriação latino-americana da criminologia crítica, observamos que a forma de movimentação do sistema penal brasileiro, fundamentada na violência e na produção de mortes, tem o racismo como variável central. Atentando para as diferentes facetas dos sistemas penais ao longo do processo histórico no país, o que se percebe é a existência de um padrão que se institui no seio da sociedade colonial com o qual nunca se rompera efetivamente até os dias atuais. A obsessão pelo controle dos corpos negros e o projeto de extermínio que com a abolição da escravatura passa a compor a agenda política do Estado são os vetores mestres que ainda hoje balizam a atuação do sistema penal. (FLAUZINA, 2006, p. 138).

Para a autora, o sistema penal brasileiro opera nas periferias do capitalismo à margem da legalidade, a menor e “mais superficial observação da realidade emerge toda a incongruência inscrita nesse aparato” (FLAUZINA, 2006, p. 28), somos levados a concordar com ela de que “mais concretamente, a vocação para o extermínio é característica substantiva da atuação desse aparato” (p. 29).

Munidos com um instrumental teórico capaz de dar conta do relacionamento entre racismo e sistema penal em toda sua complexidade, o que se percebe é que criminólogos e criminólogas críticos têm tangenciado essa problemática em suas análises, sinalizando para a existência de um entrave de natureza fundamentalmente política para a construção desse tipo de entendimento. A questão gira em torno do fato de que assumir o racismo enquanto variável central na estruturação do empreendimento de controle social penal redundará necessariamente em caracterizar sua movimentação como genocida. Mais: a partir desse tipo de constatação estão abertas as portas para que se acesse um projeto de Estado de extermínio da população negra que atravessa todas as áreas da intervenção institucional.

A recusa a se pensar o sistema penal a partir do tipo de perspectiva que propomos serve, portanto, necessariamente à manutenção dos projetos hegemônicos, na construção de um discurso funcional ao sistema. (p. 138-139).

Flauzina (2006) afirma que somente ao fazermos análises que reconhecem o racismo como variável substantiva do controle penal, poderemos rever não somente o aparato repressivo que assola jovens e vidas negras, mas os termos do pacto social que o sustenta. Assim, as problemáticas que faz ao “sistema penal não se perdem numa sensação de fatalidade injustificável que não encontra abrigo em lugar algum, sendo reconhecido o aporte desse empreendimento ao projeto genocida abraçado pela agenda neoliberal” (p. 139).

Neste sentido, retomaremos trechos das entrevistas que tocam na temática da criminalidade no conteúdo das reportagens da matéria *Mães de Peixinhos*:

Amauri era traficante e usuário de drogas. “Mas não devia”, diz a mãe, lembrando daquilo que ainda lhe trazia um conforto (...) Apesar do envolvimento do jovem com o tráfico, Carmem afirma não ter sido essa a motivação do crime, pelo menos não diretamente (Entrevista 1- As lágrimas de Carmem- grifos da autora).

Sandra sofreu a indescritível dor da morte de Luiz Carlos Calixto da Silva, de 17 anos e 11 meses, no dia 7 de janeiro. Em 28 de fevereiro do mesmo ano, chorou a morte do outro filho, Williams Soares da Silva, 16. Mais uma vez, **eram jovens de Peixinhos, periferia de Olinda, que se envolveram com o tráfico de drogas e tiveram suas vidas ceifadas** (Entrevista 2- O janeiro e o fevereiro de Sandra- grifos da autora).

Fábio, Coquinho, como era conhecido, estava envolvido com o tráfico de drogas há pouco tempo. Porém, não era de baixar a cabeça para os comandantes do tráfico da área. Nutria raiva do grupo, responsável por matar um amigo seu anos antes. Um dia Fábio atirou contra eles. Naquele momento, assinava sua sentença (...) Mesmo com curto período no tráfico, a imagem de Coquinho logo estava manchada. Chegava gente na casa de Cleonice: “Fábio matou uma pessoa agorinha.” Ela, então, mostrava que o filho dormia em casa desde cedo. Ele estava ficando conhecido a ponto de ser apontado como autor até do que não fazia. A Polícia Militar aparecia com frequência atrás dele (Entrevista 3- A morte ao redor de Cleonice- grifos da autora).

Prazeres não sabe a motivação da morte do filho Jorge Antônio. **Sabia que ele se envolvia com atos ilícitos**, pois o flagrava com más companhias nos arredores da feira (Entrevista 5- O salmo 91 de Prazeres- grifos da autora).

Ao tomarmos o discurso das entrevistadas como um recorte social, visualizamos as categorias “traficante”, “criminoso”. Se pensamos o dispositivo como produtor de uma dicotomia a partir do fluxo que se estabelece entre os ditos e não ditos, temos de um lado a noção de “homem de bem/trabalhador” (termos também presentes nas entrevistas para diferenciar daqueles que se envolvem de alguma maneira com práticas ilícitas) *versus* o “traficante/criminoso”.

Sobre essa categorização e os efeitos gerados a partir dela é importante considerar o recorte racial que aparece quando tomamos em mãos os dados de homicídios e de encarceramento no Brasil. Se em uma lógica determinista pessoas que se envolvem em atos

ilícitos são mais passíveis de morte, precisamos problematizar não só a conformização disso, mas também questionar como esses perfis são construídos nas práticas e discursos competentes.

Para Sueli Carneiro (2005) o encontro da racialidade ou etnicidade com o eu produz a relação desigual de superioridade e inferioridade dando a essa primeira o agenciamento sobre a razoabilidade, a normalidade e a vitalidade. O dispositivo da racialidade se configura então, da mesma maneira que os demais dispositivos, por uma dualidade entre o positivo e o negativo, dessa vez expresso entre a manifestação da cor da pele negra como algo inferior e a brancura associada a identificação de suposta superioridade.

“A ‘brancura’ passa a ser parâmetro de pureza artística, nobreza estética, majestade moral, sabedoria científica, etc. Assim, o branco encarna todas as virtudes, a manifestação da razão, do espírito e das ideias: ‘eles são a cultura, a civilização, em uma palavra, a humanidade’” (Nogueira, 1998, pp. 101-102 apud CARNEIRO, 2005, p. 43).

O ser branco passa a ser um ideal de Ser para os Outros e o corpo é o signo onde são projetados os valores morais e sociais. Essa relação hierárquica que envolve a cor de pele vai estar associada, por exemplo, à escolha sexual a partir de um padrão estético desejável. A noção de que existe um corpo que deve ser cuidado, protegido e preservado de todos os perigos instaura o contraponto, construído socialmente, de que algumas vidas são menos valiosas, e elas têm a cor preta (CARNEIRO, 2005). E isto, como menciona Flauzina (2006), é antes de tudo uma decisão política.

A partir do século XVIII surgem questões acerca do problema da mestiçagem nas teses racialistas da biologia que apontavam a influência da mistura de raças enquanto fator predispositivo à corrupção de povos e nações, e a partir disso, a apropriação do sexo e da sexualidade pela burguesia como forma de garantir sua superioridade e hegemonia. Desse modo, os temas da progeneração e descendência apontam a relação que começa a existir entre racismo e sexualidade (CARNEIRO, 2005).

No início do século XX, tais textos [matérias jornalísticas], segundo Fonteles Neto (2011), atravessados pelos discursos criminológicos de Cesare Lombroso, rerepresentavam o crime e os criminosos com uma cara e uma cor: eram os pobres e os negros recém-libertos os principais personagens das páginas policiais, caracterizando-os como rudes e preguiçosos, viciosos, degenerados e 68 degradantes do povo brasileiro (LOBO, 2008). E valia a máxima de que “todo cidadão é suspeito de alguma coisa até prova em contrário!”. Neste sentido, as autoridades policiais e políticas orientavam suas práticas coercitivas a esta população, justificando-as a partir dos saberes científicos produzidos à época e veiculados pela imprensa (SILVA, 2013).

Assim, para Wanderson Silva (2013), algumas matérias de jornais, ao abordarem crimes violentos, buscam, em uma suposta neutralidade narrativa, construir uma naturalização dos fatos, construindo uma certa denúncia social. Para ele, “nessa relação, fatos e discursos são naturalizados em função da busca de uma verdade original sobre tais acontecimentos, trata-se de uma relação causa-efeito, problema-solução” (p. 69).

Mbembe (2016), trata também da questão racial e afirma que a escravidão pode ser considerada como uma das primeiras manifestações da biopolítica, a estrutura de colonização e suas consequências manifestam por si o estado de exceção. A condição de escravo retira do sujeito seu lar, o direito sobre seu próprio corpo e seu *status* político, concretizando sua morte social.

Carneiro (2005) busca uma interlocução entre o dispositivo da racialidade e a teoria do Contrato Racial de Charles Mills (1997) que aponta as expedições de conquista e a ascensão do imperialismo europeu sobre os povos dominados a partir do século XV como ponto de emergência do dispositivo da racialidade, tendo o Contrato Racial uma função importante de estruturação deste, no momento em que “faz emergir uma nova tríade de poder, saber e subjetividades informadas pela racialidade conformando novos sujeitos-forma: homens, nativos, brancos, não-brancos” (CARNEIRO, 2005, p. 47). Trata-se de uma primazia branca estruturada por um Contrato Racial.

Para Sueli Carneiro (2005), Charles Mills aponta três evidências para a construção teórica do Contrato Racial, são elas de natureza existencial, conceitual e metodológica. A primeira envolve o reconhecimento de uma supremacia branca no mundo; a segunda diz respeito ao reconhecimento dessa supremacia como expressão de um sistema político com privilégios socioeconômicos, distribuição desigual de recursos, oportunidades, direitos, deveres e normas; já a evidência metodológica envolve a noção de um contrato social como possibilidade teórica de unir as teorias políticas dominantes e as questões raciais. O autor faz uma advertência sobre o contrato social, nas palavras de Carneiro (2005):

O contrato social é uma teoria que fundamenta a existência de um governo e de uma sociedade civil afiançada por indivíduos considerados iguais. O contrato social abriga, para Mills, outros contratos, um dos quais, o Contrato Racial. A especificidade do Contrato Racial consistiria no fato de, embora fundado na tradição contratualista, ser um contrato restrito aos racialmente homogêneos, em que a violência racial, em relação aos racialmente diferentes, é, no interior da teoria do contrato social, um elemento de sustentação do próprio Contrato Racial, e um deslocamento da relação contratualista com os diferentes para o estado de natureza. Ou seja, o Contrato Racial é um contrato firmado entre iguais, no qual os instituídos como desiguais se inserem

como objetos de subjugação, daí ser a violência o seu elemento de sustentação (CARNEIRO, 2005, p. 47-48).

Para Mills (1997) ao contrário de uma sociedade igualitária e neutra, a realidade mostra uma sociedade, um sistema jurídico e um Estado organizados racialmente a partir da dicotomia entre o branco e o não branco e o objetivo do Estado é de justamente manter e reproduzir a ordem racial, os privilégios e vantagens da branquitude e a subordinação dos não brancos (CARNEIRO, 2005). Essa questão se torna evidente em um momento da entrevista de Carmem na matéria *Mães de Peixinhos* quando ela problematiza a ausência da garantia de direitos para seu filho,

Carmem, diarista, mãe de oito filhos, acostumada a trazer o filho pelo braço nas madrugadas, lutou, mas não conseguiu evitar a tragédia. Aconselhava o rapaz, queria vê-lo em um cenário diferente, mas não sabia o que fazer. Afinal, **“Como uma pessoa passa por uma porta fechada?”** (Entrevista 1- As Lágrimas de Carmem- grifos da autora).

A metáfora da porta fechada diz respeito à ausência da garantia de acesso aos direitos sociais preconizados na Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, em seu artigo 6º, são eles:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (CF/88, p. 18).

Os jovens, vítimas da violência em Peixinhos, assim como em tantos outros bairros periféricos brasileiros, convivem diariamente com a realidade de portas trancadas e da ausência de políticas públicas de garantia de direitos.

Mbembe (2016) analisa a forma como o biopoder se relaciona com a soberania e o estado de exceção que está geralmente vinculado às discussões sobre o nazismo, totalitarismo e campos de concentração/extermínio nos quais os sujeitos submetidos a ele estão desprovidos de qualquer *status* político e reduzido a meros corpos biológicos. Entretanto, ele mostra que a crítica política tardo-moderna favoreceu as teorias normativas de democracia e elegeu o conceito de razão como um dos elementos mais importantes para o projeto de modernidade e para a soberania, que passa a ter como expressão máxima a produção de normas gerais formuladas por homens e mulheres supostamente livres e iguais, sujeitos considerados dotados de autoconhecimento, autoconsciência e autorrepresentação. A política se difere da guerra por ser executada de acordo com uma coletividade igualitária a partir da comunicação e o

reconhecimento entre os sujeitos. Nessa perspectiva, “a razão é a verdade do sujeito, e a política é o exercício da razão na esfera pública” (MBEMBE, 2016, p. 124).

A partir da perspectiva política herdada do discurso filosófico da modernidade, a razão está diretamente ligada ao exercício da autonomia e da liberdade e o sujeito estaria então no controle de sua soberania, definida como

um duplo processo de “autoinstituição” e “autolimitação” (fixando em si os próprios limites para si mesmo). O exercício da soberania, por sua vez, consiste na capacidade da sociedade para a autocriação pelo recurso às instituições inspirado por significações específicas sociais e imaginárias (MBEMBE, 2016, p. 124).

No entanto, o autor vai se ocupar com as formas de soberania em que este panorama não ocorre, mas sim com soberanias pautadas na destruição de populações e corpos como objetivo central, baseado na teoria de Bataille ele questiona os limites da política e seus efeitos de morte (MBEMBE, 2016).

Mbembe (2016) opera os conceitos de biopoder, estado de exceção e estado de sítio para mostrar como funcionam como base normativa para o direito soberano de matar. Nesses casos existe um forte apelo do poder, não necessariamente estatal, à exceção, à emergência e a uma imagem ficcional de inimigo e à criação dessas condições, criando-se uma divisão entre as pessoas que devem viver e aquelas que devem morrer.

Operando com base em uma divisão entre os vivos e os mortos, tal poder se define em relação a um campo biológico – do qual toma o controle e no qual se inscreve. Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma cesura biológica entre uns e outros. Isso é o que Foucault rotula com o termo (aparentemente familiar) “racismo” (MBEMBE, 2016, p. 128).

Mbembe (2016) menciona que para Arendt, a política de raça sempre estará ligada a uma política de morte pela sua característica de aniquilamento da alteridade e para Foucault, o racismo é uma tecnologia criada para permitir o exercício do biopoder, garantindo a condição em que o fazer morrer é aceitável. Mbembe coloca que “na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado” (MBEMBE, 2016, p. 128).

Segundo Mbembe (2016), para Foucault os mecanismos do biopoder e o direito soberano de matar estão presentes no funcionamento dos Estados modernos, tendo como exemplo de maior visibilidade o Estado nazista onde havia a combinação de um modo de

funcionamento pautado em características racistas, assassinas e suicidas em uma junção completa de guerra e política.

Judith Butler (2020) discute sobre quais vidas são passíveis de luto a partir de uma ontologia do corpo que, compreendido sempre dentro de seu contexto e em sua forma social e política, está pautado também por uma ontologia social. Para ela, uma vida específica só pode ser considerada lesada ou perdida se for antes considerada viva, e nesse campo, certas vidas não são qualificadas como tal e não são concebíveis como vidas dentro de determinados enquadramentos epistemológicos, logo, nunca serão vividas ou perdidas em seu sentido pleno.

Nesse sentido, esse ser da vida não pode ser refletido fora das operações de poder nas quais é produzido. Butler (2020) defende que se queremos ampliar as reivindicações sociais e políticas sobre o direito à proteção e o exercício do direito à sobrevivência, temos necessariamente que nos amparar em uma nova ontologia corporal que permita reexaminar a precariedade, a vulnerabilidade, a dor, a interdependência, a subsistência corporal, o trabalho, as reivindicações sobre a linguagem e o pertencimento social. Isso significa dizer que a ontologia social inclui a discussão de um ser do corpo imerso em uma relação com os outros, com as normas, com as organizações sociais e políticas desenvolvidas em um contexto histórico que potencializa a precariedade para uns e minimiza para outros, propiciando a existência de uma hierarquia da dor, com vidas mais valiosas em detrimento de outras (BUTLER, 2020).

Sobre isso, trazemos para o debate o relato de três das cinco mães entrevistadas de Peixinhos que convivem com o fato de não saberem o motivo do assassinato de seus filhos. Elas relatam como o homicídio foi de certo modo tratado com descaso pelo poder público, nesse caso personificado na instituição policial, responsável pela resolução dos crimes e punição dos envolvidos. Tal descaso aparece descrito nos trechos a seguir:

Carmem consegue ser tolerante quando questionada sobre **nunca ter sido procurada pela polícia**. “Depois que fiz o enterro passei duas semanas lá. Aí peguei e voltei pra Peixinhos. Se tiveram lá, não me acharam. Nunca falei com a polícia sobre isso”. **Dois semanas é tempo suficiente para a polícia procurar um familiar de uma vítima. Nunca procurou.** Nunca colheu o depoimento dela. Muitas mães, com dor semelhante à que Carmem carrega, também nunca foram procuradas e **o crime ficou sem solução** (Entrevista 1- as lágrimas de Carmem- grifos da autora).

Sandra só descobriu quem matou Luiz Carlos oito anos depois. Uma amiga da sua irmã contou ter visto o momento e ainda pediu ao algoz que não fizesse aquilo. Era um rapaz do bairro que cresceu junto de Luiz Carlos e Williams. **Na época da entrevista ele estava preso. Não por esse crime, que sequer teve investigação.** “Ele já matou muito aqui em Peixinhos”, diz a ex-comerciante. (Entrevista 2- o janeiro e o fevereiro de Sandra- grifos da autora).

Prazeres não sabe a motivação da morte do filho Jorge Antônio. Sabia que ele se envolvia com atos ilícitos, pois o flagrava com más companhias nos arredores da feira. E sabe quem o matou. Também foi morto anos depois. O assassino foi arrastado e alvejado no lixão da Muribeca, em Jaboatão dos Guararapes, na Região Metropolitana do Recife, por um tenente da Polícia Militar. A família só conseguiu reconhecer o corpo por causa da cueca que usava, presente da esposa, e da tatuagem com os dizeres ‘amor só de mãe’. À época da entrevista, o policial estava preso por outro homicídio - tem a fama de matador - . **Prazeres não lembra de ter sido procurada pela Polícia Civil ou de ter havido investigação da morte de Jorge** (Entrevista 5- O salmo 91 de Prazeres- grifos da autora).

A partir desses relatos podemos pensar sobre o porquê de terem vidas mais matáveis e menos importantes que outras. Essas mortes aparecem como relevantes a partir do olhar quantificável das estatísticas de segurança pública, mas são irrelevantes na perspectiva micropolítica, são sujeitos sem nome. Para Prazeres, Sandra e Carmem pouco importa se a morte de seus filhos está representada em números nos relatórios sobre violência do Estado, elas ainda terão de conviver com o vazio da perda e a falta de esclarecimentos e de justiça.

Por outro lado, a presença policial aparece em alguns momentos nas entrevistas associadas à violência e à não garantia de proteção, como fica explícito nos trechos abaixo das entrevistas de Cleonice e Rosineide.

A Polícia Militar aparecia com frequência atrás dele (de Flávio). Uma dessas aparições foi no Carnaval. Os policiais foram até a casa em Peixinhos quando só havia o pai de Cleonice, na época com 90 anos.

“Dona Cleonice, eu estou aqui na sua casa atrás de Flávio”, disse uma voz ao telefone. “Quem são vocês?”, ela perguntou. **“Nós somos policiais.”** A mulher suspendeu a celebração e voltou apressada. **Encontrou a casa já toda revirada. Ela alega que os policiais roubaram o dinheiro da renda do sábado e do domingo que ela havia juntado. Vasculharam o guarda-roupa e, segundo ela, subtraíram até uma toalha de renda.** O marido atual de Cleonice chegou a prestar queixa. Foi alertado por um sargento amigo: “Tu vai perder teu tempo porque não vai dar em nada” (Entrevista 3- A morte ao redor de Cleonice- grifos da autora).

Neide foi chamada para depor na investigação dos homicídios. Já circulava no bairro a história de que o alvo não seria o seu filho e que se tratava de uma vingança contra o homicídio do dia anterior no Alto da Bondade, com envolvimento do cunhado dele. **“Eu não sei”, respondeu ela ao delegado quando perguntada sobre quem matou seu filho e por que matou.** O delegado insistia. “Eu não sei, eu não sei.”

Por mais que estivesse corroída de dor e raiva, **a mulher negou saber qualquer fato sobre a tragédia. “Eu fiquei com medo de falar a verdade. Eu tinha medo e duas filhas. Tinha meu neto”**, ela explica (Entrevista 4- O frio de Rosineide- grifos da autora).

Na mesma entrevista Cleonice evidencia não só o descaso com a ausência de investigação em relação ao homicídio de seu filho, mas também a presença constante da polícia

em uma perspectiva punitiva, coercitiva e violenta enquanto ele ainda estava vivo. A presença seguida da completa ausência violenta.

Já Rosineide traz no seu relato o medo e a falta de confiança na segurança oferecida pelo Estado para proteger a ela e aos seus familiares contra possíveis retaliações criminosas após depoimento sobre a morte de seu filho. Para se sentir segura, ela precisou ocultar informações importantes à investigação do homicídio de seu filho para garantir a própria vida, assim como a proteção de sua família.

Carmem também faz um apelo em sua entrevista, uma esperança e ao mesmo tempo uma súplica de alguém que tem convivido com a perda e a morte há muito tempo:

A vida ensinou bem a Carmem que não se passa por portas fechadas. Mesmo decidida a se valorizar, ela sabe que seus dias estão entrelaçados aos de seus filhos. **Perguntada sobre seu maior sonho, a mulher que decidiu recuperar o tempo perdido responde: “que meus filhos continuem vivos”** (Entrevista 1- as lágrimas de Carmem- grifos da autora).

Para descrever como o necropoder opera na organização do espaço durante a ocupação colonial, Mbembe (2016, p.135) cita Frantz Fanon em *Os condenados da Terra*:

A cidade do povo colonizado (...) é um lugar de má fama, povoado por homens de má reputação. Lá eles nascem, pouco importa onde ou como; morrem lá, não importa onde ou como. É um mundo sem espaço; os homens vivem uns sobre os outros. A cidade do colonizado é uma cidade com fome, fome de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma vila agachada, com uma cidade sobre seus joelhos.

Para sustentar o poder soberano de quem tem importância ou não para o Estado o próprio ambiente se modifica e se organiza em compartimentalizações com limites, fronteiras internas reguladas e mantidas pela força pura, quartéis e delegacias de polícias em uma presença de regulação constante do Estado (MBEMBE, 2016).

No caso do bairro de Peixinhos o necropoder se manifesta a partir do abandono e do descaso com o território e suas iniciativas de resistência. A matéria *O nascedouro não está para peixe*, traz na descrição do espaço cultural do Nascedouro os efeitos práticos da necropolítica no local, explicitados nos trechos que se seguem

O espaço é composto por sete blocos, em área de 24,5 mil metros quadrados. Um dos equipamentos culturais mais promissores de Pernambuco passa por momentos difíceis. O Centro Cultural e Desportivo Nascedouro de Peixinhos, inaugurado em 2006 e localizado no limite entre Recife e Olinda, **está com boa parte de estrutura física degradada, com possibilidades limitadas de utilização pela população.**

O Bloco B, que abrigou apresentações de música e artes cênicas, tem um teatro, mas **as janelas estão quebradas e enferrujadas e as luzes, queimadas, impedindo a realização de espetáculos e até ensaios.** “Antes, a comunidade frequentava o espaço, mas o Nascledouro se tornou um elefante branco. Além disso, R\$ 2 milhões seriam transferidos do Programa Mais Cultura para a reforma e a compra de equipamentos. Até agora nada foi feito e nós, moradores, não recebemos nenhuma satisfação. **Onde está o dinheiro?**”, questiona Anderson Oliveira, conhecido como DJ Big.

O abandono se repete nas áreas externas. No campo, traves e redes de proteção estavam enferrujadas e retorcidas e os vestiários foram arrombados e pichados (BARROS, Diário de Pernambuco, matéria de 25/02/2014).

A mesma situação é descrita e retratada na matéria *Projeto Social em Peixinhos, na divisa entre Recife e Olinda, está abandonado há quatro anos*,

O Nascledouro, projeto social na comunidade de Peixinhos (...) está desde 2013 sem reparos e a mercê da ação do tempo. O último grande show no espaço foi em 2012 com a banda local Nação Zumbi (...) “[Hoje] está abandonado, cheio de cupim, o palco ficou de um jeito que não dá para utilizar. Toda essa articulação é uma cocheira de cavalos”, explica o articulador cultural Harrison Maia.

Patrocinado pela Prefeitura de Recife e pelo Estado do Pernambuco, o festival Cena Peixinhos acontece uma vez por ano, mas desde 2012 não utiliza mais o teatro. No local ainda funciona um centro de saúde e outro de tecnologia, mas segundo moradores e articuladores culturais a maior parte está abandonada.

Harrison fala sobre a falta que o local faz para os moradores. “A gente tinha grupos que ensaiavam todo dia lá dentro e não podem mais. O movimento hip hop era muito grande com ensaios, oficinas e palestras e isso parou de acontecer (ARAÚJO, Portal R7, matéria de 09/07/2017).

O território que poderia ser um local para agregar moradores, fomentar práticas culturais, educativas e artísticas, acaba sendo mais um elemento favorecedor de práticas de violência e comportamentos ilícitos. Discutir os mecanismos que movimentam e retroalimentam o dispositivo Peixinhos coloca em debate questões como o racismo e a necropolítica operando em seu interior. É preciso questioná-las e analisá-las para dar conta da complexidade que envolve a violência homicida que aparece como a ponta do *iceberg* de um cenário social complexo e multicausal.

Seguindo a linha do entendimento dessa complexidade, no tópico a seguir trataremos do dispositivo de gênero/masculinidades e seus efeitos na realidade do território de Peixinhos. Destacamos que a divisão entre dispositivo racial e dispositivo de gênero e masculinidades foi um opção para melhor compreensão e organização daquilo que buscamos evidenciar nas nossas discussões, ou seja, foi pensado para uma melhor organização do texto, no entanto é importante

dizer que esses dispositivos estão completamente relacionados e operam de forma articulada entre si tornando impossível dissociá-los quando buscamos compreender a realidade estudada.

2.5 Dispositivo de gênero e masculinidades

A partir da leitura do material apresentado no início do capítulo, identificamos o dispositivo de gênero como importante marcador de discussão acerca do fenômeno da violência homicida em Peixinhos. Se por um lado, a discussão de gênero e masculinidades aparece de forma evidente, explícita e interseccional quando consideramos que a maior parte das vítimas de homicídio no país e no estado de Pernambuco são homens negros, ela também se mostra como uma questão de debate a partir do feminismo quando os materiais apontam as mulheres como aquelas que tem suas vidas marcadas com a morte de seus filhos e quando respondem sozinhas desde muito cedo pela criação deles. Sendo assim, a violência aparece como ponto de intersecção entre os homens e as mulheres em Peixinhos.

No campo da realidade das mulheres, apresentada a seguir nos materiais de análise, aparece ainda de forma marcante a violência doméstica que muitas dessas mulheres sofrem de seus companheiros. Entretanto, sobressai também o potencial inventivo dessas mulheres e de resiliência diante das intempéries de suas vidas, exemplificado no protagonismo dessas mulheres frente as iniciativas de resistência comunitárias, seja por via da cultura, das políticas públicas ou da ajuda e cuidado mútuos.

Ao fazer reflexões feministas sobre homens e masculinidades a partir da perspectiva de gênero, Medrado e Lyra (2008) buscam desnaturalizar as orientações e práticas sociais atribuídas a homens e mulheres como masculinas e femininas. Eles descrevem os sistemas de sexo/gênero a partir da definição de Teresita de Barbieri (1992)

[...] os sistemas de sexo/gênero são os conjuntos de práticas, símbolos, representações, normas e valores sociais que as sociedades elaboram a partir da diferença sexual anátomo-fisiológica e que dão sentido à satisfação dos impulsos sexuais, à reprodução da espécie humana e em geral ao relacionamento entre as pessoas (Barbieri, 1992, apud Medrado e Lyra, 2008, p. 815).

Medrado e Lyra (2008) citam também os estudos de María Jesús Izquierdo (1994) sobre as desigualdades sociais que se estruturam a partir da divisão sexo/gênero e produção de capital:

há uma distribuição desigual de poder ligada a dicotomia entre reprodução da vida de um lado atribuído às mulheres e produção de riqueza e participação na vida política de outro atribuído aos homens.

Jurandir Freire Costa, citado por Medrado e Lyra (2008), aponta como uma possível explicação para a busca incessante das características físicas e biológicas que explicitariam a oposição entre o corpo feminino e o masculino sua função política de interesse à sociedade burguesa:

[...] os ideais igualitários da revolução democrático burguesa tinham que justificar a desigualdade entre homens e mulheres, com fundamento numa desigualdade natural [...]. Para que as mulheres, assim como os negros e os povos colonizados, não pudessem ter os mesmos direitos de cidadãos homens, brancos e metropolitanos, foi necessário começar a inventar algo que, na natureza, justificasse racionalmente as desigualdades exigidas pela política e pela economia da ordem burguesa dominante (COSTA, 1995, *apud* Medrado e Lyra, 2008, p. 818).

Nesse sentido, Medrado e Lyra (2008) afirmam que os estudos sobre gênero devem considerar a amplitude das relações e a assimetria de poder que produzem. Para eles, submeter o conceito de gênero a uma leitura feminista implica na busca pela compreensão da forma como as diferenças entre homem e mulher constituem desigualdades, indo além dos sexos como determinantes biológicos e rompendo com a lógica vítima (mulher) *versus* culpado (homem): “ao invés de procurar os culpados, é necessário identificar como se institucionalizam e como se atualizam as relações de gênero, possibilitando efetivamente transformações no âmbito das relações sociais generificadas” (MEDRADO E LYRA, 2008, p. 820).

Partindo dessa discussão, não buscamos categorizar em nossos materiais de análise vítimas ou algozes, mas sim, compreender como a relação entre homens e mulheres se estabelecem em Peixinhos e quais os efeitos que produzem, quando tomamos os casos de assassinatos de jovens no bairro e o dispositivo da cultura como fator de proteção de suas vidas.

No escopo de materiais de análise, três matérias noticiam homicídios ocorridos no bairro de Peixinhos ou adjacências, são elas: “*Irmãos são assassinados a tiros e corpos encontrados em Olinda*”, “*Mulher e filho são assassinados em Olinda*” e “*Jovem de 19 anos é assassinado a tiros em Peixinhos, Olinda*”, elas descrevem a ocorrência de cinco homicídios, quatro vítimas do sexo masculino e uma do sexo feminino, morte essa associada a cobrança de dívida de drogas a seu filho.

Esse dado se repete quando analisamos as entrevistas das cinco mulheres na matéria “*Mães da saudade*”, em que são descritos dezoito homicídios ao total, todos eles com vítimas do sexo masculino.

A partir disso, emergem as perguntas: Como é possível que homens morram de forma violenta em Peixinhos? Qual ideal de masculinidade é produzido pelo território e qual a forma que esses homens buscam corresponder a essa exigência posta socialmente?

Tratando de forma específica o tema da masculinidade, Medrado e Lyra (2008) problematizam as concepções de masculinidades e de homens como produto dos discursos das políticas e de como elas de certo modo influenciam nas posições que devem ser ocupadas pelos sujeitos e, desse modo, a importância de trazer a discussão sobre preconceitos e estereótipos como uma possibilidade de construção de novos sentidos. Os autores reconhecem o contexto histórico no qual as mulheres têm sido alvo de injustiças sociais e desigualdades de gênero e apontam por outro lado que também homens em condições sociais adversas enfrentam a impossibilidade de atender ao modelo hegemônico de masculinidade posto socialmente.

A dominação dos homens sobre as mulheres e sobre o feminino não possui autoria única, mas uma constelação de autores, que inclui, além dos homens, a mídia, a educação, a religião, as mulheres e as próprias políticas públicas. Em outras palavras, partimos da perspectiva de que o poder coletivo dos homens não é construído apenas nas formas como os homens interiorizam, individualizam e o reforçam, mas também nas instituições sociais (MEDRADO E LYRA, 2008, p. 826).

Para Medrado e Lyra (2008), Figueroa-Perea (2003) identifica quatro categorias de análise – privilégios, necessidades, direitos e mal estar – que aparecem de forma recorrente nos estudos sobre masculinidades e as problematiza. Para essa discussão, apontamos o que o autor alerta sobre a categoria mal estar, indicando o cuidado que se deve ter para evitar uma perspectiva unidirecional em que os homens são sempre apontados como algozes, mas poder ampliar o olhar sobre as diversas nuances que esse tema apresenta.

É fundamental complexificar nossas análises, investigando em que medida os sujeitos considerados “vitimizadores” (agressores, detentores do poder) lidam com as situações nas quais eles exercem o poder, ou lhes é permitido ou promovido esse exercício e, mais além, se a conscientização desses homens, ou sua responsabilização sobre esse processo, é capaz de ressignificar seu posicionamento nas relações de poder (Figueroa-Perea, 2003 *apud* Medrado e Lyra, 2008, p. 831-832).

A partir dessa ótica, somente quebrando com a relação direta entre homem e agressor se possibilita olhar para as relações de gênero em suas especificidades e possibilitar a

construção de novos sentidos e novos modos de produção de poder nessa relação com o masculino.

Como exposto no início do texto, outra característica do masculino, que se destaca nas entrevistas da matéria “*Mães de Peixinhos*”, é a violência doméstica e/ou omissão no cuidado dos filhos.

O jovem (refere-se à Fábio) é filho de um homem que foi deixado bebê na porta de Cleonice e que se tornou um alcoólatra **desinteressado pela paternidade**. E que bebia tanto que os seus irmãos iam buscá-lo em um carro de mão. **Era agressivo com Fábio** (Entrevista 3- A morte ao redor de Cleonice).

Com o pai desses três filhos, Neide passou 15 anos. Ao comentar sobre ele, resiste inicialmente, mas se abre: “**Apanhei muito dele.**” Ela pede que os detalhes da violência não sejam expostos. **E não era só ela a vítima. O filho também era agredido.**

Desde que seus meninos eram crianças, Neide trabalhava como balconista em uma padaria. Trabalhava para não deixar faltar nada aos meninos. **O marido era distante deles.**

Adílio não absorvia o que ouvia em sala de aula. “Não entrava na mente dele”, diz a mãe, que foi chamada para conversar com a psicóloga da instituição. A profissional estava interessada em saber se algo de errado ocorria no ambiente familiar que explicasse as notas baixas do garoto. Relutantemente, Neide contou que era **vítima de violência doméstica**. “O problema é esse”, apontou a psicóloga. Para melhorar o desempenho do filho, Neide afirma ter procurado não demonstrar o que acontecia entre ela e o pai dele (Entrevista 4- O frio de Rosineide).

Prazeres teve uma criação muito rígida. Não podia ir à casa do vizinho ver televisão e nem tinha tv em casa. Se saísse, apanhava. Não podia ir até a esquina.

Durante apenas um ano de sua vida, Prazeres saiu de Peixinhos com os pais e se mudou para o bairro de Águas Compridas, também em Olinda. Foi nessa época que o **seu compadre se aproveitou que ela estava sozinha em casa e a estuprou**, tirando sua virgindade (...).

O homem seguinte que apareceu em sua vida foi o pai de suas duas filhas. Certa vez este marido trouxe um peixe para o almoço, o qual ela deixou descongelando em cima de um balcão. Prazeres conversava com a vizinha. “Ele ficou perguntando ‘cadê o peixe’, ‘cadê o peixe’. Teve uma hora que dei uma resposta grossa, aí **ele prontamente pegou a faca.**” Prazeres correu para a sala, o companheiro foi atrás. Ela chegou na porta, ele a alcançou. Ela correu para a casa da vizinha. “**Aí quando eu chego na casa da vizinha, eu tô furada. Acima do rim. Levei dois pontos. Eu tava grávida de oito meses**”, lembra. A mulher foi socorrida e nunca mais voltou para o agressor.

Tempos depois, Prazeres se casou com o homem com quem teria José Carlos, outro filho já falecido. O marido era alcoolista. Por causa de algo que a mulher diz não lembrar, **ele lhe acertou um tapa no rosto**. Ela gritou e foi acudida pela vizinha. Após aquele tapa, nunca mais voltou para o agressor.

O companheiro seguinte era ‘raparigueiro’, como classifica Prazeres (Entrevista 5- O salmo 91 de Prazeres).

Na entrevista 1, “As lágrimas de Carmem”, o pai aparece como alguém distante dela, mas diante da morte do filho cumpriu a função de reconhecê-lo no Instituto de Medicina Legal (IML). Já na entrevista 2, “O janeiro e o fevereiro de Sandra”, a figura paterna não é mencionada em momento algum do texto.

Para Medrado e Lyra (2008), Joan Scott (1995) propõe uma definição a partir da integração entre as ideias de gênero como um elemento produzido nas relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos e gênero como uma forma de dar significado às relações de poder, compreendendo poder aqui a partir de uma perspectiva foucaultiana.

Medrado e Lyra (2008) compreendem, a partir da concepção foucaultiana, que as relações de poder requerem a existência de certo grau de liberdade e resistência entre as pessoas envolvidas para existir, ou seja, liberdade e poder coexistem na mesma relação,

se existem relações de poder é exatamente porque existem possibilidades de liberdade por todas as partes. Ou seja, a resistência é um elemento constitutivo da relação de poder. Nas relações de poder existem necessariamente possibilidades de resistência, na medida em que, se não existe possibilidade de resistência – fuga, reação violenta, subterfúgios, estratégias para inverter a situação –, não existem relações de poder (MEDRADO E LYRA, 2008, p.822).

Portanto, os estudos que envolvem discussões sobre gênero devem estar alinhados ao entendimento das relações de poder que envolve as masculinidades e as feminilidades em nossa cultura e sociedade. Relações muitas vezes desiguais e pautadas na violência.

No texto *Primavera para as rosas negras*, a autora Lélia Gonzales (2018) aborda os temas do feminismo e do racismo de maneira clara no relato de casos de mulheres brasileiras. O capítulo 1 Mulher Negra é um retrato do que acontece na cidade do Rio de Janeiro, mas se aproxima do que se relatamos sobre o território de Peixinhos:

Foram morar em uma favela que disseram que tinha sido um quilombo. A vista lá de cima é linda. Dá pra ver o mar, o Cristo, as casas grã-finas das madames lá de baixo e também quando o camburão vem pra dar uma blitz no morro. Primeiro a gente fica com medo mas depois se acostuma. Que se pode fazer, né? Triste foi quando houve aquele tiroteio e mataram o filho da vizinha lá de cima. Só tinha dezoito anos. Custaram pra levar pro necrotério e ele ficou ali, caído, uma porção de mosca em cima. Marginal, sabe? Coitada da mãe, tanto sacrifício pra nada. A irmã dela, que mora naquele barraco perto do barranco, o marido está preso há uns cinco anos e tem mais uns dez pela frente. A coitada dá um duro danado pra sustentar os filhos. Trabalha de cozinheira num botequim lá perto da Central, carteira assinada e tudo. O

emprego é bom porque sempre dá pra trazer umas coisinhas pras crianças comerem (GONZALEZ, 2018, p. 28).

Se por um lado as figuras masculinas aparecem nas entrevistas da matéria *Mães de Peixinhos* como ausentes ou perpetradoras de violência doméstica, as mulheres são descritas como responsáveis pelo sustento financeiro e pelo cuidado e educação de seus filhos.

Carmem, **diarista**, mãe de oito filhos, **acostumada a trazer o filho pelo braço nas madrugadas**, lutou, mas não conseguiu evitar a tragédia (Entrevista 1- As lágrimas de Carmem).

Sandra confessa nunca ter tido jeito para ser mãe. Não apreciava a ideia de parar sua vida para cuidar das crianças. **Dona de um bar na área central do Recife, se sentia melhor ajudando os filhos financeiramente**. Luiz e Williams foram criados pela avó. Semanalmente, Sandra os visitava. **“Eu só fazia trabalhar para dar o que eles precisavam”**, resume. (...) Luiz e Williams traficavam até mesmo no bar de Sandra. **“Quando eu descobri, fiquei dando dinheiro para eles fumar dentro da minha casa mesmo**, para não se juntar com quem não presta. Dava um dia a um, um dia a outro. Eu dizia ‘já que tu tá com esse vício, faz aqui, deixa teus amigos pra lá, não faz fora, não’. “Meu filho, isso é feio. Deixe disso. **Não falta nada pra você comer, não tem que andar com gente que não presta**. Anda com gente que presta pra você ter sossego”, a mulher aconselhava. (Entrevista 2- O janeiro e o fevereiro de Sandra).

O primeiro baque foi há mais tempo. O marido, aos 29 anos, se suicidou motivado por uma paixão que sentia por outra mulher. **Deixou a esposa com seis filhos** (Entrevista 3- A morte ao redor de Cleonice).

Desde que seus meninos eram crianças, Neide **trabalhava como balconista em uma padaria. Trabalhava para não deixar faltar nada aos meninos**. O marido era distante deles (Entrevista 4- O frio de Rosineide).

Foi em 1994 que ela perdeu seu primeiro filho. **Prazeres voltava da feira, onde trabalha recebendo verduras**. (...) **Além de trabalhar na feira aos domingos recebendo em verduras e na delegacia de Peixinhos, a mulher fez serviço de empregada doméstica por muitos anos**. Diversas vezes os filhos ficavam a sós em casa, cuidando uns dos outros. **“Minha vida foi sair de manhã e chegar de noite. Fazia faxina. Ia daqui pra Ouro Preto a pé. Sempre pra botar o alimento dentro de casa**. Trabalhava pra não tá pegando nada de ninguém.” (Entrevista 5- O salmo 91 de Prazeres).

Medrado e Lyra (2008), a partir dos estudos de Guaracira de Oliveira (2007), problematizam a ideia de um sujeito mulher único que desconsidere as diferentes inserções políticas das mulheres na sociedade, ou seja, um feminismo que não considere uma análise de gênero e sua dimensão relacional do poder.

A matéria *Mães da Saudade* traz além das narrativas das cinco mulheres que trazemos ao longo da análise, o relato da educadora social Elisângela Maranhão, uma das idealizadoras e organizadoras do Grupo Comunidade Acolhendo Suas Crianças (GCASC) e do Grupo Mães da Saudade e ela fala sobre o silêncio que impera sobre as mortes dos jovens e em como, a partir de seu incômodo, ela entendeu a necessidade de um espaço de acolhimento ao sofrimento dessas mulheres.

Não era só a morte dos jovens que Elisângela e os demais integrantes do Gcasc enxergavam. Além do corpo estirado, das pessoas ao redor, do vozerio, da polícia, do IML, havia mais alguém ali. Uma mulher chorando desesperada. A mãe daquele corpo.

Desde o começo do Gcasc, a figura da mãe em luto mexia com os integrantes do grupo. Apesar da invisibilização. **Apesar da ausência de comoção social pela morte do adolescente.** Mães como Carmem, Sandra, Cleonice, Rosineide e Prazeres, cujas histórias foram retratadas nos textos anteriores. Mães que precisavam chorar em privado, mas tão privado que nem na própria casa o pranto era permitido. **“Essas mães não podem vivenciar o luto.** Historicamente a relação do pai é de ausência. Ele é omissor na afetividade, na educação e em cuidar desse filho. Tanto é que quem leva a culpa todinha é a mãe. E o pai diz ‘vai chorar por aquele marginal? Ele procurou’”, comenta Maranhão. Rasgadas pela perda do filho e **sem poder externar a dor**, muitas mulheres perdem o prazer pela vida. Deixam de sorrir, deixam de sair de casa. Entram em depressão. Viram mulheres doentes (MÃES DE PEIXINHOS, Leia já, 2020).

Sobre a vivência coletiva do luto, Butler (2019) aponta, a partir da análise das publicações de obituários e memoriais nos Estados Unidos e do cenário de luto americano no pós-guerra, o processo de desumanização que envolve a morte de algumas pessoas e de como esse descaso possibilita ou não uma vivência coletiva do luto. O aparelho midiático nesse sentido opera em uma relação de poder e se coloca como divisor de águas e aval de que aquela vida é enlutável ou não a partir da sua função de torná-la pública e possibilitar comoção coletiva, sendo assim, ele é responsável por controlar a opinião e a consternação pública.

A questão do silenciamento é também explorado no texto *“A máscara”* da autora e artista portuguesa Grada Kilomba (2016) a partir da perspectiva de uma crítica ao racismo. No ensaio ela vai trazer reflexões sobre o silenciamento a partir dos arquétipos e memórias compartilhadas sobre a máscara que Anastácia foi obrigada a usar como instrumento concreto de dominação colonial europeu e de subjugação de um povo.

Oficialmente, a máscara era usada pelos senhores brancos para evitar que africanos/as escravizados/as comessem cana-de-açúcar ou cacau enquanto trabalhavam nas plantações, mas sua principal função era implementar um senso de mudez e de medo, visto que a boca era um lugar tanto de mudez quanto de tortura. Neste sentido, a máscara representa o colonialismo como um todo. Ela simboliza políticas sádicas de

conquista e dominação e seus regimes brutais de silenciamento dos(as) chamados(as) ‘Outros(as)’: Quem pode falar? O que acontece quando falamos? E sobre o que podemos falar? (KILOMBA, 2016, p.172).

A partir do debate sobre o racismo e o modo de funcionamento colonial, Kilomba (2016) mostra como a boca passou a ser o órgão de dominação por excelência por ser ele o responsável pela fala e pela enunciação. Desse modo, a vedação que a máscara propicia impede que o sujeito negro exponha as verdades indesejáveis ao mestre branco, há algo que precisa permanecer em segredo, e esse algo é a escravidão e todas as suas práticas de violência, “uma vez confrontado com verdades desconfortáveis desta história muito suja, o sujeito branco comumente argumenta: “não saber...”, “não entender...”, “não se lembrar...”, “não acreditar...” (KILOMBA, 2016, p. 177).

No caso das mães enlutadas de Peixinhos, há também algo que precisa se manter oculto visto que o choro revela uma realidade de desigualdade, desassistência e negligência que culmina no ato de violência homicida, mas não somente nisso. Assim como no colonialismo, há algo que precisa se manter em silêncio.

No funcionamento escravista a violência exercida pela branquitude no sequestro e exploração de pessoas negras se inverte na lógica de que essas pessoas vão comer os frutos dos senhores nas plantações, sendo assim, o uso da máscara tem, além do silenciamento, a função de garantir que furtos à propriedade de seus senhores não ocorram. A lógica se inverte e os brancos passam a serem vítimas de uma raça sem modos e criminosa (KILOMBA, 2016). Em Peixinhos, crianças e adolescentes que convivem diariamente com a ausência de garantia de direitos fundamentais como preconiza a Constituição Federal (1988) e o Estatuto da Criança (1990) e do Adolescente tem de modo similar a inversão da lógica colonial quando aparecem descritos como criminosos/traficantes e, por isso, alvos da violência homicida.

A relação dialógica que envolve o falar e o silenciar pressupõe uma negociação entre quem fala e quem escuta, sendo assim, a atitude de ouvir é um ato de autorização ao falante, “alguém pode falar (somente) quando sua voz é ouvida. Nesta dialética, aqueles(as) que são ouvidos(as) são também aqueles(as) que “pertencem” e aqueles(as) que não são ouvidos(as), tornam-se aqueles(as) que não pertencem” (KILOMBA, 2016, p. 178). A partir dessa discussão podemos problematizar a função social do silenciamento dessas mortes e dessas mães, que acabam invisibilizadas e tem suas histórias marcadas entrelaçadas às dos seus filhos.

A vida ensinou bem a Carmem que não se passa por portas fechadas. **Mesmo decidida a se valorizar, ela sabe que seus dias estão entrelaçados aos de seus filhos.** Perguntada sobre seu maior sonho, a mulher que decidiu recuperar o tempo perdido responde: “que meus filhos continuem vivos.” (Entrevista 1- As lágrimas de Carmem).

“Perdi minha saúde”, resume Sandra. Hoje ela diz viver ‘à custa de remédio’. Na data da entrevista, tinha três cirurgias marcadas, uma ela nem lembrava mais do quê. Também deu fim a tudo. Vendeu a casa por meros R\$ 6 mil. Arrepende-se amargamente. Livrou-se das roupas dos filhos, não conseguia mais vê-las. “Gastei tudo que tinha, hoje não tenho nada”, diz ela, que passou a dividir com outros parentes a casa da mãe já falecida. (...) “Eu só fazia chorar. Agora eu esqueci mais um pouco. Antigamente era demais. Mas é assim mesmo, né? Tudo é assim mesmo. Tem que se conformar porque não vai voltar mais à vida. Aí pronto, gastei tudo que eu tinha. **Não tenho mais nada hoje. Mas tenho minha vida, né?** E a saúde. A saúde não, né? Que a saúde não tem mais como eu tinha, né, não? Mas é assim mesmo. **É uma coisa que vai e não volta mais depois que morre. A gente não esquece.**” (Entrevista 2- O janeiro e o fevereiro de Sandra).

O caso é que, para algumas mães, é natural que seus filhos morram primeiro do que elas. **Não importa o que a ciência e a lógica digam. Sob algumas pessoas, operam outras lógicas. A frustração, a raiva e o sentimento de que algo está errado existe. Mas elas são ensinadas a naturalizar esses acontecimentos. Aconteceu com uma, aconteceu com outra. E o mundo não parou nem, na verdade, pareceu dar valor.** “Então é assim mesmo”, ela passa a dizer para tentar se convencer, mesmo sabendo, lá no fundo, que algo está muito errado (Entrevista 2- O janeiro e o fevereiro de Sandra).

Apesar dos evidentes avanços e da confiança que readquire, **o desassossego continua e a morte ainda parece rondar a mulher** (Entrevista 3- A morte ao redor de Cleonice).

Analisando a questão do luto de forma específica, Butler (2019) se apoia na reflexão filosófica da não-violência para pensar a função política do luto como potência transformadora da realidade a partir de sua vivência coletiva. Ela busca desarticular a visão do processo de enlutamento como uma situação solitária despolitizada e visa destacar sua dimensão política de forma a elucidar alguns fenômenos sociais a partir do senso de comunidade política de uma ordem complexa, considerando que os laços relacionais têm implicações com uma responsabilidade ética e pode contribuir para uma mudança social e política.

Nessa mesma linha de pensamento, Coimbra (2001) aponta que mesmo com subjetividades que sedimentam a relação entre pobreza e criminalidade fomentadas pela lógica capitalista, há ainda resistência e luta por parte da população oprimida, que teima em continuar existindo, “com outras formas de organização - que fogem às pré-estabelecidas -, a população

marginalizada cria, inventa outros mecanismos de sobrevivência, de luta e resiste teimosamente às exclusões e destruições de que são objeto diariamente” (COIMBRA, 2001, p. 132).

Medrado e Lyra (2008) apontam que a partir dos anos 1960 movimentos sociais começam a se formar e se desenvolver e, dentro deles se destacam os movimentos feministas liderados por mulheres que movimentam a busca por uma sociedade mais justa com melhores condições de vida para homens e mulheres e passam a produzir um impacto importante sobre a conformação das instituições tanto nacionalmente quanto no cenário internacional, assim como repercutem também na subjetivação e na forma como as ciências se orientam em relação ao tema de gênero.

Esse protagonismo das mulheres na busca por garantia e melhores condições de vida é nítido quando analisamos as iniciativas sociais, de cultura ou de apoio mútuo em Peixinhos, como é o caso do Projeto Mães da Saudade, que busca promover o acolhimento de mães que perderam seus filhos para a violência homicida no bairro de Peixinhos. Três das cinco mulheres entrevistadas na matéria Mães de Peixinhos trazem de forma explícita a importância que a participação no grupo teve para o seu processo de luto.

Ela lembra como ficou desnordeada após a perda do filho. “Eu tinha morrido. Parecia um cadáver. Muito feio”. Atualmente, Carmem é conhecida por Delícia, apelido que ganhou após vencer duas vezes o concurso de Miss Delícia, uma brincadeira do grupo Mães da Saudade, projeto que oferece apoio e perspectivas a mães que tiveram os filhos assassinados no bairro de Peixinhos. (...) O grupo Mães da Saudade também foi outro importante fator no fortalecimento dela - **a mulher acredita que estaria morta se não fosse o acolhimento recebido no projeto** (Entrevista 1- As lágrimas de Carmem).

Cleonice sobreviveu e tem se recuperado - **o projeto Mães da Saudade exerce papel fundamental nesse processo de melhora** (entrevista 3- A morte ao redor de Cleonice).

A mãe dele foi quem apresentou o grupo Mães da Saudade a Neide. Hoje elas se encontram nas reuniões da ONG, ambas tentando se reerguer do baque que é perder um filho.

“Se eu disser a você que é fácil, é não. Se eu disser a você que eu não sinto, eu tô mentindo. Se eu disser a você que sou forte, eu tô mentindo. Eu me faço de forte, é diferente, né?”, Neide resume. Ela já se aposentou. Participa das atividades do Mães da Saudade com regularidade. **Hoje, com o apoio recebido, diz que a saudade é moderada, dá para suportar** (Entrevista 4- O frio de Rosineide).

Desse modo, a organização das mulheres através da rede de apoio do Projeto Mães da Saudade desempenha um importante papel de agente mobilizador da realidade homicida de Peixinhos ao passo que torna visível os problemas sociais e políticos do bairro, a partir do relato

dessas mães. O recorte de gênero aparece a partir do marcador masculino que torna os homens mais propensos a serem vítimas de homicídio, mas se desdobra na vida de tantas mulheres que apesar de continuarem vivas, têm suas vidas fortemente marcadas pela violência. E esta não pode mais silenciar-nos.

CAPÍTULO 3 - UM LIMIAR DISCURSIVO: DAS FISSURAS E CONTRAPONTO À ARMAÇÃO DO DISPOSITIVO PEIXINHOS

Partimos da compreensão deleuziana acerca do que vem a ser dispositivo e considerando a linha de força da mídia que já vínhamos colocando em análise no capítulo anterior, compreendemos que ela cumpre a função de retificar as linhas de visibilidade e de enunciação. Ela ramifica através da fissura entre os enunciados que retratam a violência e aqueles que privilegiam as características de resistência do território de Peixinhos. A partir disso, esse capítulo discutirá as notícias veiculadas através da mídia de conteúdo de empoderamento social e comunitário; de como tais experiências representam uma função importante de resistência à violência homicida daquele bairro. Essa tenacidade comunitária vem a ser o principal objeto deste estudo e baseará também a discussão do capítulo seguinte.

Com a separação do material de análise entre narrativas de violência (trabalhadas no capítulo anterior) e as narrativas de resistência, seguimos o mesmo formato de organização das notícias no Quadro 2, apresentado a seguir. Desse modo, o *Quadro 2*, nomeado de *Narrativas de Resistência* em que foram agrupadas matérias jornalísticas com o tema de iniciativas comunitárias e sociais, em sua maioria ligadas ao fortalecimento da cultura como fator de proteção de jovens. A escolha de análise dessas matérias, assim como sua organização em um quadro específico visou acontecimentalizar como organizações sociais e movimentos ligados à cultura tem a função de proporcionar resistência e luta pela vida de jovens locais, potenciais vítimas da violência homicida.

Ao longo da análise deste material, norteamos nosso olhar às vistas do teatro brechtiano na forma como buscamos recontar a vida desses jovens, tornando visível a riqueza de suas vidas e do território em que vivem, vítimas da violência homicida e também de uma violência estatística. Ao recontar essa história nos propomos à tentativa de recriar seu final, lançar mão de novas possibilidades de ser e existir no mundo.

Ao discorrer sobre o teatro épico de Brecht, Benjamin (2017) ressalta que seu diferencial está exatamente na aproximação palco e público, artistas e espectadores e sua beleza está na sua democratização através do poder de criatividade e invenção que propicia. Neste sentido, os lugares e a própria construção e desconstrução deles, colocadas em cena, permitem que as diferentes funções teatrais construam afetações e interfiram na construção e no destino da

história que é colocada em andamento. Brecht constrói uma articulação entre a arte e a crítica social, provoca a denúncia e o envolvimento do público naquela construção teatral de forma a lançar a reflexão sobre os lugares que cada um tem desempenhado dentro daquela cena coletiva.

Assim, enxergamos também as narrativas de resistência, e seu poder de resgate e reconstrução da vida de jovens em Peixinhos. Essa linha de força, que apresentaremos ao longo deste capítulo, a partir dos nossos materiais, é marcada pela vida e não mais pela morte e, assim como no teatro épico, ela nos convida a nos envolver nessa ação propositiva de transformação e tomada de posição.

QUADRO 2 – Narrativas de Resistência

	Título do documento	Fonte	Data de Publicação	Resumo	Disponível em
1	Em Peixinhos, Coco da Paz mistura cultura e luta contra a violência urbana.	Autora: GONZAGA, Vanessa. Reportagem: Brasil de Fato/ Recife-PE	31 de Outubro de 2019	Aborda a importância histórica do Samba de Coco para o bairro de Peixinhos e o atrela ao combate a violência urbana.	https://www.brasildefatope.com.br/2019/10/31/em-peixinhos-coco-da-paz-mistura-cultura-e-luta-contra-violencia-urbana Acesso em: 05/02/2023.
2	Manifestação Cultural é premiada em Peixinhos	Autor: LOPES, Aquiles. Reportagem: Folha de Pernambuco	11/01/2019	A matéria relata as atividades desenvolvidas pela Associação Cultural Nação Mulambo e sua importância para a prevenção social à população infanto juvenil	https://www.folhape.com.br/noticias/manifestacao-cultural-e-premiada-em-peixinhos/92973/

				atendida.	Acesso em: 10/02/23.
3	Juventude Presente tem novo ciclo	Diário de Pernambuco	13/10/2021	Matéria aborda o retorno de atividades culturais para jovens entre 15 e 29 anos do Programa Juventude Presente e traz dados estatísticos do Programa Pacto Pela Vida que evidenciam o impacto positivo das atividades na redução do número de homicídios a essa faixa etária.	http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/vidaurbana/2021/10/juventude-presente-tem-novo-ciclo.html Acesso em 10/02/2023.
4	PE: Experiência do Pacto pela Vida ensina que participação social é essencial na segurança pública	Rede de Observatórios de Segurança Autor: FREITAS, Jatobá.	23 de nov. De 2019	Matéria aborda a execução do Pacto Pela Vida em Pernambuco desde sua origem, apontando críticas sobre sua metodologia e direcionamentos ainda necessários para uma atuação eficaz no cenário da violência urbana.	http://observatorioseguranca.com.br/pe-experiencia-do-pacto-pela-vida-ensina-que-participacao-social-e-essencial-na-seguranca-publica/ Acesso em 07/02/2023.
5	Nascedouro de Peixinhos vai acomodar Compaz de Olinda	Site da Prefeitura de Olinda	03/05/2022	A notícia traz a informação de que o espaço do Nascedouro em Peixinhos passará a sediar o serviço Compaz, onde serão oferecidas atividades lúdicas, de lazer, esportivas entre	https://www.olinda.pe.gov.br/nascedouro-de-peixinhos-vai-acomodar-compaz-de-olinda/

				outras. O processo de implementação ganhou avanços com a visita do prefeito de Olinda, mas ainda está em andamento sem data de efetivação.	Acesso em 15/02/2023.
--	--	--	--	--	-----------------------

Fonte: Elaborado pela autora.

A matéria 1: *Em Peixinhos, Coco da Paz mistura cultura e luta contra a violência urbana*, vemos presente o resgate do samba de coco articulado com a busca por uma cultura de paz no território⁷ de Peixinhos. Historicamente o samba de coco descende da união das culturas negra e indígena e exerce função de transmissão e manutenção do conhecimento e da tradição popular, e apesar disso, de acordo com a matéria, não vem recebendo o devido valor dos órgãos de preservação da cultura e é pouco visibilizado pela mídia comercial, cenário que favorece seu esquecimento e enfraquecimento.

No entanto, apesar de reconhecer esse cenário desfavorável, o documento ressalta aquilo que Peixinhos traz de positivo

Em Olinda, o bairro de Peixinhos é um dos locais onde o samba de coco resiste. Lá, a Associação Cultural Nação Mulambo atua desde 1997 desenvolvendo em crianças e adolescentes habilidades com ritmos percussivos da cultura negra, levando uma opção de lazer, cultura e cidadania para o bairro, que por muitos anos esteve no Ranking da Violência dos bairros da Região Metropolitana do Recife. Para criar laços entre a atuação da Nação Mulambo e o combate a violência, promovendo uma cultura de paz no bairro, surgiu o Coco da Paz (Brasil de fato, 31 de outubro de 2019).

Magdalena Almeida (2009), em seu artigo intitulado “*Samba de Coco é Brincadeira e Arte*” descreve a característica criativa do coco para a cultura, ela afirma que:

⁷ Trabalhamos nesta pesquisa com a noção de território proposta por José Reis (2015) considerando seu caráter polimorfo no qual a tensão entre mobilidades e territorializações contribuem para o estabelecimento da organização social a partir da força e do poder que se produz em ambos os lados. Dessa forma, compreende-se que estão presentes no território o poder inerente a ele, suas inter-relações, os atores que o constitui, as iniciativas que ele provoca e as transformações que exige, “os territórios tornam-se elementos da genealogia dos processos, conferindo-lhes uma natureza incerta, contingente e inesperada (...) o que está aqui em causa não é o território enquanto conjunto físico de paisagens materiais, mas o território enquanto expressão e produto das interações que os atores protagonizam. O território, nessas circunstâncias, é proximidade, atores, interações. E é também um elemento crucial da matriz de relações que define a morfologia do poder nas sociedades contemporâneas” (p. 109). Nesse sentido, olhamos o território não apenas como um espaço físico, mas como um território relacional.

O samba de coco não é novo, não é único, mas se renova e recria. É produto de observação e de reflexão histórica. Sem registro escrito por quem o trata como brincadeira, pode ser resistência, inclusão e arte. Certamente frutos de criação humana. A mesma criação que distingue e mescla, que limita e amplia, que trabalha, brinca e faz, da brincadeira, arte (ALMEIDA, 2009).

Ainda tratando da importância da manifestação cultural e seu potencial de transformação positiva da realidade, a autora aponta que a expressão artística tem raiz em origens diversas, nem sempre conhecidas, mas que tem o poder de trazer alegria, leveza, movimento e criação para o cotidiano das pessoas e destaca a riqueza cultural existente no estado de Pernambuco, considerando sua multiplicidade de nacionalidades e influências étnicas derivada de seu processo histórico de formação (ALMEIDA, 2009). Esta função social do samba de coco é apontada também pela comunitária de Peixinhos, conhecida como Senhorinha Joana Alves, entrevistada pelo Brasil de fato, quando conta de sua ligação com a luta por garantia de direitos

Para Senhorinha, o Coco da Paz vai além do cortejo no bairro, mas é construído como um processo de união e exercício da cidadania e luta por direitos “O coco é o momento de envolver as várias organizações da comunidade para construir uma ação voltada ao combate a violência urbana. Pra mim ele representa resistência, a luta da comunidade em busca de melhoria da qualidade de vida desse povo” conclui (Brasil de fato, 31 de outubro de 2019).

Ambas abordam como o samba de coco, assim como tantas outras manifestações artísticas, conseguem ser instrumentos de luta social com leveza através da cultura popular. Almeida (2009) destaca o feminismo presente nas manifestações culturais em Pernambuco e seu compromisso constante com o protesto por direitos, resistência e busca por inclusão, ela busca as palavras de Sobrinho (2006, p. 82-83) para trazer à discussão também a importante função de memória e ritual do samba de coco para a população

Do ponto de vista da memória, vemos a manifestação do coco como uma das partes de um quadro social e cultural específico, nos quais os sujeitos a ela vinculados constroem e reconstróem lembranças. No interior desse quadro, a memória é um acontecimento em movimento [...].

[...] compreendemos o coco, enquanto manifestação da memória de pessoas que, situadas em um contexto cultural específico, criam e fomentam múltiplos sentidos e significados para a comunidade (apud ALMEIDA, 2009. p. 168-169).

Demarcar a importância da manifestação cultural como um elemento capaz de salvaguardar a memória de um povo, considerá-la como lugar de lembrança e de esquecimento,

de escolhas e de trocas, em que o encontro da comunidade acontece, é considerar que ela dá lugar “à alegria, que parece ser mais do que o dançar e o cantar: é uma celebração à própria existência” (ALMEIDA, 2009, p.169). Neste sentido, a cultura estabelece uma relação de enfrentamento através da alegria e da memória ancestral.

Nesta perspectiva, fica nítida a força da cultura para o território de Peixinhos como ferramenta de vida e de resistência. A matéria 1- *Em Peixinhos, Coco da Paz mistura cultura e luta contra a violência urbana*, apesar de tratar de forma mais específica da Associação Cultural Nação Mulambo, aponta também outras iniciativas culturais da comunidade como o Grupo Comunidade Assumindo Suas Crianças (GCASC), o Balé Afro Magê Molê, O Coco é a Resposta, Coco das Afilhadas e a Nação Ogan e os movimentos populares Marcha Mundial das Mulheres e o Levante Popular da Juventude que também desempenham papel de militância política e social no bairro. Como podemos apontar trata-se não somente de movimentos culturais feministas, mas de organizações de pessoas negras com a cultura de terreiro, afro, quilombista na construção de enfrentamento da violência naquele bairro.

A reportagem divulga que duas vezes ao ano, nos meses de junho e dezembro a comunidade organiza um cortejo musical pelo bairro com a participação de grupos, associações, bandas, cantores e artistas e a distribuição de flores brancas e o pedido de paz, também homenageia figuras importantes da comunidade que ocupam um lugar de luta por direitos, pela paz e pelas ações culturais. Não é trazido em nenhum momento do texto qualquer ligação do evento com a política pública ou financiamento governamental, o custeio é alcançado por meio de campanha de doações (Brasil de fato, 31 de outubro de 2019).

Na mesma compreensão, a matéria 2, *Manifestação cultural é premiada em Peixinhos*, retrata também a importância da Associação Cultural Nação Mulambo, premiada entre as cinco melhores iniciativas do Brasil na Gincana da Educação promovida pela plataforma Café Educação, para a comunidade de Peixinhos. Ela enfatiza inclusive a mudança objetiva no espaço físico do bairro quando espaços potenciais de violência são ocupados com iniciativas voltadas para o resgate da cidadania e de raízes culturais.

O que pode resultar de uma praça pública esquecida, com iluminação precária, sem brinquedos ou grama, no coração de um bairro populoso da periferia? A resposta que parece a mais óbvia envolve abandono e desprezo. No entanto, a força criativa e resistente de muitas comunidades cria novas narrativas, capazes de surpreender e transformar realidades. A praça do Caic professora Norma Coelho, em Peixinhos, Olinda, é um desses pequenos lugares. Lá é o ambiente de ensaio da Associação Cultural Nação Mulambo, premiada recentemente em uma gincana educacional que envolveu iniciativas de todo o Brasil, e local de treino para um grupo de 30 rapazes

que praticam ginástica olímpica por conta própria, sem nenhum instrutor (Folha de Pernambuco, 11/01/2019).

A praça, destaque dos noticiários pela deficiência e vulnerabilidade de estrutura física, mobilidade urbana e segurança pública, foi escolhida pela educadora social Senhorinha Joana Alves para sediar os encontros de ensaio do grupo de percussão da Nação Mulambo, que à época completava aniversário de 23 anos de atuação no bairro e desde o ano de 2017 vem desenvolvendo o projeto *Orim Asa Ati Imoê*, que significa no dialeto Iorubá música, cultura e conhecimento e a partir da musicalidade trabalha com crianças e adolescentes de 7 aos 15 anos, mas aberto a participação do público de qualquer idade, questões como legado, raízes, pertencimento, identidade e cultura africana (FOLHA DE PERNAMBUCO, 11/01/2019).

Além das atividades envolvendo música, também por iniciativa da própria comunidade, através de doações e compartilhamento de saberes, na praça do Caic acontece de forma paralela no turno da noite aulas de ginástica olímpica para um grupo de 30 adolescentes (Folha de Pernambuco, 11/01/2019). Mais do que a simples prática de atividade física e do aprendizado de um novo exercício, está presente no relato desses jovens o senso de coletividade e de ocupação do território onde residem com movimentos de vida e de pertencimento,

“Um amigo nosso aprendeu a ginástica na escola onde estudava. Ele ensinou a dois, que passamos para o restante”, explica Ewerton Frederico, 18 anos, que desde o ano passado pratica a modalidade na rua.

“A gente improvisa e faz do jeito que consegue, mas o negócio é continuar treinando e praticando, porque é um esporte que a gente gosta”, comenta Deivison Marques, 18 (FOLHA DE PERNAMBUCO, 11/01/2019).

Vemos operar em Peixinhos um “território relacional” (REIS, 2015, p.110) com suas três dimensões de estruturas e dinâmicas territoriais, a saber: (a) proximidade, (b) densidade e (c) polimorfismo estrutural. A **proximidade** diz respeito ao contexto e suas relações interpessoais, o conhecimento construído e compartilhado em co-presença e a formação de uma identidade coletiva pautada nesse encontro de pessoas e propicia consolidações de culturas práticas e de instituições. É a proximidade que desperta a formação de **densidades**, elas, por sua vez, se mostram a partir da continuidade das interações, em aprendizagens e competências que norteiam a ação de atores sociais, em expansão ou enfraquecimento de contextos institucionais e de governação. Por fim, o **polimorfismo estrutural** que marca uma visão de mundo polimorfa, considerando a iniciativa e a autonomia presente em alguns espaços

estruturais e que além de ser importante para si mesmo produz efeito de modelo para outros espaços, resulta da tensão entre mobilidades e territorializações que gera diferenciações e ressalta que a imprevisibilidade, o incerto e as trajetórias inesperadas fazem parte do mundo (REIS, 2015).

No dispositivo de Peixinhos encontramos forças em constante disputa, dizeres e visibilidades múltiplas que coexistem e que juntas formam a complexa teia de significações e subjetividades. As dimensões de proximidade e densidade constituem a rede matricial interna do território onde coabitam a identidade, a dinamicidade e o aprendizado coletivo; tanto quanto o conflito, as lacunas, os esquecimentos e as tendências regressivas e o polimorfismo estrutural representa as relações de poder que podem ser positivas ou negativas, promocionais ou degradativas e mostra como o território se coloca para o mundo, como margem/centro, ascendente/descendente (REIS, 2015).

Junto às iniciativas da própria comunidade, como a da Associação Cultural Nação Mulambo, temos aquelas de incentivo governamental no estado de Pernambuco, como o Programa Juventude Presente, desenvolvido pela Secretaria de Políticas de Prevenção à Violência e as Drogas, que tem também como ponto de partida o incentivo à cultura como estratégia de prevenção à violência.

O Programa Juventude Presente é uma estratégia de prevenção social que contribui para a desconstrução dos valores historicamente indutores da violência e da criminalidade, com a oferta de Oficinas de Conexão Sociocultural, de diversas temáticas de interesse da juventude, nos 44 territórios prioritários, estimulando o protagonismo juvenil e a Cultura de Paz⁸ (Secretaria de Políticas de Prevenção à Violência e as Drogas- Apresentação/Juventude Presente- 22/08/2019).

⁸ O termo Cultura de Paz foi definido em 1999 pela Organização das Nações Unidas (ONU) na Declaração e Programa de ação sobre uma Cultura de Paz, contudo ainda é pouco difundido e conhecido pela população brasileira de modo geral. No documento, ela é definida como “um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida baseados no respeito à vida, no fim da violência e na promoção e prática da não-violência por meio da educação, do diálogo e da cooperação; no pleno respeito e na promoção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais; no compromisso com a solução pacífica dos conflitos; nos esforços para satisfazer as necessidades de desenvolvimento e proteção do meio ambiente para as gerações presentes e futuras; no respeito e fomento ao direito de todas as pessoas à liberdade de expressão, opinião e informação; na adesão aos princípios de liberdade, justiça, democracia, tolerância, solidariedade, cooperação, pluralismo, diversidade cultural, diálogo e entendimento em todos os níveis da sociedade e entre as nações; e animados por uma atmosfera nacional e internacional que favoreçam a paz (*apud* PRIMOR, 2021, p. 6). De forma resumida, a cultura de paz é um modo de pensar e agir que rejeita a violência e valoriza a diversidade, o diálogo, a negociação e a mediação como estratégias para a resolução dos problemas. Cada vez mais, a cultura de paz vem sendo discutida e disseminada, principalmente por educadores, para a construção de novos valores e de atitudes individuais e relações entre pessoas e grupos (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2010, p. 8).

Entre os 44 territórios prioritários, está o bairro de Peixinhos/Olinda. A matéria 3- *Juventude Presente tem um novo ciclo*- discorre um pouco sobre o impacto positivo das oficinas desenvolvidas para o território. O texto trata da divulgação de um segundo ciclo de atividades do Programa com a proposta de desenvolver mais de 470 oficinas que trabalham a cultura de paz, a valorização do território e a formação da identidade de grupo, com a perspectiva de atendimento a 10 mil jovens de 12 a 29 anos. No primeiro ciclo do Juventude Presente foram atendidos em torno de 9 mil jovens com impacto de 12,5% de redução no quantitativo de jovens vítimas de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) e 47,7% nas tentativas de homicídios do mesmo grupo etário (Diário de Pernambuco, 13/10/2021). São desenvolvidas atividades de capoeira, danças urbanas, percussão, futebol, grafite e conscientização ambiental e com proposta de integração de oficinas de fotografia e produção de vídeos (Secretaria de Políticas de Prevenção à Violência e as Drogas- Apresentação/Juventude Presente- 22/08/2019).

Ainda segundo a Secretaria de Políticas de Prevenção à Violência e às Drogas, um ponto forte do Juventude Presente é também o reconhecimento e a integração dos recursos humanos e conhecimento próprios das comunidades na execução do Programa, a exemplo da integração de pessoas do território para a atuação como oficinairos na realização das atividades, estimulando a capacitação e a reinserção socioproductiva. A escolha das oficinas a serem ofertadas passa também pelo que os jovens de cada território avaliam como demanda (Secretaria de Políticas de Prevenção à Violência e as Drogas- Programas/Juventude Presente/Oficinas- 21/01/2022).

O pertencimento comunitário dessas pessoas além de produzir efeitos objetivos sociais e financeiros pode contribuir também para o fortalecimento e/ou criação de lideranças com papel subjetivo importante de acolhimento, vinculação afetiva e admiração para as crianças e adolescentes assistidos. Além disso, a participação democrática na eleição das temáticas abordadas nas oficinas auxilia na execução de propostas mais efetivas para cada realidade e favorece a própria adesão ao Programa através da identificação e da valorização do desejo dos jovens locais.

De acordo com a Secretaria de Políticas de Prevenção à Violência e as Drogas, a escolha dos bairros de abrangência do Programa Juventude Presente não acontece de forma aleatória, ela acontece tomando como referencial dados produzidos pela segurança pública que indicam territórios potenciais de incidência de violência homicida, eles são mapeados pelo Pacto pela

Vida como prioritários para a implementação de políticas de prevenção (Secretaria de Políticas de Prevenção à Violência e as Drogas- Programas/Juventude Presente/Oficinas- 21/01/2022).

Com a mesma perspectiva de exaltar a importância da participação social para a segurança pública, a matéria 4- PE: *experiência do pacto pela vida ensina que participação social é essencial na segurança pública* resgata o contexto de insegurança e violência em que surge o Plano Estadual de Segurança Pública de Pernambuco, conhecido como Pacto Pela Vida, no ano de 2007, ano seguinte ao registro da segunda maior taxa de mortes por habitantes do país (52,6 a cada 100 mil habitantes) e 4.634 mortes violentas.

Construído com apoio de amplos setores da sociedade civil organizada e da academia, o Pacto pela Vida, quando lançado, se caracterizou pela integração de políticas públicas, a participação social, e o acompanhamento técnico e contínuo dos resultados. Além disso, o plano apontava para a necessidade de priorizar um leque de ações estruturadas no campo da prevenção social do crime (Rede de observatórios da segurança, 23 de novembro de 2019).

O texto elabora uma avaliação aos 10 primeiros anos de execução do Pacto pela Vida e questiona sua efetividade diante da manutenção de números alarmantes de mortes violentas em Pernambuco. Entretanto, não se coloca em questão a importância do Programa, mas sim sua implementação incompleta que impossibilita o alcance a que ele se propõe, sobretudo no que diz respeito aos mecanismos de participação social previstos em sua criação, que ao não serem realmente incluídos na prática, não executam o importante papel de monitoramento e contribuição para a identificação de problemas, correção de fluxos e revisões necessárias (Rede de observatórios da segurança, 23 de novembro de 2019).

A dificuldade de acesso aos dados oficiais produzidos pelo estado sobre a conjuntura da violência não foi impeditiva para a participação da sociedade civil organizada nessa questão. Em uma iniciativa totalmente inovadora a sociedade civil em parceria com o Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP) e a Plataforma Fogo Cruzado compõem a Rede de Observatórios de Segurança e juntos criaram seu próprio mapeamento sobre os mais de 16 indicadores de violência e sistematizaram esses dados para compreensão sobre a violência armada no Recife e região metropolitana em um banco de dados detalhado com informações sobre a ocorrência de Crimes Violentos Letais Intencionais em Pernambuco, baseado em informações veiculadas pelos portais de comunicação locais e pelo Fórum Popular de Segurança Pública de Pernambuco (Rede de observatórios da segurança, 23 de novembro de 2019).

Por fim, a matéria destaca que a análise construída pela Rede de Observatórios de Segurança⁹ aponta que a redução da violência deve estar sempre articulada a um projeto de continuidade a partir de estratégias e mecanismos de sustentabilidade a médio e longo prazos. Também se mostram ineficazes ações precipitadas de combate à violência pautadas em uma abordagem repressiva, punitiva, também produtora de violência e distante do envolvimento com a comunidade (Rede de observatórios da segurança, 23 de novembro de 2019).

Fazendo um contraponto à importância que as iniciativas comunitárias têm para o território, faz-se necessário reconhecer a responsabilidade do Estado nas ações de combate à violência e políticas públicas de garantia de direitos. Reis (2015) aborda duas críticas às perspectivas territorialistas, pois desconsideram o poder e a política (as relações de poder desiguais, o conflito) e exaltam a região de forma frequente como auto suficiente e, dessa forma, acaba por negligenciar um contexto de “desenvolvimento desigual gerido por agentes de governação exteriores e com poder estabelecido, pensando que a ação cooperativa localizada é suficiente para fundar e estruturar as evoluções locais (REIS, 2015, p. 111)

Reis (2015) descreve que coexistem o território-distância, aquele onde são desenvolvidas atividades e pontos são interligados, e o território-proximidade, o que aglomera e propicia a atuação e a gestão de atores que o formam e, para discutir políticas de território ele usa o critério da proximidade. A construção de sociedade, comunidade, vida privada, economia requer de maneira imprescindível a presença de um espaço físico e essa seria a primeira razão pela qual as políticas públicas são confrontadas. Para o autor, considerar o território deveria ser abordado como uma questão simples de administração tal como as que subsidiaram a formação

⁹ A Rede de Observatórios da Segurança é uma iniciativa de instituições acadêmicas e da sociedade civil da Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo dedicada a acompanhar políticas públicas de segurança, fenômenos de violência e criminalidade nesses estados. A metodologia é inspirada na bem-sucedida experiência do Observatório da Intervenção, projeto do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), que monitorou as ações das forças armadas no Rio de Janeiro durante a intervenção federal em 2018. A Rede acompanha 9 indicadores, além dos dados oficiais e orçamentos governamentais que são apresentados ao público em relatórios, infográficos, seminários e encontros. Além do CESeC, as organizações que formam a rede são: Iniciativa Negra Por Uma Nova Política de Drogas, da Bahia; Laboratório de Estudos da Violência (LEV), do Ceará; Rede de Estudos Periférico (REP), do Maranhão; Grupo TERRA, do Pará; Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop), de Pernambuco; Núcleo de Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes e Jovens (NUPEC), do Piauí; Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP), de São Paulo. Outra dimensão do trabalho da Rede de Observatórios é a criação de diálogo com pesquisadores de segurança pública; ativistas de favelas e periferias; ONGs e movimentos sociais; grupos de mães e familiares de vítimas de violência policial; movimento negro; movimento LGBTQIAP+; mandatos de parlamentares; Judiciário e Ministério Público; tecnologia e transparência; e comunicação (Fonte: REDE DE OBSERVATÓRIOS DE SEGURANÇA-A REDE- Disponível em: <http://observatorioseguranca.com.br/sobre-nos/a-rede/>).

inicial das nações e sua estrutura de governo, fronteiras e *modus operandi* de justiça e administração.

Nessa perspectiva, a inclusão do território nas políticas não haveria por que ser tratada ainda como uma questão, sua presença nas ações de organização do espaço confere poder e uma relação de heteronomia

É para que o território seja objeto ou sujeito? Coletar impostos, sujeitar populações a um soberano ou distribuir “juízes de fora” foram formas de considerar a existência de territórios dentro de um espaço em construção. Mas foram essencialmente relações de domínio. Já a constituição de poderes locais, ainda que instituídos por forais, poderá ter sido uma maneira de assumir os territórios na sua condição de parte própria de um coletivo (REIS, 2015, p. 113).

Para o autor, as sociedades enquanto entidades territoriais em constante disputa e conflito entre a condição de objeto ou de sujeito marcam o ordenamento espacial que reflete sempre esse movimento do território, sendo ele positivo ou negativo, reativo ou endógeno. Isso implica a necessidade de correção da visão dicotômica entre políticas setoriais e políticas territoriais na qual as segundas teriam o papel de gerir efeitos negativos causados pelas primeiras, ou seja, viriam com a função de mitigação. Ademais, as políticas públicas devem ser pensadas como territoriais, apesar de demonstrarem intensidades diferentes nesse quesito (REIS, 2015).

Trazendo para a realidade de Peixinhos, nosso campo de estudos, as políticas públicas de prevenção à violência e de caráter cultural e territorial não podem ser pensadas de forma secundária às políticas de segurança pública, quando essas não vêm a apresentar os resultados esperados. As políticas de prevenção e de segurança são na verdade complementares e devem estar afinadas e dialogar entre si. Não há como tomar o fenômeno da violência apenas em uma perspectiva punitiva e combativa sem entender sua multicausalidade e a atuação preventiva visa exatamente evitar que pessoas sejam expostas a situações que a tornem vulneráveis a violação de direitos e a violência.

A partir da análise e apresentação dos materiais ao longo deste capítulo, emerge para nós dois eixos analíticos aos quais vamos nos debruçar nos tópicos que se seguem, o primeiro deles irá tratar da Cultura de Paz e o segundo abordará o cuidado nos territórios a partir dos feminismos e do movimento negro.

3.1 Cultura de Paz

O termo Cultura de Paz foi definido pela Organização das Nações Unidas (ONU) na Declaração e Programa de ação sobre uma Cultura de Paz, como “um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida de pessoas, grupos ou nações baseadas no respeito pleno à vida, aos direitos humanos e às liberdades fundamentais” (Promovendo a Cultura de Paz na UFRGS, 2021, p. 4). É no pós Segunda Guerra Mundial que o ideal de comunhão e de ajuda mútua vai ser reforçado entre os países, sobretudo França, Índia, México, Polônia, Reino Unido e Estados Unidos se materializando no ato constitutivo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1945 e é a partir dessa noção de interdependência que nasce a ideia inicial de Cultura de Paz, inaugurando uma nova forma de estar no mundo pautada no princípio da não-violência (Mattelart, 2005, apud BOSCHI, 2018; FISCHMANN, 2001). Já Martins *et al* (2016) situa a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948 como o principal instrumento para discutir uma sociedade estruturada a partir da paz.

Fischmann (2001) aponta que embora ambas tenham a intenção da construção de uma herança universal pautada na paz, a criação da ONU e da DUDH carregam diferenças importantes visto que a primeira exalta a importância de proteção dos Estados e a segunda, a importância de valorizar cada vida humana.

Boschi (2018) a partir do Encontro Internacional “*Em Pie de Paz*’- Cultura de paz, políticas públicas e desenvolvimento cultural” ocorrido em 2011, vai discutir sobre a multiplicidade de práticas e entendimentos sobre o enunciado Cultura de Paz e como isso repercute na pluralidade de modos de agir frente a este entendimento pelas diversas instituições que trabalham a partir dessa lógica. Para a autora, “cultura” e “paz” são termos universais, que despertam por si só um conhecimento prévio de quem fala e é justamente por isso que acontece a sensação de unicidade do conceito na circulação deste enunciado em espaços sociais, que aparenta ter uma definição consensual e unívoca.

Adams (2005) faz uma definição sobre Cultura de Paz a partir da condensação de duas das resoluções das Nações Unidas, o “Programa de Ação” e a “Resolução das Nações Unidas de 1998 sobre a Cultura de paz”:

Uma cultura de paz é uma abordagem integral para prevenir a violência e os conflitos violentos, e uma alternativa à cultura da guerra e da violência, baseada na educação para a paz, na promoção da economia sustentável e do desenvolvimento social, no respeito pelos direitos humanos, na igualdade entre mulheres e homens, na participação democrática, na tolerância, no livre fluxo de informações e no desarmamento. (Adams, 2005, apud BOSCHI, 2018, p. 850).

Boschi (2018) aponta que na versão inicial do programa de ação e da resolução enviados pela UNESCO para as Nações Unidas constavam contrapontos entre “Cultura de Paz” e “Cultura da Guerra e da Violência” eliminados junto com este termo da redação final do documento com a justificativa da possibilidade de disputa de sentidos atribuídos ou atribuíveis ao enunciado discursivo de Cultura de Paz. De acordo com Adams (2005, *apud* BOSCHI, 2018), o próprio representante alemão em encontro informal em maio de 1999 alegou, em nome da União Europeia, não existir uma cultura de guerra e de violência no mundo.

A produção discursiva em torno da Cultura de Paz vai se intensificar sobretudo com a proclamação do ano 2000 como “Ano Internacional por uma Cultura de Paz” e da década 2001 e 2010 como a “Década Internacional para uma Cultura de Paz e Não Violência para as Crianças do Mundo” pela Assembleia Geral das Nações Unidas - ONU - Resolução de 20 de novembro de 1997 e Resolução de 10 de novembro de 1998, respectivamente (BOSCHI, 2018). Em relação ao Brasil, a autora situa que era o país da América Latina com o maior número de atividades realizadas por entidades com o tema da Paz, incluindo fóruns nacionais e internacionais com a criação de regulações e políticas, apontado no relatório de 2011 sobre a Década (BOSCHI, 2018).

No Congresso Internacional sobre a Paz na Mente dos Homens, realizado pela UNESCO em Yamoussoukro em 1989, na Costa do Marfim a Cultura de Paz aparece de forma clara estando presente na “Declaração sobre a paz na mente dos homens”, documento produzido pós evento (BOSCHI, 2018). A declaração traz em seu primeiro tópico:

O Congresso convida os Estados, organizações intergovernamentais e não-governamentais, as comunidades científica, educacional e cultural do mundo e ainda todos os indivíduos a:

– Ajudar na construção de uma nova visão de paz, desenvolvendo uma cultura de paz baseada nos valores universais de respeito à vida, liberdade, justiça, solidariedade, tolerância, direitos humanos e igualdade entre mulheres e homens (ONU, 1989).

Sobre esta declaração, destacamos a figura de uma visão universal da cultura de paz e a forma como ela é construída de modo vertical: a partir de uma política global e superestrutural. Ou seja, refaz uma conduta macropolítica que insere na pauta internacional uma cultura de paz, deixando de considerar as condicionalidades históricas e territoriais locais e situadas nos processos territoriais que garantam sua efetivação, incidindo de modo a pensar as micropolíticas subalternas a um jogo determinado por acordos globais que antecede às demandas locais a um poder biopolítico de gestão das superestruturas.

Deste modo, a Declaração Universal de Direitos Humanos (ONU, 1948, s.p.) em seu artigo primeiro afirma que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência, por isso devem agir fraternalmente uns com os outros”. Nesta assertiva a declaração recoloca o caráter universal da cultura de paz, ao mesmo tempo em que afirma uma naturalização da liberdade, da igualdade de dignidade e de direitos entre os seres humanos, desconsiderando as diferenças e as desigualdades historicamente construídas pelos processos de colonialismo e de violência ao longo dos séculos entre os diversos territórios globais e suas populações.

Para Édio Raniere e Cleci Maraschin (2016), esse universalismo dos direitos humanos abrem caminhos para a invenção de políticas públicas que incidem sob uma concepção de um biológico humano universal, constituído como vida nua disposta às intervenções verticais de um Estado neoliberal. Ao mesmo tempo, aparece uma responsabilização individualizada sobre a noção de cidadania aos sujeitos, sendo necessário um tipo de profanação dessa universalidade dos direitos humanos para avançar no debate político e científico.

Assim também, para este autor e esta autora, o sujeito desta declaração universal de direitos humanos “aparece, aqui [na pesquisa dele e dela], deslocado do foco jurídico, sendo esse lugar ocupado pelas instituições” (RANIERE & MARASCHIN, 2016, p. 59-60). Em outra medida, podemos pensar como tal sujeito ao ser tomado pela universalidade dos direitos humanos, posterga sua autonomia política e social às instituições que devem torná-lo, através de medidas biopolíticas, vidas com dignidade. Neste sentido, perguntamos: haveria uma substituição das frentes micropolíticas por ações macropolíticas globais, as instituições tomam o lugar dos sujeitos na busca por paz? Ao que parece essa é uma crítica contundente e pertinente ao campo das universalidades, direcionada ao universal dos direitos humanos e a estas declarações de uma cultura de paz global alavancada pelas instituições, não pela ação coletiva

direta dos sujeitos. O que retoma a centralidade das instituições e da política nas discussões sobre esse dispositivo da cultura em Peixinhos.

Raniere e Maraschin (2016), retomam Karl Marx para construir uma crítica aos direitos humanos, a quem as declarações de direitos humanos estariam relacionadas a uma concepção burguesa centrada em quatro eixos: liberdade, propriedade, igualdade e segurança.

Ao tratar da liberdade, Marx (2010) afirma que as postulações de direitos humanos que a utilizam não se baseiam na relação do homem com seus semelhantes, mas, ao contrário, na separação entre um homem e outro. Assim, o direito à liberdade seria o direito a estar separado e ou limitado a si mesmo. Avançando sobre a problemática, encontra-se a seguinte constatação: a aplicação prática da liberdade em se tratando de direitos humanos corresponde ao direito humano à propriedade privada.

O direito à propriedade é enunciado pelo filósofo como a permissão para usufruir do mundo de forma isolada, sem levar ninguém mais em consideração. Trata-se do direito ao proveito próprio. Onde cada homem encontra no outro não a realização, mas, ao contrário, a redução de sua liberdade. O direito humano à propriedade privada proclama o direito de desfrutar individualmente de seus bens, recursos, rendas de seu trabalho e de sua indústria. (RANIERE & MARASCHIN, 2016, p. 61-62).

Assim, vemos como a construção dessa lógica dos direitos humanos atende a uma premissa burguesa de se em mesmar. Para Raniere e Maraschin (2016):

o direito humano à igualdade estaria aprisionado a um caráter não político, que lhe empresta sentido e significação. Aproximando o direito à igualdade ao já comentado direito humano à liberdade, Marx (2010) afirma que tais proposições permitem que cada homem, em sua singularidade, seja percebido como mônada, como que permanentemente repousando em si mesmo.

Por fim, tomando a segurança como conceito social supremo da sociedade burguesa, o filósofo em questão problematiza o que descreve como o homem egoísta. O qual estaria se utilizando daquilo que é coletivamente produzido no sentido único de garantir sua conservação individual. A segurança seria, assim, a principal maneira de assegurar o egoísmo, de fortalecer, mantê-lo em funcionamento. (RANIERE & MARASCHIN, 2016, p. 62).

Neste sentido, para este autor e autora, tal natureza humana, que difere o homem do cidadão, constrói condições para uma governabilidade biopolítica: "a manutenção do poder exige agora um deslocamento que passará das mãos do soberano despótico, o qual fazia morrer e deixava viver, aos gabinetes dos democratas, que utilizarão suas políticas públicas para fazer viver e deixar morrer" (RANIERE & MARASCHIN, 2016, p. 63). Tais autores ressaltam o surgimento da Declaração Universal de Direitos Humanos em 1948, como uma reação ao despotismo e ao arbítrio do Estado decorrentes do nazismo e dos horrores da Segunda Guerra Mundial. No entanto, as críticas feitas por Marx, concordamos com ele e ela (RANIERE & MARASCHIN, 2016), mantêm-se atuais e foram aprofundadas por outros autores às premissas universalistas dos direitos humanos contidas em tal declaração.

Após esse primeiro aparecimento da Cultura de Paz na “Declaração sobre a paz na mente dos homens”, Boschi (2018) elenca três marcos internacionais importantes são eles: a adoção pelo Programa da UNESCO em 1995; a proclamação do ano 2000 como “Ano Internacional por uma Cultura de Paz” e da década 2001-2010 como a “Década Internacional para uma Cultura de Paz e Não Violência para as Crianças do Mundo” pela Assembleia Geral das Nações Unidas - ONU (Resolução de 20 de novembro de 1997 e Resolução de 10 de novembro de 1998, respectivamente) e o lançamento do “Manifesto 2000” com frase central “A Paz está em Nossas Mãos”.

Fischmann (2001) salienta a importância da discussão do conceito de Tolerância entre os anos de 1994 e 1995 nos encontros fomentados pela UNESCO que culminaram na Declaração Mundial de Princípios sobre a Tolerância (16 de novembro de 1995) que considera e respeita a diversidade das realidades regionais, em seu artigo 1º ela afirma:

A tolerância é o respeito, a aceitação e o apreço da riqueza e da diversidade das culturas de nosso mundo, de nossos modos de expressão e de nossas maneiras de exprimir nossa qualidade de seres humanos. É fomentada pelo conhecimento, abertura de espírito, a comunicação e a liberdade de pensamento, de consciência e de crença. A tolerância é harmonia na diferença. Não só é um dever de ordem ética; é igualmente uma necessidade política e de justiça. A tolerância é uma virtude que torna a paz possível e contribui para substituir uma cultura de guerra por uma cultura de paz.

Sendo assim, a aplicação de cultura de paz nesse documento está diretamente atrelada ao respeito às diferenças, ademais, ela aponta o papel do Estado, da educação, da sociedade e dos meios de comunicação no exercício do respeito aos direitos universais e às liberdades fundamentais de todos para a efetivação da vivência da paz, “falar de tolerância é falar também do intolerável: a violação de direitos, a injustiça, a desigualdade, as muitas faces da violência”. (FISCHMANN, 2001, p. 70).

Sobre o poder de produção e distribuição de discursos da ONU e da UNESCO a partir da elaboração de documentos, Boschi (2018) destaca que suas produções são feitas para ganharem circulação e conhecimento pelos mais variados atores sociais e por isso, carregam a característica da objetividade na escrita

Trata-se de uma concepção objetivadora do pensamento e do sentido que se mostra fundamental para uma instituição burocrática que busca decidir de forma categórica sobre questões que emergem de perspectivas múltiplas e que são essencialmente polifônicas e heteroglossicas (direitos das minorias, direitos do homem etc...) (Duchêne, 2004, apud BOSCHI, 2018, p. 858).

A ideia de um consenso cumpre a função de garantir uma maior aceitação e legitimação social sobre a produção discursiva que está sendo divulgada, desse modo, o discurso de autoridade tem por objetivo “a estabilização dos enunciados e o apagamento da conflitualidade” (BOSCHI, 2018, p. 858).

Sendo assim, o *slogan* cultura de paz ganha *status* de referente social, favorecendo uma memória discursiva e passando a ser adotado recorrentemente por Associações, Universidades e ONG’s e se materializa em documentos, cartilhas, projetos de Lei, requerimentos e sugestões nos âmbitos da religião, educação e bem estar (BOSCHI, 2018).

O questionamento de Boschi (2018) sobre a ideia de um sentido único e a análise da construção histórica do termo Cultura de Paz vai evidenciar o apagamento do contradiscurso sobre a guerra e a violência nas produções discursivas e o esforço em tornar o discurso “de paz” hegemônico pelos órgãos internacionais. Em paralelo, a autora expõe que este discurso é totalmente incoerente quando se observa no próprio espaço físico toda uma construção arquitetônica e tecnológica que evidencia a presença da violência no espaço público e responde a ela com a instalação de câmeras de segurança, muros altos, presença policial, ações de pacificação militarizadas, notícias de crimes violentos, etc. (BOSCHI, 2018). A partir disso, contestamos a ideia de uma busca universal e consensual da paz e colocamos em questão o conceito de uma “Cultura de Paz”,

Tudo isso faz com que a busca por “paz” se mostre, então, como um ponto imperioso de aparente consenso e aprovação na sociedade, e os discursos “de paz”, cuja materialização nevrálgica é a fórmula “cultura de paz” - que, como outras fórmulas, representa cabalmente a opacidade da linguagem -, tornam-se necessários como neutralizadores de conflitos (BOSCHI, 2018, p. 851).

Sobre a construção do conhecimento, Foucault (1973) na Conferência 1 transcrita no livro *A verdade e as formas jurídicas*, vai se opor a ideia de uma origem limpa, natural e tranquila do saber, ao contrário disso, para ele o saber nasce de uma disputa que envolve algo inconfessável, mesquinho e que o conhecimento não está inscrito na natureza humana, ele é simplesmente o resultado do jogo, do afrontamento, da junção, da luta e do compromisso entre os instintos. É porque os instintos se encontram, se batem e chegam ao término de suas batalhas, a um compromisso, que algo se produz. E assim como entre instinto e conhecimento encontramos não uma continuidade, mas uma relação de luta, de dominação, de subserviência, de compensação etc., da mesma forma, entre o conhecimento e as coisas que o conhecimento tem a conhecer não pode haver nenhuma relação de continuidade natural, só pode haver uma

relação de violência, de dominação, de poder e de força, de violação. O conhecimento só pode ser uma violação das coisas a conhecer e não percepção, reconhecimento, identificação delas ou com elas. Eles são da ordem das más relações. Atrás do conhecimento não está a afeição, impulso ou paixão que nos faria gostar do objeto a conhecer, mas, ao contrário, impulsos que nos colocam em posição de ódio, desprezo que temos diante de coisas que são ameaçadoras e presunçosas.

Boschi (2018) vai considerar o discurso de Cultura de Paz como um acontecimento discursivo voltado a corresponder a um interesse que emerge de uma conjuntura específica resultada de injunções históricas. A autora vai mostrando a partir de dados estatísticos sobre violência como o discurso da paz convive com uma política de segurança que investe cada vez mais em estratégias de proteção à violência, sejam elas arquitetônicas ou através do policiamento. Ela faz um contraponto entre as regiões sudeste e norte/centro oeste do país para mostrar a relação entre o maior investimento em práticas e instrumentais de segurança e o menor índice de mortes violentas (BOSCHI, 2018).

As regiões do Norte e do Centro-oeste, por sua vez, embora com menor impregnação das práticas de “securização”, caracterizam-se pelo alto índice de homicídios – fortemente atrelado aos resquícios do coronelismo como forma de manutenção dos privilégios de uma determinada elite. Como consequência, a violência se impõe de diversas formas como “realidade” aos indivíduos: no cotidiano de populações marginalizadas, reduzidas a números e estatísticas que, por sua vez, são estrategicamente generalizadas e amplificadas em nível nacional pela mídia, nas técnicas decorrentes aplicadas a objetos de consumo que servem de “proteção” para aqueles que se sentem ameaçados e que têm condições de pagar por eles, nos espaços urbanos cada vez mais monitorados (BOSCHI, 2018, 855).

Ao descrever a dualidade da construção de um edifício com o nome Mirante da Paz e com símbolo uma pomba branca que evoca a ideia de paz no Rio de Janeiro que dá acesso ao morro pacificado do Canta Galo e é formado em uma arquitetura hostil que denuncia a presença da violência a todo momento a partir de seus vidros blindados e grades, Boschi (2018) faz pensar sobre a representação do Espaço Cultural do Nascedouro em Peixinhos, também referenciado como um símbolo da Cultura de Paz no bairro mas que assim como o Mirante da Paz, carrega em si o rastro da violência a todo momento.

No caso do Nascedouro, que é frequentemente descrito como um local abandonado e ocupado pela violência e criminalidade (PEU, 2017; BARROS; 2014; MACHADO, 2003), existe um projeto de iniciativa governamental de transformação no espaço em Centro Comunitário da Paz (COMPAZ)

O Centro Comunitário da Paz (Compaz) a ser construído em Peixinhos, terá a administração compartilhada entre as prefeituras de Olinda e Recife e o Governo de Pernambuco. A ideia é que 70% das pessoas atendidas no espaço sejam olindenses. A unidade do Compaz irá oferecer à população atividades lúdicas, esportivas, biblioteca, prestação de serviços, entre outros (NASCEDOURO DE PEIXINHOS VAI ACOMODAR COMPAZ DE OLINDA, 03/05/2022).

O COMPAZ, pautado na ideia da promoção da Cultura de Paz como enfrentamento à violência, poderia ser uma ferramenta importante de resistência para o bairro, entretanto, um ano após a matéria, ainda não se tem início a construção do equipamento público.

Na análise de vários usos do termo Cultura de Paz em notícias veiculadas pela mídia ou documentos públicos, Boschi (2018) vai mostrando que não existe uma unicidade sobre sua definição, embora geralmente seja empregado em torno da “convivência” ela é utilizada em várias formas nos diferentes campos discursivos como convivência entre vizinhos, entre torcedores de futebol, com a natureza, etc.

Entretanto, a autora mostra que existe também uma relação de polêmica nas condições de produção dos discursos “de paz” que se expressam frente a práticas cotidianas “de guerra e de violência”, à exemplo da matéria do jornal Estado de São Paulo citada no texto, intitulada “Brasil diz não à violência” na qual são definidos três compromissos para apoiar uma cultura de paz e de respeito aos direitos humanos e se compromete com a criação de uma comissão técnica, na esfera federal, de execução e acompanhamento do plano nacional de segurança, que envolve a capacitação e o aperfeiçoamento das polícias federal e estaduais e a criação de novas vagas no sistema prisional com a construção de penitenciárias (BOSCHI, 2018). Fica explícito aqui o uso do conceito ligado à segurança e à violência. Para Raniere e Maraschin (2016):

Assim, ao se promover a cidadania com a intenção de prevenir a violência, tais projetos acabam por depositar sobre os ombros nus dos sujeitos a responsabilidade pela violência. A operação acontece como se tudo fosse uma questão de escolha pessoal, “cada um de vocês terá que fazer uma escolha: ser violento ou ser um cidadão”. A violência deixa de ter uma positividade social e passa a preexistir, amalgamada, individualizada, interiorizada em cada um desses sujeitos. Extirpada do social, ela somente apareceria na conduta antissocial. Um argumento semelhante, onde a cidadania aparece como tecnologia de domesticação – política pública – a determinadas juventudes, pode ser encontrado em Sposito e Carrano (2003).

Também Oriana Hadler (2010), bem como Nikolas Rose (1988), localizam no conceito de cidadania um dispositivo através do qual o controle de determinadas populações seria facilitado. Em uma análise muito próxima, ambos os pesquisadores problematizam a cidadania como um tipo de regulamentação moral que viria à tona sempre que necessário para enunciar a forma como os indivíduos devem se governar. As políticas públicas, voltadas para a juventude, tenderiam, portanto, a fazer uso da cidadania sempre que necessário fosse solicitar moralidades e habilidades pró-sociais ao jovem. (RANIERE & MARASCHIN, 2016, p. 71).

Deste modo, podemos pensar como este dispositivo constrói formas de governabilidade, a partir da cidadania, que buscam uma conformidade social para determinadas populações juvenis.

Dizendo de outra forma: não estaria justamente neste encontro entre direitos humanos e cidadania a grande estratégia de biopolítica do Estado Moderno? Nossa hipótese é de que esse encontro esteja agenciando um dos mais importantes dispositivos deste século. Dispositivo que seduz boa parte do pensamento contemporâneo a uma espécie de culto ao Estado. Dispositivo que, além de nos fazer abençoar o capitalismo – no sentido criticado por Deleuze –, embriaga nosso olhar tal qual o véu de Maia, impedindo, com camadas e mais camadas de neblina, uma percepção real sobre o estado de exceção que estamos habitando (RANIERE & MARASCHIN, 2016, p. 82).

Martins *et al* (2016) em uma revisão de literatura apontam que a principal concepção ocidental de paz está atrelada a ausência de guerra, conflito ou violência e que existiriam três modos de obtê-la:

através do peacemaking, com o uso de técnicas de resolução de conflito para promover reconciliação das partes envolvidas; do peacekeeping, com a obtenção de paz pela força (por exemplo, quando o exército é chamado para interferir em conflitos armados ou, no caso da realidade brasileira, em rebeliões nos presídios ou contra traficantes de drogas); ou do peacebuilding, através do qual se pretende despertar o “desejo por paz na mente das crianças” (MARTINS *et al*, 2016, p. 72).

Na análise da literatura científica sobre o tema da paz, Martins *et al* (2016) encontram que o conceito de paz é formado por duas dimensões, uma positiva que pressupõe a existência da solidariedade, da justiça e da cooperação e a ausência de violência estrutural ou indireta (presentes em estruturas socioeconômicas e políticas que prejudica ou impede indivíduos de satisfazerem suas necessidades básicas de sobrevivência); e uma negativa ligada a ausência de violência física ou direta e, a construção da paz e a redução da violência estão vinculadas à participação da comunidade e do reconhecimento e potencialização de características de paz presentes na cultura e nos indivíduos, do micro ao macro político.

Martins *et al* (2016) trazem para o debate acerca da produção da paz o papel das instituições como instâncias de poder que em algumas situações podem atuar de forma violenta seja no campo econômico, religioso ou cultural respaldadas pela legitimidade de um lugar institucional de garantidor da ordem e da paz.

Ainda que o Estado, junto a seus diversos componentes ocupe um lugar central (apesar de cada vez menor), eles partilham o poder com outras instituições, oficiais ou oficiosas, formais ou clandestinas – econômicas, espirituais e culturais, educativas. Essas instituições (...) podem estar fundados na força e na ameaça físicas, na força moral e cultural, ou ainda no dinheiro, no controle das riquezas e dos modos de

produção, ou na difusão e elaboração da informação e do saber (Lévy, 2004, *apud* MARTINS et al, 2016, p. 73).

Nessa perspectiva, não poderíamos deixar de citar o retrocesso nas discussões sobre Paz e não violência no bolsonarismo¹⁰ que defendeu em seu governo a revisão do Estatuto do Desarmamento, a redução da maioria penal, a escola sem partido e a criação de leis mais rígidas para punir crimes

Jair Bolsonaro é membro ativo e uma das principais vozes dessa parcela da população que defende a redução da maioria penal e faz apologia explícita às armas. Somase a isso o fato de ter se envolvido em casos de racismo e misoginia amplamente divulgados pela imprensa (CIOCCARI & PERSICHETTI, 2018, p. 202-203).

Com o bolsonarismo, nos últimos 6 anos, houve a difusão de discursos de ódio dirigidos às mulheres, negros, indígenas, população LGBTQ+, pessoas com deficiência e outras populações. Além de uma série de demonstrações públicas de símbolos de violência que alavancaram temporariamente uma certa popularidade dessa personagem lamentável da história brasileira, relativa à construção e demonstração de uma masculinidade marcada pela violência e pelo discurso de ódio às populações vulnerabilizadas historicamente pelo Estado brasileiro neoliberal.

bell hooks (2013) se questiona sobre a possibilidade de construção de uma comunidade em meio a um contexto no qual figuras públicas retomam antigos valores ligados a manutenção de sistemas de dominação- racismo, sexismo, exploração de classe e imperialismo,

Elas promovem uma visão perversa de liberdade que a equipara ao materialismo. Nos ensinam a crer que a dominação é ‘natural’, que os fortes e poderosos têm o direito de governar os fracos e imponentes. O que me espanta é que, embora tanta gente afirme rejeitar esses valores, nossa rejeição coletiva está longe de ser completa, visto que eles ainda prevalecem em nossa vida cotidiana (...) o que testemunhamos hoje em dia na vida cotidiana não é uma avidez, por parte de pessoas próximas e distantes, de desenvolver uma perspectiva mundial, mas sim uma volta ao nacionalismo estreito, ao isolacionismo e à xenofobia. A Nova Direita e os neoconservadores costumam explicar essas mudanças como uma tentativa de impor ordem no caos, de voltar a um passado (idealizado). Na noção de família citada nessas discussões, os papéis sexistas são proclamados como tradições estabilizadoras. Não surpreende que essa visão da vida familiar seja associada a uma noção de segurança que implica que estamos

¹⁰ O bolsonarismo é um fenômeno político de extrema direita que eclodiu no Brasil com a ascensão da popularidade de Jair Bolsonaro que o elegeu presidente em 2018, a ideologia que marca seu governo está associada a perspectivas conservadoras de defesa da família, do patriotismo, do conservadorismo, do patriotismo, do negacionismo científico, apelo ao porte de armas e a violência e rejeição aos direitos humanos (FONTE: Wikipedia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Bolsonarismo>).

sempre mais seguros junto a gente do nosso próprio grupo, raça, classe, religião e assim por diante (hooks, 2013, p. 43-44).

A construção teórica acerca do tema da Cultura de Paz, a partir de uma perspectiva genealógica, desperta em nós enquanto pesquisadores o que tudo isso tem a ver com Peixinhos? Porque esse discurso de Cultura de Paz começa a aparecer na produção discursiva do território como uma estratégia frente à violência e quais os impactos dela na vida de jovens vistos pelas estatísticas, pelas políticas públicas e pela mídia como potenciais vítimas da violência homicida?

Nas matérias analisadas encontramos algumas menções diretas ao conceito de Cultura de Paz,

Em Olinda, o bairro de Peixinhos é um dos locais onde o samba de coco resiste. Lá, a Associação Cultural Nação Mulambo atua desde 1997 desenvolvendo em crianças e adolescentes habilidades com ritmos percussivos da cultura negra, levando uma opção de lazer, cultura e cidadania para o bairro, que por muitos anos esteve no Ranking da Violência dos bairros da Região Metropolitana do Recife. **Para criar laços entre a atuação da Nação Mulambo e o combate à violência, promovendo uma cultura de paz no bairro, surgiu o Coco da Paz.** Nos meses de junho e dezembro, grupos, associações, bandas, cantores e artistas **fazem um cortejo musical pelo bairro, distribuindo rosas brancas e o pedido de paz para o lugar** (GONZAGA, 2019, grifos meus).

As oficinas do Programa Juventude Presente oferecem oportunidades de **conexões socioculturais, estimulam a formação de grupos com identidade própria, difundem a cultura de paz e valorizam o território.** O primeiro ciclo de oficinas atendeu a cerca de 9 mil jovens e apresentou resultados expressivos: a redução de 12,5% nos casos de envolvimento de jovens nos indicadores nos CVLIs (crimes violentos letais intencionais) consumados e 47,5% nos CVLIs tentados (JUVENTUDE PRESENTE TEM NOVO CICLO, 13/10/2021, grifos meus).

Na análise das matérias supracitadas *Em Peixinhos, Coco da Paz mistura cultura e luta contra a violência urbana* e *Juventude Presente tem um novo ciclo* percebemos a articulação direta entre a Cultura de Paz e o resgate e preservação da cultura local, com o diferencial de que a primeira trata de uma iniciativa da própria comunidade e a segunda uma ação do poder público frente aos bairros com maior incidência de violência.

Fischmann (2001), tratando sobre as normas que regem o contrato social e o cumprimento de normas e regras que envolvem o bem estar coletivo, contrapõe que em casos nos quais a opressão e a injustiça se fazem presentes, a ruptura desse contrato pode acontecer a partir de práticas de resistência que evidenciam a autonomia e a coragem moral dos sujeitos violados, ela cita três qualidades da autonomia moral descritas por Moore Jr. (1987):

A primeira qualidade pode ser chamada de coragem moral, no sentido de uma capacidade de resistir a poderosas e ameaçadoras pressões sociais para a obediência a regras ou ordens 'opressivas' ou 'destrutivas'. A segunda qualidade é a capacidade intelectual para reconhecer que as regras e as pressões são de fato opressivas. (...). A terceira capacidade, a inventividade moral, é mais rara (...). E a capacidade de criar, a partir das tradições culturais vigentes, padrões historicamente novos de condenação ao que existe" (Moore Jr, 1987, *apud* FISCHMAN, 2001, p. 69).

Se tomamos o fenômeno da violência homicida como uma regra ou ordem destrutiva que emerge em Peixinhos e a capacidade da população em compreender que essa não é uma pressão natural e saudável e, a partir disso, criar novos modos de agir frente a essa questão baseados no resgate cultural e territorial encontramos a autonomia moral existente e atuante no local:

Para Senhorinha, o Coko da Paz vai além do cortejo no bairro, mas é construído como um processo de união e exercício da cidadania e luta por direitos "O coko é o momento de envolver as várias organizações da comunidade para construir uma ação voltada ao combate a violência urbana. Pra mim ele representa resistência, a luta da comunidade em busca de melhoria da qualidade de vida desse povo" conclui (GONZAGA, 2019).

Para Fischmann (2001), a capacidade de identificar a opressão e a injustiça são fundamentais na construção de uma realidade social mais justa, assim como o entendimento de que há condições desumanas, dolorosas e/ou degradantes que não devem ser suportadas e entendidas como naturais.

A matéria *Manifestação cultural é premiada em Peixinhos*, embora não faça menção direta à Cultura de Paz também faz uma associação entre o resgate cultural e a educação musical como uma estratégia de combate ao preconceito e à violência.

A Associação **Cultural** desenvolve, desde 2017, o projeto Orim Asa Ati Imôe (música, cultura e conhecimento em dialeto Iorubá), que fala sobre legado, raízes e **cultura africana** utilizando a música como ferramenta de diálogo (...) "Nosso foco é levar cidadania, respeito e autoestima à vida destas crianças, que sofrem diversos tipos de preconceitos e violências. Acreditamos que pela música é possível passar conhecimento", afirma Joana (LOPES, 2019, grifos do texto original).

A matéria *PE: experiência do Pacto Pela Vida ensina que participação social é essencial na segurança pública* não menciona em nenhum momento do texto as palavras "Cultura" e "Paz", voltando-se muito mais para as questões relativas à violência em Pernambuco e no país, entretanto no trecho a seguir também faz um apelo em estratégias de enfrentamento com abordagens não-violentas:

A experiência tem apontado que cenários de redução da violência, sem estratégia e mecanismos de sustentabilidade a médio e longo prazos, não se mantêm. **O passado também mostra que um modelo de redução da violência letal pautado em mais violência não é a saída esperada para uma sociedade mais segura, justa e equânime.** Não há política de segurança que funcione bem sem o envolvimento da sociedade. Afinal, segurança é dever do Estado, mas é também responsabilidade de todos (FREITAS E JATOBÁ, 23/11/2019).

De mesmo modo, Fischman (2001) aposta na informação, no debate aberto e esclarecido para a mudança social e as práticas de resistência tendo como interlocutores importantes de disseminação tanto a educação formal – escola – quanto a educação informal – ação de mídias impressas e eletrônicas – como favorecedoras de informação e de estímulo à capacidade crítica e habilidades de expressão de opinião.

Foucault (1973) vai mostrar que o início de toda a construção discursiva envolve disputa de poder, conflito e guerra, na mesma linha de raciocínio de Fischmann (2001) que afirma: “a paz não é um estado letárgico, ou a renúncia ao poder, mas a expressão mais viva e vigorosa do real poder, o que se articula como decisão e ato de vontade, de quem deseja construir” (Fischmann, 2001, p. 74). Talvez esse seja o nosso propósito com essa pesquisa, mais do que dar respostas, suscitar a inquietação de quem questiona e amplia o olhar sobre aquilo que ocupa um lugar de hegemonia nas práticas discursivas e não discursivas de um dispositivo, no nosso caso, o bairro de Peixinhos/Olinda, que apresenta uma força que opera a partir do discurso da Cultura de Paz como um dos modos de enfrentamento a violência.

3.2 Território, identidade e pertencimento

O fortalecimento cultural, as políticas de resistência criadas pelo próprio território e a construção de uma memória coletiva são elementos que aparecem quando nos dedicamos a compreender os discursos que integram o dispositivo da cultura abordado por nós nesta dissertação. Nesse sentido, esse tópico busca trazer alguns apontamentos da literatura acerca desses elementos.

bell hooks (2009; 1996, *apud* Hermes e Silva, 2018) descreve seu território de origem, Kentucky, como relativamente protegido da cultura branca e conta sobre como esse fator favoreceu o desenvolvimento do senso de pertencimento, de identidade racial e de liberdade. Para a autora, crescer em um território circunscrito por montanhas e com poucas trocas com

outros estados estadunidenses propiciou um sentimento de pertencimento ligado à sua herança étnico-cultural, a partir do compartilhamento da cultura de seus ancestrais, nesse caso, o senso de acolhimento territorial gerou o sentimento de pertencimento e de formação identitária.

Ao falar sobre sua própria história de vida, bell hooks (2009; 1996, apud Hermes e Silva, 2018) expõe como os processos culturais e a relação com o território são importantes para a formação identitária de um sujeito, identidade aqui compreendida a partir da visão dos estudos culturais para o qual

identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato – seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representações. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder (SILVA, HALL e WOODWARD, 2000, p. 96-97).

Sendo assim, os elementos discursivos e narrativos, que compõem a identidade tem uma relação direta com a cultura, e nesse contexto, a representação ocupa um lugar privilegiado na produção de identidades.

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar. A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? (SILVA, HALL e WOODWARD, 2000, p. 17).

A partir de bell hooks, Hermes e Silva (2018) apontam que a relação com o lugar ao qual pertencemos fornece vínculos fundamentais para a construção da história de um indivíduo e para a projeção do futuro a partir da apropriação de seu passado e presente e “a cultura assume uma função mediadora entre a construção da identidade e o lugar, já que representa, no plano do simbólico, as cosmovisões e ideologias que sustentam a formação social de um indivíduo e/ou comunidade” (HERMES e SILVA, 2018, p. 188).

Sobre esse sentimento de pertencimento, Perafán e Oliveira (2013) afirmam que os sentimentos, presentes na nossa relação com o território de origem tende a nos acompanhar ao longo da vida e trazer memórias sobre quem somos e o início de nossa constituição de sujeitos:

as histórias, valores e costumes construídos para permitir-nos chamá-los de nossos estão ligados à produção de uma coletividade social. Eles usam a definição de território como

Os territórios vão além de um espaço geográfico delimitado por regras político-administrativas e representam nosso espaço de vida. Ele é um espaço construído pelas relações que estabelecemos e a partir das quais é possível alcançar nossos objetivos, assim como contribuir com os objetivos dos outros (PERAFÁN & OLIVEIRA, 2013, p. 8).

Nas leituras que fiz, tanto em bell hooks (2009; 1996), quanto em Perafán e Oliveira (2013), é evidente a correlação que constroem entre território e identidade. A identificação com o local, com a forma como as pessoas se organizam, se relacionam e gerem seus modos de governo e resistência integra o leque de elementos que vão compor a identidade de cada sujeito e sua articulação com o coletivo: “a noção de identidade recupera, assim, a multiplicidade, a diferença, o contraste, mas de igual forma nos aproxima a partir dos significados comuns que damos a elas” (PERAFÁN & OLIVEIRA, 2013, p. 10).

Halbwachs (1990) fala sobre o contraponto entre a memória individual e coletiva e a importância dessa última para a perpetuação de uma lembrança. O autor ressalta a importância da vivência coletiva como possibilidade de manutenção de uma memória ao longo do tempo.

Porque, se essa lembrança foi suprimida, se não nos é mais possível encontrá-la, é porque, desde muito tempo, não fazíamos mais parte do grupo em cuja memória ela se conservava. Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum. Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que essa construção se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram ou continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída (HALBWACHS, 1990, p. 34).

Para Rafael Echeverri (2009, *apud* PERAFÁN & OLIVEIRA 2013) a identidade cria a noção de dentro e fora e possibilita a formação de um espírito essencial e estruturante do território, ela é influenciada por alterações históricas, geográficas, biológicas e pelas instituições.

Perafán e Oliveira (2013) apontam ainda que a forma como são estabelecidas as inter-relações entre os variados aspectos do território como seus movimentos sociais e suas

manifestações culturais, por exemplo, é o que vai construir o sentido de pertencimento a determinado grupo de atores sociais. Desse modo, a identidade construída em determinado território tem a ver com as origens, com os modos de ocupação do espaço e com o contexto social compartilhado.

Sendo assim, a identidade com um território específico, seja de nascimento ou de adoção, deve ser identificada e reconhecida a partir do diálogo constante com as pessoas que moram no local, em suas interações diárias. Isto permitirá conhecer o grau de legitimidade dessas identidades, que estão bem mais próximas de formas culturalmente apreendidas, carregadas de história do que de construções técnicas (PERAFÁN & OLIVEIRA, 2013, p. 11).

Entretanto, é necessário reconhecer que essa construção territorial e coletiva se dá em meio a disputas de poder, sobre isso, Perafán e Oliveira (2013, p. 9) afirmam que

O território emerge a partir das relações sociais, relações que não são neutras ou livres de tensões e conflitos, o que nos leva a afirmar que tal emergência é produto de relações do poder exercidas em vários níveis da cadeia social. O poder manifesta-se nas diferentes formas de ocupação e uso dos espaços regionais e locais. Podemos dizer que o território é a expressão política de organização desses espaços para alcançar objetivos comuns e que nele se evidenciam mobilizações concretas frente a finalidades concretas. Nesta construção são definidos limites que, em vez de isolar os territórios, deveriam favorecer a necessária interação entre eles.

Nesse sentido, falar sobre território em uma perspectiva foucaultiana é falar sobre disputas de poder, compreendendo que o poder é difuso e vem de toda parte e deve ser compreendido como

a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força, encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou, ao contrário, as contraditões que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, a formulação da lei, nas hegemonias sociais (FOUCAULT, 1998, p. 88-89).

Para Foucault, a partir do momento em que há uma relação de poder existe a possibilidade de resistência, ou seja, todo exercício do poder faz emergir pontos de resistência que são diversos, se distribuem de forma irregular no tempo e espaço e atravessam o âmbito individual e social, podendo despertar a mobilização de indivíduos e grupos. A resistência deve ser inventiva, móvel e produtiva tanto quanto o poder e deve de mesmo modo se espalhar de forma difusa (FOUCAULT, 1979).

Foucault (2008b) define as resistências ou insubmissões como movimentos que buscam uma outra forma de governo, um querer ser conduzido de outro modo e por outros condutores, nesse momento. O autor amplia o conceito de resistência quando passa a falar sobre “contracondutas” e ressalta a função de luta contra os procedimentos de condução e governos dos outros, nesse caso, elas se colocam como resistências políticas ao passo que buscam questionar a regulamentação de uma população pelo governo.

Perafán e Oliveira (2013) também ressalta que a identidade construída a partir de uma vinculação com o território é uma expressão política, ao passo que os grupos sociais também se organizam no intuito de ocupar, defender e integrar seus territórios, essa expressão política da identidade é compreendida como territorialidade e essa ação social busca a defesa de estratégias de desenvolvimento pautadas no sentimento político, na vontade coletiva e na energia social. Os autores tratam ainda da importância desse entendimento para as políticas públicas

O território como expressão política organizada de espaços locais, regionais, estaduais, nacionais; a cultura como sistema de significados; a identidade como espírito essencial, básico e estruturante do território e a territorialidade como ação desses espaços na gestão de seu próprio desenvolvimento, ajudam a inovar na concepção de políticas públicas (PERAFÁN & OLIVEIRA, 2013, p. 12).

Nesse sentido, Freitas e Jatobá (2019) na matéria *PE: experiência do Pacto pela Vida ensina que participação social é essencial na segurança pública*, também traz a noção da valorização do território na construção de políticas públicas efetivas no estado de Pernambuco a partir do exemplo da construção do Programa Pacto pela Vida.

Construído com apoio de amplos setores da sociedade civil organizada e da academia, o Pacto pela Vida, quando lançado, se caracterizou pela integração de políticas públicas, a participação social, e o acompanhamento técnico e contínuo dos resultados (FREITAS & JATOBÁ, 2019).

A falta da manutenção da participação social na execução do Programa foi um dos fatores que contribuiu para que não atingisse os resultados esperados.

Os mecanismos de participação social previstos no Plano Estadual de Segurança Pública não foram implementados, o que excluiu do processo de monitoramento atores importantes, que poderiam ter contribuído para corrigir fluxos e rever os rumos do programa (FREITAS & JATOBÁ, 2019).

A matéria *Juventude Presente tem novo ciclo* de forma mais indireta também fala na necessidade de “ouvir” as demandas do território para pensar ações públicas

As oficinas do Programa Juventude Presente oferecem oportunidades de conexões socioculturais, estimulam a formação de grupos com identidade própria, difundem a cultura de paz e valorizam o território.

Nesse sentido, Perafán e Oliveira (2013) apontam que a identificação e a valorização da realidade e da pluralidade de atores que existe em um mesmo lugar é importante na caracterização do território de identidade para que seja integrada na construção de iniciativas voltadas para o desenvolvimento territorial e para a multisetorialidade das políticas públicas.

Por essa razão os programas de desenvolvimento territorial devem atuar proativamente na inclusão dos diferentes segmentos sociais e dos múltiplos grupos de interesses presentes no território. Ao mesmo tempo, também de forma proativa, os programas de desenvolvimento territorial devem envolver gestores públicos de diferentes setores governamentais para possibilitar essa abordagem multidimensional (PERAFÁN & OLIVEIRA, 2013, p. 13).

Reconhecer o protagonismo dos atores de um território implica o respeito e a consideração da história da ocupação daquele espaço, a cooperação e o conflito entre os sujeitos, o acúmulo de êxitos e fracassos, as relações sociais construídas e o aprendizado coletivo que fundamenta o território (PERAFÁN & OLIVEIRA, 2013). A partir dessa ótica, as políticas de desenvolvimento de território têm o protagonismo dos atores sociais como um dos eixos centrais, sendo importante para o processo de tomada de decisões participativas e para a ampliação da democracia como um dos resultados esperados, para Perafán e Oliveira (2013, p. 20), “o território de identidade, carregado de protagonismo, pode transformar sentimento de pertencimento em compromisso com o desenvolvimento”.

A matéria *Em Peixinhos, Coco da Paz mistura cultura e luta contra a violência urbana* aponta a importância do samba de coco para o território de Peixinhos considerando o resgate da cultura ancestral e o compartilhamento dos saberes da comunidade com as crianças e jovens como estratégia de enfrentamento à violência (GONZAGA, 2019).

De modo semelhante, a matéria *Manifestação Cultural é Premiada em Peixinhos*, aponta também a cultura como um elemento de construção de identidade e pertencimento com o território de Peixinhos, “a Associação Cultural desenvolve, desde 2017, o projeto Orim Asa

Ati Imôe (música, cultura e conhecimento em dialeto Iorubá), que fala sobre legado, raízes e cultura africana utilizando a música como ferramenta de diálogo” (LOPES, 2019).

Sobre a relação entre território e identidade cultural, Urrutia (2009, apud PERAFÁN & OLIVEIRA, 2013, p. 24) afirma que “o território é a base primeira de qualquer identidade cultural. A partir dele constroem-se referentes simbólicos e relatos históricos que permitem a um grupo humano compartilhar as mesmas tradições e expressões culturais”.

Em uma perspectiva territorial, a identidade é uma marca do território que permite reconhecer e valorizar a diversidade e mediar interesses em prol de uma coletividade, assim como contribuir para a integração de princípios, dinâmicas sociais, culturais e econômicas (PERAFÁN & OLIVEIRA, 2013). Podemos dizer que a identidade é uma forma de construir proteção social, escapando da violência e das violações de direitos destinadas ao ingovernável, ao homem comum.

USANDO AS LINHAS PARA TECER UMA TEIA: CONSIDERAÇÕES QUE NÃO SÃO FINAIS

Abrimos essa construção textual trazendo a afetação como um dos eixos centrais do fazer pesquisa e o nosso fechamento não poderia fugir disso. Fazer o fechamento desse ciclo requer revê-lo, revisitá-lo e novamente ser afetado por tudo que nos atravessou ao longo deste estudo.

Bruno Latour (1999) menciona as caixas-pretas da pesquisa científica, aquilo que normalmente estaria escondido embaixo do tapete e o que jamais poderia ser exposto a fim de preservar a objetividade e a credibilidade de uma produção científica. O que Latour (1999) nos convida a problematizar me faz pensar também no que Foucault (1973) afirma sobre a origem do conhecimento, que está imbricada de disputas de poder, caos e violência. A natureza do saber não é delicada, natural e pura, ao contrário disso.

Nesse sentido, trago alguns desafios que cruzaram o desenvolvimento dessa pesquisa, o primeiro deles envolve produzir conhecimento em meio à pandemia da COVID-19. Esse evento traumático na história da humanidade vitimou mais de 6 milhões de pessoas no mundo e trouxe efeitos negativos concretos de ordem econômica, física, mental e política. Não há como viver um momento histórico como esse e não ser afetado por ele, de mesmo modo, é impossível que isso não esteja de algum modo também refletido no desenvolvimento de nosso estudo.

O segundo desafio, que está diretamente ligado ao primeiro, diz respeito ao momento político de retrocesso que vivenciamos entre os anos de 2018 e 2022 com a gestão federal de Jair Bolsonaro, um político cujas visões de sujeito e de país são pautadas em um moralismo radical que justifica seu discurso de ódio e incitação à violência. Além de trazer agravos ao enfrentamento da pandemia no país, Bolsonaro também foi responsável pela disseminação de discursos negacionistas pelo desinvestimento em fomentos à ciência o que impactou diretamente a vivência enquanto estudante de pós-graduação, que diante da não concessão de bolsa de estudos precisou conciliar a vida acadêmica e a vida profissional, experiência não impossível, mas sem dúvida difícil.

Apesar dessa conjuntura, a construção dessa pesquisa também envolveu o compartilhamento de bons afetos a partir da aproximação com o campo de pesquisa e com alguns atores de referência no território como a educadora social Elisângela Maranhão, alguns

jovens do Grupo Comunidade Acolhendo Suas Crianças (GCASC) e Vado líder do Movimento Boi Menino, com trocas e contribuições importantes para a compreensão do que buscamos evidenciar. Nesta mesma afetação estão as trocas com os grupos de pesquisa Políticas e Sabores e GEMA, com os colegas de turma e com o orientador. Essas foram fontes de energia positiva que tornaram a pós-graduação possível para mim e para a finalização deste texto de dissertação e me fazem pensar sobre o animismo proposto por Stengers (2017), sobretudo quando afirma que resistir contra um *modus operandi* que desestimula e tangencia nossa capacidade de afetar e sermos afetados requer a retomada da compreensão de que não estamos sozinhos no mundo e que essa capacidade de pensar juntos e criar conexões é o que compõe nossa inteligência coletiva.

Finalizadas essas pontuações, partimos para o fechamento desta dissertação. Nossa pesquisa objetivou problematizar as narrativas jornalísticas veiculadas na mídia de Pernambuco sobre a proteção de jovens através da cultura no bairro de Peixinhos em Olinda.

A partir da construção dos nossos capítulos, chegamos a alguns apontamentos: as formações discursivas através da hegemonia podem cristalizar verdades e construir imagens de um determinado perfil de vítimas de homicídio violento. Essas narrativas também encontram reforço nas produções estatísticas sobre violência e exercem forte influência na elaboração de iniciativas governamentais ligadas à pauta da segurança pública. Neste estudo, buscamos ampliar nosso olhar para colocar em suspeição essa dinâmica de funcionamento e trazer alguns elementos importantes à discussão e compreensão do que se apresenta inicialmente como algo fechado e naturalizado, a saber: a discussão racial e a de gênero e masculinidades que atravessam de forma concreta a vida da população de Peixinhos.

De forma análoga trazemos para a análise outra linha discursiva da resistência. Nela exploramos estratégias de vida e luta por condições igualitárias e garantia de sobrevivência de jovens. Sobressaem nessa linha de enunciação a participação popular e as iniciativas no próprio território, sobretudo ligadas ao resgate, reconhecimento e valorização da cultura e história local, elas por sua vez, tendem a embasar e serem integradas em iniciativas governamentais do campo da prevenção à violência, da educação e da cultura. A análise desses materiais destacou a necessidade de ampliar o debate incluindo os temas da Cultura de Paz e do território, aspectos da construção de identidade e pertencimento como importantes para a resistência comunitária, especialmente associada à proteção desses jovens.

A partir de um olhar genealógico sobre nosso campo de pesquisa, não buscamos atribuir a ideia de que uma linha de enunciação seja melhor ou mais importante que a outra, mas mostrar que elas coexistem e fazem o dispositivo cultural em Peixinhos, através da produção de saber e criação de instituições, sejam elas da segurança pública ou de cunho social, artístico-cultural e esportivo. Partimos do que Stengers (2017, p. 64) aponta “tudo o que nos atrai ou nos anima também pode nos escravizar, e tanto mais se for tomado como certo” para fomentar uma produção que liberte e não aprisione.

Faz-se importante também reafirmar nossa escolha teórico metodológica alicerçada em Foucault, mas de como foi importante o diálogo com outros autores que nos auxiliaram no reposicionamento e problematização do fenômeno estudado e no despertar de outras e novas formas de pensar e abordar nossos materiais de análise.

O primeiro capítulo *A construção de Peixinhos como território de dispositivo na pesquisa* trouxe contribuições do ponto de vista teórico metodológico ao conceitualizar dispositivo a partir da construção de três autores, a saber: Agamben, Foucault e Deleuze e ao mapear onde essas visões teóricas se aproximam e se distanciam. Essa elaboração colaborou para situarmos Peixinhos como território de um dispositivo cultural em nossa pesquisa, trazendo analíticas narrativas sobre o bairro, considerando interseções entre as narrativas midiáticas e acadêmicas para o campo das políticas públicas.

No nosso segundo capítulo, *Construindo caminhos para uma narrativa genealógica sobre Peixinhos* construímos o diálogo entre os autores Foucault, Chimamanda Adichie e Walter Benjamin para elaborar o que chamamos de narrativa genealógica, esse conceito formado a partir do que propomos, nos auxiliou na forma como analisamos nossos materiais de pesquisa. Esse capítulo colaborou também para a discussão acerca da construção narrativa sobre Peixinhos a partir do fenômeno da violência homicida, sobretudo de jovens, onde confrontamos as matérias jornalísticas sobre o tema da violência e os dados estatísticos produzidos pelo governo, como o Atlas da Violência de 2021 e o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022, o que nos despertou dois eixos de análise: dispositivo de racialidade e dispositivo de gênero e masculinidades.

A partir desses apontamentos, buscamos questionar discursos naturalizados quanto a violência homicida em Peixinhos, contribuindo para que discussões sobre raça e gênero sejam consideradas ao pensar estratégias de combate à violência no âmbito da segurança pública.

Nosso terceiro capítulo, *Um limiar das práticas discursivas: as fissuras e contrapontos à armação do dispositivo Peixinhos*, analisamos reportagens veiculadas pela mídia tendo como temática primordial a resistência de iniciativas territoriais, sociais e culturais como fator de proteção à violência homicida e a partir disso, discutimos os eixos de análise Cultura de Paz e Território, identidade e pertencimento. Esse capítulo trouxe contribuições relevantes para a visibilidade dessas experiências territoriais como estratégia de sobrevivência de jovens, bem como a importância da inserção delas nas políticas públicas. Desse modo, esse capítulo amplia o debate acerca do assunto e visa trazer repercussões tanto ao território estudado quanto aos seus jovens.

Por fim, falamos sobre fechamento do texto e não da pesquisa porque compreendemos que o que produzimos aqui é uma construção situada, histórica e que atende a alguns objetivos para este estudo. Sendo assim, não propomos o fechamento dessa pesquisa como a produção de uma verdade única, mas buscamos com ela abrir a curiosidade e o interesse de tantos outros pelo tema que vão por sua vez produzir outras e novas formas de abordar Peixinhos como um campo de pesquisa.

Esperamos ter auxiliado na tarefa de trazer as ciências para a política, assim como Sztutman (2018) nos convoca a “descortinar toda uma cosmopolítica que pode conferir novos sentidos para a aventura da experimentação e da especulação que envolve a ciência e toda forma de pensamento, oferecendo um antídoto à economia do conhecimento vigente, que transforma todo saber em mercadoria e destrói as capacidades de pensar e agir em conjunto” (p. 339-340).

Dito isto, essa produção científica pretende fomentar discussões relativas à formação discursiva sobre o bairro de Peixinhos e suas estratégias de resistência frente ao fenômeno da violência homicida, e desse modo, possibilitar o retorno social através de contribuições de ordem científica, social, política e cultural.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução de Julia Romeu. Companhia das Letras. 2018. Adaptação da primeira palestra proferida por Chimamanda no TED TALK, em 2009.

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? In: G. Agamben, **O que é contemporâneo? E outros ensaios** (pp. 25-51). Chapecó, SC: Argos, 2009.

ALMEIDA, Magdalena. **Artigo Samba de coco é brincadeira e arte**. Acervo, Rio de Janeiro, v. 22, nº 2, p. 165-180, jul/dez 2009.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022. ANO 16- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=15> Acesso em: 30/04/2023.

ARAÚJO, Peu. Projeto Social em Peixinhos, na divisa entre Recife e Olinda, está abandonado há quatro anos. **R7**, 09 de julho de 2017. Cidades. Disponível em: <https://noticias.r7.com/cidades/projeto-social-em-peixinhos-na-divisa-entre-recife-e-olinda-esta-abandonado-ha-quatro-anos-09072017> Acesso em: 06/07/2023.

BARROS, Isabelle. O nascedouro não está para peixe. **Diário de Pernambuco**, 25 de fevereiro de 2014. Viver. Disponível em: <http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/viver/2014/02/o-nascedouro-nao-esta-para-peixe.html> Acesso em: : 06/07/2023.

BENJAMIN, Walter. **Crítica da Violência**. In. Documentos de cultura documentos de Barbárie. São Paulo: Editora Cultrix, 1986.

_____. **O narrador**. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas. Volume 1. Editora brasiliense, 1987.

_____. **Ensaio sobre Brecht**. 1ª edição: São Paulo: Boitempo, 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Atlas da Violência 2021** / Daniel Cerqueira et al., — São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: 22 de dez. 2021.

BOSCHI, Helena. “**Cultura de paz**”: gênese de uma fórmula entre discursos de guerra e violência. Dossiê. Trab. Ling. Aplic., Campinas, n(57.2): 848-876, mai./ago. 2018.

BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

_____. **Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?** 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Tita. **História de Peixinhos relata a urbanização da Região Metropolitana do Recife**. Brasil de Fato, Recife/Pernambuco, 23 de ago. de 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefatope.com.br/2018/08/23/historia-de-peixinhos-relata-a-urbanizacao-da-regiao-metropolitana-do-recife>>. Acesso em: 03 de jan. de 2022.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault- Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**/ Edgardo Castro; tradução Ingrid Müller Xavier; revisão técnica Alfredo Veiga-Neto e Walter Omar Kohan. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CIOCCARI, Deysi; PERSICHETTI, Simonetta. **Armas, ódio, medo e espetáculo em Jair Bolsonaro**. Revista ALTERJOR. Espaço Alternativo. Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP) Ano 09 Volume 02 Edição 18 Julho-Dezembro de 2018.

COIMBRA, Cecília. **Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana a mídia impressa e os discursos de segurança pública**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor: Niterói, Intertexto: 2001.

COSME, Jorge. Mães de Peixinhos. **Leia já**, 20 de novembro de 2020. Cidades. Disponível em: <https://m.leiaja.com/noticias/2020/11/20/maes-de-peixinhos/> Acesso em: 06/07/2023.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? In: G. Deleuze, **O mistério de Ariana** (pp. 83-96). Lisboa: Veja, 1996.

_____. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

FISCHMANN, Roseli. **Educação, Direitos Humanos, Tolerância e Paz. Educação e Direitos Humanos: Paidéia**, 2001, 11(20), 67-77.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/5117>
Acesso em 05/07/2023.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. Nietzsche, a genealogia e a história. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: edições Graal, 1979. Edição Impressa no Brasil: 1998.

_____. O sujeito e o poder. In: P. Rabinow, & H. Dreyfus. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica** (pp. 231-249). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **Ética, Sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. (Ditos e Escritos; V).

_____. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b. (Coleção Tópicos).

_____. **A arqueologia do Saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. 1973. Rio de Janeiro: Nau, 2013.

FREITAS, Alana; JATOBÁ, Edna. PE: experiência do pacto pela vida ensina que participação social é essencial na segurança pública. **Rede de observatórios da segurança**. Políticas de segurança. Publicado em 23 de novembro de 2019. Disponível em:

<http://observatorioseguranca.com.br/pe-experiencia-do-pacto-pela-vida-ensina-que-participacao-social-e-essencial-na-seguranca-publica/> 06/07/2023.

FREITAS, Suzyanne. Irmãos são assassinados a tiros e corpos encontrados em Olinda. **TV Jornal**, 06 de Abril de 2021. Publicidade. Disponível em: <https://tvjornal.ne10.uol.com.br/bronca-24-horas/2021/04/06/irmaos-sao-assassinados-a-tiros-e-corpos-encontrados-em-olinda-206970/index.html> Acesso em: 06/07/2023.

FURTADO, Rafael Nogueira. **Por um governo de si mesmo: Michel Foucault e a estética da existência**. Parallaxe, v. 1, n. 1, 2013. (p. 51-57).

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Walter Benjamin, ou a história aberta. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**. Obras Escolhidas Vol. I. 3ª edição. Editora Brasiliense: São Paulo, 1987.

GONZAGA, Vanessa. Em Peixinhos, Coco da Paz mistura cultura e luta contra violência urbana. **Brasil de Fato**, Recife (PE), 31 de outubro de 2019. Cultura. Disponível em: <https://www.brasildefatope.com.br/2019/10/31/em-peixinhos-coco-da-paz-mistura-cultura-e-luta-contraviolencia-urbana> Acesso em: 06/07/2023.

GONZÁLEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia González em primeira pessoa...** Coletânea organizada e editada pela UCPA- União dos Coletivos Pan-Africanistas. Diáspora Africana, 2018.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Edições Vértice: 1990.

HERMES, Ernani; SILVA, Denise. **Identidade, lugar e pertencimento na escrita de Bell Hooks**. *Àgora: Revista Eletrônica*. Ano XIV- nº 26. Dezembro de 2018- p.179-188.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

INSTITUTO IMUÊ. Projetos- **Mapa Do Luto Em Peixinhos- Olinda, Pernambuco**. (2022). Disponível em: < <https://institutoimue.org/projetos/mapa-do-luto-em-peixinhos-olinda-pernambuco/>> Acesso em: 20/02/2022.

JOVEM de 19 anos é assassinado a tiros em peixinhos, Olinda. **Folha de Pernambuco**, 15 de dezembro de 2018. Notícias. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/jovem-de-19-anos-e-assassinado-a-tiros-em-peixinhos-olinda/90597/> Acesso em: 06/07/2023.

JUVENTUDE presente tem novo ciclo. **Diário de Pernambuco**, 13 de outubro de 2021. Local. Disponível em: <http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/vidaurbana/2021/10/juventude-presente-tem-novo-ciclo.html> Acesso em: 06/07/2023.

KILOMBA, Grada. **A máscara**. 2010. Traduzido por Jéssica Oliveira de Jesus. Cadernos de Literatura em Tradução- Especial Negritude e Tradução, n. 16, p. 171-180, 2016.

LATOUR, Bruno. **Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

LOPES, Aquiles. Manifestação cultural é premiada em Peixinhos. **Folha de Pernambuco**, 11 de janeiro de 2019. Notícias. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/manifestacao-cultural-e-premiada-em-peixinhos/92973/> Acesso em: 06/07/2023.

KASTRUP, Virgínia; BARROS, LAURA. Cartografar é acompanhar processos. In: *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. orgs. Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia. - Porto Alegre: Sulina, 2009. 207 p.

MACHADO, Nínive Fonseca. **Do Matadouro ao Nascedouro: a criação de novos espaços de participação juvenil**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

MARTINS, André; GONTIJO, Cristina; BRUM, Daniela; SANTOS, Cristina; HENRIQUE, Fernanda; ALVEZ, Tânia. **Revisão Sistemática sobre a produção da Paz**. *Psicologia: Ensino & Formação*, Jan/Jul, 2016, 7 (1): 70-77

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. *Revista Arte & Ensaios*. Revista do ppgav/eba/ufrrj | n. 32 | dezembro 2016.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. **Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades**. Estudos feministas, Florianópolis. Setembro-Dezembro/2008.

MILLS, Charles. **The Racial Contract**. Cornell University, 1997.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Cartilha 4- **Cultura de Paz**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Entidade Colab.). Ano de Publicação: 2010. Disponível em: https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/2816/1/eixo-3-cartilha-4-cultura_de_paz-2010.pdf
Acesso em: 26/05/2023.

MULHER e filho são assassinados em Olinda. **G1 PE**. 19/08/2019. Disponível em: <
<https://g1.globo.com/pe/paranaguaba/noticia/2019/08/19/mulher-e-filho-sao-assassinados-em-olinda.ghtml>> Acesso em: 06/07/2023.

NASCEDOURO de Peixinhos vai acomodar Compaz de Olinda. Publicado por redação Secom em 03/05/2022. **Prefeitura de Olinda- página virtual**. Disponível em: <https://www.olinda.pe.gov.br/nascedouro-de-peixinhos-vai-acomodar-compaz-de-olinda/>
Acesso em: 06/07/2023.

OLIVEIRA, Jeniffer. Sonhos perdidos: jovens adultos são as maiores vítimas de armas de fogo no Grande Recife. **Marco Zero**, 25 de janeiro de 2022. Reportagens. Disponível em: <https://marcozero.org/sonhos-perdidos-jovens-adultos-sao-as-maiores-vitimas-de-arma-de-fogo-na-rmr/> Acesso em: 06/07/2023.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948.

PERAFÁN, Mireya; OLIVEIRA, Humberto. **Território e Identidade**. Coleção Política e Gestão Culturais. Secretaria de Cultura da Bahia, 2013.

PREFEITURA DO RECIFE. **Peixinhos**. 2022. Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/servico/peixinhos>. Acesso: 21/02/2022.

PRIMOR, Alysson. **Cultura de Paz- Instituto Federal Catarinense: o que são e como lidar com conflitos no ambiente escolar**. Blumenau, 2021.

Promovendo a cultura de paz na UFRGS / organizado por Divisão de Promoção da Saúde. - Porto Alegre: DAS/UFRGS, 2021.

RANIERE, Édio. & MARASCHIN, Cleci. Direitos humanos e biopolítica: conversações entre Karl Marx, Hannah Arendt, Gilles Deleuze e Giorgio Agamben. Em MARASCHIN, Cleci; TIRADO SERRANO, Francisco Javier (orgs.). **Biossegurança e biopolítica no século XXI**. [recurso eletrônico]. Cap. 2. Porto Alegre ABRAPSO, 2016. p. 58-86.

REIS, José. **Território e políticas do território: a interpretação e a ação**. Finisterra, L, 100, 2015, pp. 107-122.

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA E AS DROGAS. Ambiente virtual: **Programas/Juventude Presente/Apresentação** (22/08/2019) Disponível em: <https://www.prevencao.pe.gov.br/programas/juventude-presente/apresentacao> Acesso em: 26/05/2023.

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA E AS DROGAS. Ambiente virtual: **Programas/Juventude Presente/Oficinas-** (21/01/2022) Disponível em: <https://www.prevencao.pe.gov.br/programas/juventude-presente/oficina> Acesso em: 26/05/2023.

SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart. WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

SILVA, Wanderson Vilton Nunes da. **Entre ruas que subjetivam, registros do governo da vida e da morte na cidade**. 2019. 166 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013.

SILVA, Wanderson & HÜNING, Simone. **Dispositivo das drogas e governo da vida**. Psicologia & Sociedade, 29: 2017.

SILVA, Wanderson; HÜNING, Simone; GUARESCHI, Neuza. **Da vulnerabilidade como condição de saber nas pesquisas em psicologia social**. Psicologia Ciência e Profissão, 2020, v. 40. STENGERS, Isabelle. **Reativar o animismo**. Caderno de Leituras nº 62. 2017.

SZTUTMAN, Renato. **Reativar a feitiçaria e outras receitas de resistência- pensando com Isabelle Stengers**. Rev. Inst. Estud. Bras. (69) Jan-Apr 2018.

UNESCO. **Declaração sobre a paz na mente dos homens**. 1989. Disponível em: <https://mail.google.com/mail/u/0/#sent/KtbxLvHDkBSIKCdqGxBWVKNXPcMCHLXWqB?projector=1&messagePartId=0.1> Acesso em: 24/07/2023.

VEYNE, Paul. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

WEINMANN, A. **Dispositivo: um solo para subjetivação**. In: Psicologia e Sociedade 18 (3): pp. 16-22; set/dez. 2006.